

SESSÕES DO PLENÁRIO

30ª Sessão Extraordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 19 de dezembro de 2012.

PRESIDENTE: DEP. MARCELO NILO

À hora marcada, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Cláudia Oliveira, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gildásio Penedo, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Kelly Magalhães, Leur Lomanto Jr., Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Luizinho Sobral, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Jr., Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sgt. Isidório, Paulo Azi, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Tom Araujo, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (61)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Não há Pequeno Expediente. Não há Grande Expediente.

Horário das Lideranças Partidárias.

Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou do PSB.

Antes, porém, há um requerimento assinado por mais de 20 Srs. Deputados que convocam uma sessão extraordinária, a ser iniciada 2 minutos após o encerramento desta, com o objetivo de votar os projetos de lei nºs 20.083/2012 e 20.085/2012.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PSB para falar ou indicar orador por 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o

deputado Bira Corôa.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Peço permissão do deputado Bira Corôa para dar a questão de ordem ao deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Vou deixar o deputado Bira fazer uso da palavra porque quero, com toda a atenção, fazer a questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a sempre gentil e educado. Com a palavra o deputado Bira Corôa pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. BIRA CORÔA:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, quero inicialmente agradecer ao deputado Leur.

Sr. Presidente, entre outros motivos, faço uso da palavra primeiro para parabenizar o governador Jaques Wagner e o presidente desta Casa ao conduzirem a equipe campeã brasileira Sub-20 do Esporte Clube Vitória num ato na Governadoria, como prova e reconhecimento de um governo que vê o esporte como uma ação estratégica para a consolidação de uma sociedade mais equilibrada e mais íntegra, acima de tudo abrindo perspectivas para a juventude. O esporte, assim como a cultura e a educação, são pilares estratégicos importantes para a transformação e consolidação de uma sociedade cada vez mais próspera.

Sr. Presidente, também neste mesmo ensejo, quero destacar uma Moção de Aplauso encaminhada pelo nosso gabinete a São Francisco do Conde pelo incentivo ao esporte, entre outros avanços que aquele município vem desenvolvendo. A equipe feminina municipal de futebol de campo é 11 vezes campeã baiana e a única que está representando o Norte/Nordeste num torneio nacional. É bom que possamos fazer esse destaque.

Assim como também devemos destacar a equipe de São Francisco do Conde bicampeã intermunicipal, título conquistado no último domingo e que merece ser reconhecido pelo mérito duma gestão que faz investimento no esporte, sem dúvida alguma, além de estar preocupada com o desenvolvimento e crescimento da juventude.

Quero aproveitar, Sr. Presidente, não para ler a moção, mas sim solicitar que seja incluída nos Anais desta Assembleia como um incentivo à iniciativa de estimular o esporte e também para colocar em destaque aquela cidade. Que isso sirva de referência, nobre deputada Maria Luiza Laudano, pois sei que a senhora, quando foi gestora de Pojuca, igualmente teve essa preocupação de colocar o esporte em destaque, e aquele município então contou com uma seleção também representando toda a região.

Sr. Presidente, é importante neste momento chamar a atenção para o fato de que esta Casa, no início das suas atividades legislativas no próximo ano, não contará com a presença de nobres deputados e de nobres deputadas que partirão para iniciar uma nova tarefa.

Em nome da deputada Cláudia Oliveira, quero fazer uma saudação especial a

todos os deputados e as deputadas que concorreram ao pleito passado da disputa municipal tanto para os que obtiveram êxito na eleição quanto para aqueles que não conseguiram. Ressalto que ambos os lados contribuíram com a democracia e com a afirmação da importância do pleito das eleições, como um marco importante de contexto social.

Em nome da prefeita Cláudia, já diplomada, desejo todo sucesso a todos os prefeitos que, a partir de janeiro, irão conduzir os seus devidos municípios. Em especial, quero desejar sucesso aos colegas que saem mas levam desta Casa o compromisso e respeito de todos os pares desta Casa e a certeza de que farão uma excelente gestão em defesa dos interesses das suas comunidades.

Por isso, Sr. Presidente, no momento em que toda Bahia, em especial todo País e em boa parte do mundo para, para a contemplação e, acima de tudo, a celebração do Natal, quero aproveitar este momento para desejar a todos os servidores desta Casa e, em nome de todos os servidores desta Casa, a todos os servidores públicos estaduais e municipais, um Natal de muita paz, harmonia, grandes realizações e um Ano Novo de 2013 com a marca de realizações, transformações e conquistas mas, acima de tudo, com muita paz, saúde e prosperidade.

Desejo que o próximo ano seja, de fato, o ano que identifica este bom momento em que vive a Bahia, este bom momento conquistado por muitos municípios a partir das gestões sérias e comprometidas, mas que sejam, também, o ano da sociedade baiana, do avanço e da consolidação do nosso povo, a concepção e construção desta sociedade na qual acreditamos, uma sociedade mais livre e mais igualitária.

Por isso, Sr. Presidente, eu não poderia deixar de utilizar este momento. Sei que têm grandes possibilidades hoje de ser a última sessão desta Casa no contexto deste período legislativo de 2012. Se conseguirmos votar todos os projetos que estão em pauta e o orçamento, sem dúvida nenhuma, estaremos antecipando o encerramento das atividades da semana e abrindo a perspectiva do recesso. Sei que é uma possibilidade, pois é possível que seja concluído hoje e que se possa avançar.

Mas quero reafirmar que podemos comemorar um ano que consideramos atípico, porque é um ano que teve um período eleitoral, no qual foi definida a vida dos municípios. Mas esta Casa manteve, mesmo com o processo eleitoral, Sr. Presidente, as atividades e conseguiu produzir muito. Posso até dizer, batemos metas ainda não atingidas no Poder Legislativo estadual da Bahia.

Sem dúvida alguma, isso tem de ser pontuado. E é importante destacar que a cumplicidade dos servidores desta Casa, a cumplicidade, nobre deputado Marcelino Galo, dos assessores parlamentares e, em especial, a responsabilidade e o compromisso dos pares desta Casa, dos Sr^{as} e Srs. Deputados que fizeram da Assembleia Legislativa, mais uma vez, um destaque já muitas Assembleias Legislativas foram páginas de jornais e propagandeadas pela grande mídia, fecharam suas portas, praticamente não atingiram suas metas, não cumpriram com seus compromissos legislativos em função do período eleitoral.

Na Assembleia Legislativa do Estado da Bahia podemos pontuar diferente. Salvo todas as dificuldades enfrentadas, o conjunto de projetos aqui apresentados, o

conjunto de atividades desenvolvidas, o número de matérias debatidas, discutidas e aprovadas nesta Casa ao longo deste ano demarca, nobre deputado Carlos Geilson, exatamente o momento importante para ser destacado, que esta Casa vem cumprindo com seu papel de compromisso e respeito com a sociedade baiana.

Por isso, Sr. Presidente, fiz uso da tribuna neste exato momento para destacar esses aspectos que acho importantes e precisam ser pontuados. É importante destacar que estamos cumprindo, nada mais, nada menos, com nossas responsabilidades e nossos compromissos. Precisa ser destacado porque, na maioria das vezes, quando somos identificados ou lembrados, é para acusações, condenações e críticas. É preciso também pontuar que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, neste período, neste ano, consegue cumprir com uma tarefa estratégica importante, nobre deputado Rosemberg, atingir as suas metas.

Estamos findando mais um ano de atividades, mas com a certeza de termos cumprido com nossas obrigações e termos representado, com dignidade e respeito, a sociedade baiana que depositou nos pares desta Casa a confiança com o seu voto.

Por isso, Sr. Presidente, quero encerrar parabenizando todos, e, em nome dos servidores públicos desta Casa Legislativa, quero desejar um bom Natal, um Natal de paz a todos os baianos e que o próximo ano, 2013, seja o ano de grandes realizações para todos.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Concedo a palavra ao Líder da Maioria ou representante do PV para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, pelo tempo de 10 minutos falará a nobre deputada Cláudia Oliveira. Se por um lado ficaremos tristes por ela deixar esta Casa, por outro lado ficaremos felizes pela tarefa que ela enfrentará com muito sucesso, que é comandar a prefeitura de Porto Seguro. Muitas felicidades e sucesso para nossa nobre colega.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Concedo a palavra, por até 10 minutos, à futura prefeita de Posto Seguro, a querida e bela deputada Cláudia Oliveira.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- (lê):- “Boa-tarde, nobres colegas, Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados amigos que se encontram na galeria Paulo Jackson e imprensa aqui presente.

No próximo dia primeiro de janeiro estarei tomando posse no cargo de prefeita da cidade de Porto Seguro, em função dessa nova jornada, venho agora me despedir dessa casa, onde represento, há quase 2 anos, as cidadãs e cidadãos do meu querido Estado da Bahia, em especial o extremo sul. Aqui, nesta casa, desenvolvi aprendizado que enriqueceu e enriquece as minhas ações, seja como representante parlamentar, seja na condição de cidadã comum. Hoje estou-me despedindo, nobres colegas, mas esta despedida na realidade não corta qualquer vínculo que não seja apenas o da direta representação parlamentar, por que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia se tornou extensão permanentemente incorporada à minha atividade política.

Hoje, pela manhã, fiz uma retrospectiva e me lembrei dos meus primeiros passos, buscando incansavelmente corresponder aos anseios da população que em mim depositou seus votos e esperanças por acreditar que eu poderia contribuir nas ações políticas e sugestões de medidas administrativas que trouxessem soluções para os problemas do nosso Estado.

Acredito não ter decepcionado, contando também com a ajuda inestimável dos muitos que aqui se encontram, em especial os companheiros da Bancada do PSD, pois juntos lutamos por políticas públicas que beneficiem a nossa sociedade. Falando em PSD, quero aproveitar para parabenizar e desejar ao nosso colega Gildásio Penedo sucesso em sua nova trajetória. Minha eleição para a prefeitura de Porto Seguro, nobres colegas, confirmou de certa forma a idéia de reconhecimento do esforço que tenho aplicado em defesa desse valoroso estado e de sua dedicada população. A minha despedida do Poder legislativo não assume foro definitivo, pois estamos sempre indo e vindo na participação direta que envolve nossa dedicação a causa pública, colocando-nos a disposição e ao julgamento da vontade popular através do voto livre e democrático. Nesta minha passagem pela Assembleia, fui titular e suplente de várias comissões, inclusive vice-presidente da Comissão de Infraestrutura. apresentei várias proposições como projetos de lei e indicações. Procurei desempenhar meu trabalho em absoluta sintonia com os princípios e valores éticos dentre os quais desenvolvi minha formação profissional, familiar e cristã, tendo sempre em mente a preocupação com o estado que iremos legar as gerações futuras, nossos filhos, netos e descendentes. Com o meu longo processo de aprendizado no Legislativo, aprendizado que nunca cessa, a partir de agora vou atuar num outro pilar. E agora, mais do que nunca, vou precisar não apenas do conhecimento pessoal, da experiência adquirida ao longo desses quase 2 anos, mas do aconselhamento eficaz dos que aqui irão permanecer, os quais, certamente, continuarão prestativos e solícitos como sempre têm sido, preocupados sempre com o destino deste Estado. Deixo esta casa com um misto de saudade e o sentimento de ter oferecido de mim o melhor que poderia, no esforço conjunto desenvolvido com todos os meus pares, para a construção de uma Bahia mais justa e em que todos tenham participação eficaz. Aproveito a oportunidade para agradecer ao nosso governador Jaques Wagner e ao nosso vice-governador Otto Alencar pelo olhar carinhoso que ofereceram ao Extremo Sul nos últimos anos, levando grandes benefícios para aquela região como iluminação, estradas, entre outros.

Agradeço também ao presidente desta casa, Marcelo Nilo, pela receptividade, atenção e respeito com que sempre me tratou. As minhas colegas deputadas, registro aqui o meu carinho e admiração.”

O Sr. Temóteo Brito:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Concedo um aparte ao nobre deputado Temóteo Brito.

O Sr. Temóteo Brito:- Nesta tarde de hoje nos despedimos dessa grande deputada, dessa grande guerreira que muito bem cumpriu, aqui, nesta Casa, o seu mandato como deputada, representando o Extremo Sul da Bahia. Esta Casa, hoje, se despede da nossa deputada Cláudia Oliveira, mas tenho a certeza de que nessa nova missão como prefeita da cidade mais importante da Bahia, onde nasceu a Bahia e o Brasil, que é Porto Seguro, V. Ex^a vai se destacar. Vai se destacar da mesma forma que o seu esposo Robério se destacou em Eunápolis como um grande prefeito, como um grande administrador.

Hoje, deputada fica o vazio, nesta Casa, pela falta que vamos sentir do carinho e da dedicação que V. Ex^a tem dedicado a todos os seus colegas. Hoje, nós do PSD – ao lado do nosso Líder Gildásio Penedo Filho que vai fazer parte do Tribunal de Contas do Estado – liderado pelo nosso grande Líder, aqui, na Bahia, o nosso vice-governador Otto Alencar. Aqui, hoje, tenho a certeza de que V.Ex^a como deputada, nosso amigo Adolfo Menezes, Luizinho Sobral. Mas quero dizer que nesta Casa V.Ex^a terá muitos gabinetes. Todos abrirão os gabinetes quando V.Ex^a vier, aqui, atender seu pessoal, fazer as suas reivindicações, suas solicitações.

Desejo muito sucesso, muita paz e grandes realizações.

Quero desejar a todos os deputados um feliz Natal e um ano novo cheio de prosperidade, paz e realizações.

Parabéns, deputada Cláudia Oliveira, que Deus a ilumine nessa nova caminhada e nesse novo desafio.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada, deputado Temóteo Brito, o senhor, assim o chamo porque é referência em nossa região. Eu, jovem, ouvia falar de Temóteo Alves de Brito. Eu tenho uma honra muito grande de ser sua colega e saber que muito me ensinou com a sua forma de administrar. Teixeira de Freitas deve muito ao senhor. Hoje, eles reconhecem isso, mas com o tempo isso será visto muito mais.

Quero conceder um aparte ao nobre colega Gildásio Penedo Filho.

O Sr. Gildásio Penedo Filho:- Deputada Cláudia Oliveira, V.Ex^a faz, neste momento, a sua despedida oficial do Poder Legislativo baiano, em razão de uma exitosa campanha eleitoral no município de Porto Seguro, nossa querida cidade mãe do Brasil, muito importante no Extremo Sul da Bahia, referência turística do Brasil.

Uma campanha marcada por uma série de dificuldades e de levandades em relação a V.Ex^a. Mas trilhou um caminho exitoso, fruto da dedicação e das referências políticas que a cercam.

A população de Porto Seguro a receberá muito confiante e estimulada, por ter, ali próximo, a administração exitosa do prefeito Robério, seu marido, para a qual muito contribuiu, o que lhe proporcionou, há dois anos, surgir, muito repentinamente, como uma força política que se destacava naquela região, com uma votação extremamente expressiva para uma novata. A deputada Cláudia Oliveira estreava no Parlamento baiano, reconhecida por sua região.

Dois anos se passaram, de lutas, de bons embates, aqui neste Poder, mas com os olhos voltados para o município de Porto Seguro. O povo daquela terra, cansado de uma série de administrações que não conseguiram corresponder às suas

expectativas, neste momento dá a V.Ex^a a oportunidade de representá-lo. Não tenho dúvida de que quem conviveu com V.Ex^a nestes dois anos sabe do seu apreço, seu carinho e, principalmente, da força de vontade que V.Ex^a tem de poder retribuir com muito trabalho, muita seriedade, a confiança que o povo de Porto Seguro lhe deu nas últimas eleições.

O Parlamento baiano perde essa mulher guerreira, mas Porto Seguro haverá de ganhar uma mulher comprometida com o resgate de valores tão caros e esquecidos naquele município. Nós, da Bancada do PSD, tivemos o orgulho de tê-la em nosso quadro. V.Ex^a que, no primeiro momento, aguardava, talvez por pretender ser candidata, a regularização do nosso partido, como aconteceu nos últimos dias do prazo final.

Recordo-me que estávamos em Brasília, numa reunião preliminar da formação do partido, quando V.Ex^a ao perceber a confirmação desse projeto importante, firmado no Brasil e na Bahia, sob a liderança do vice-governador Otto Alencar, V.Ex^a disse: Eu estava aguardando essa oficialização e quero aqui, Gildásio, Otto e todos os deputados que estavam naquele momento dizer, já que o partido conseguiu o registro definitivo do TSE eu vou, sim, participar. E V.Ex^a já vinha ajudando com a consolidação de assinaturas, mas aguardava esse deferimento do TSE, porque tinha na sua cabeça esse desejo e essa possibilidade de ser candidato. Para isso, o partido precisava ser regularizado.

Com grata alegria, nós a recebemos. V.Ex^a foi a mais novata que formou as fileiras do PSD, mas que honrou de forma muito digna. Quero dizer, aqui, é importante, lembro da confecção do partido de que Eunápolis foi o município da Bahia que mais contribuiu com o número de assinaturas para a fundação do PSD. Um orgulho para todos nós.

Não tenho dúvidas, Cláudia, que você haverá de retribuir todo esse empenho, alicerçado pela sua força de vontade e, também, de certa forma, ancorada no apoio de Robério que foi uma referência política naquela região, um grande administrador que se notabilizou por duas vezes como gestor daquele município, fez o seu sucessor. Nós, do PSD, estamos muito orgulhosos de ter o partido representado, na cidade mãe do Brasil, por uma prefeita da altura e da qualidade de Cláudia Oliveira.

Boa viagem! Confiamos em seu trabalho. Parabéns, Cláudia Oliveira.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, Gildásio. Você sempre foi para mim uma referência, desde o momento que te conheci sei do trato que você tem para com seus colegas. É por isso que você está e vai começar a trilhar esse caminho que, com certeza, mais uma vez, será um caminho de muito sucesso, porque você merece, você faz por onde.

Quero também conceder um aparte ao nosso colega Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Minha cara deputada Cláudia Oliveira, vendo e ouvindo a senhora falar, lembrei-me de um pensamento do poeta Tiago de Melo: “Eu não tenho um caminho novo, tenho um novo jeito de caminhar.” Então, não é novo estar na política, mas estar no Executivo é um novo jeito de caminhar.

Quero deixar registrada a minha alegria nessa convivência. Tive a oportunidade

de estar ao lado de uma parlamentar qualificada, com seu jeito simples, meigo, doce. Chegou a esta Casa, ganhou seu espaço, sempre preocupada com as coisas da sua região, com a sua querida Porto Seguro. A senhora deixa esta Casa e deixa uma saudade muito grande, mas vai para outra realização, que é governar a sua querida Porto Seguro.

Quero encerrar as minhas palavras tomando como base um velho ditado chinês que diz: Sempre fica um pouco de perfume nas mãos que oferecem rosas! E aqui a senhora só ofereceu o melhor dos aromas, o melhor dos perfumes, o perfume da gentileza, da gratidão, o perfume da amizade e do carinho. Vá para a sua Porto Seguro e leve de nós o desejo e os votos de um bom governo, porque essa cidade estará muito bem governada com a senhora a frente dos destinos naquele município.

Um beijo no seu coração. Muito obrigado por essa convivência!

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Nobre colega, deputada Cláudia Oliveira, em nome da Presidência e em meu nome gostaria, também, de externar todo afeto e todo carinho que nós lhe devotamos e desejar muito sucesso nessa nova empreitada.

Lamento que o tempo de V.Ex^a esteja encerrando.

O Sr. Zé Neto:- Libera um pouco, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Fica concedido o tempo PSL/PRB/PP, no Horário das Lideranças Partidárias por mais 10 minutos, se for suficiente.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Agradeço, Sr. Presidente.

Nobre deputado Carlos Geilson, tenha certeza da minha admiração. Saiba que é uma pessoa que, sem dúvida, levarei junto às minhas lembranças pela figura que demonstra ser. Um parlamentar que faz oposição, porém uma oposição decente, e sabe muito bem o que fala quando chega aqui à tribuna. Sei das suas virtudes, qualidades e, com certeza, estarei aguardando-o lá na nossa terra-mãe do Brasil.

Muito obrigada pelo seu carinho.

Concedo um aparte ao deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Deputada Cláudia Oliveira, a primeira vez que tive contato com V.Ex^a foi através duma foto em uma campanha. Ficava então querendo saber quem era, mas tive a grata surpresa de encontrá-la aqui, conhecê-la e de estarmos no mesmo partido, o PSD. A senhora sempre passou para todos nós um sentimento de justiça, e tenho certeza de que o levará agora para a sua cidade, Porto Seguro.

É muito difícil, todos nós sabemos, o relacionamento entre políticos, colegas deputados no Parlamento. Muito complicado. Muitas vezes o individualismo, pelas demandas das comunidades de cidades e municípios que você representa, fala mais alto, e aí um tenta passar por cima do outro. Mas V.Ex^a sempre me passou um instinto de lealdade, e eu sempre transmiti o grau de admiração e amizade que lhe tenho. Sei que sabe que está entre as pessoas com quem já fiz amizade no decorrer destes dois anos aqui.

Então desejo à senhora tudo de bom, vitórias! Muito trabalho irá encontrar pela frente, mas não tenho dúvida de que a sua habilidade político-administrativa não lhe faltará, levando-a a fazer uma boa administração e já concorrendo à sua reeleição

daqui a 4 anos.

Felicidades! É tudo que lhe desejo.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada, Alan.

Concedo o aparte ao nobre deputado Carlos Ubaldino.

O Sr. Carlos Ubaldino:-Minha querida companheira e amiga deputada Cláudia Oliveira, quero falar-lhe um minutinho como deputado e pastor. O pastor ama, corrige porque ele é pai. Pastor significa pai.

Mateus 24:45 disse: “Quem é, pois, o servo e prudente que o Senhor constituiu como coluna na sua Casa?” Aí, volto e digo: “Quem é, pois, a coluna constituída pelo voto popular que contraiu este amor a todos nós com esse jeito de ser, essa lisura, esse brilho que conquistou todos os nossos corações?”

Volto para Coríntios 9:10 quando ele diz: “Aquele que dá semente ao que semeia e pão para comer também multiplicará vossa sementeira e os frutos de vossa justiça.”

Vem agora o conselho pastoral: “Exerça justiça em Porto Seguro que Deus a preservará no mandato por muitos anos.”

Deus lhe abençoe. E leve um abraço desse velho feio e pobre, mas que aprendeu a amá-la.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Amém! E muito obrigada.

Concedo um aparte ao deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Deputada Cláudia, tem uma coisa: para ser Líder de governo ou líder em qualquer lugar, a primeira coisa é ser bem liderado. Quero falar como liderado de V.Ex^a, que, aliás, distante de parecer apenas uma mulher bonita, um rostinho doce, tem uma fibra, uma determinação que nessa eleição em Porto Seguro ficou muito bem definida.

Enfrentou uma das mais duras eleições onde não se tinha nenhuma consideração a nenhum propósito que não fosse apenas o do poder. E foram para cima de V.Ex^a com toda a ânsia, mas a senhora nos surpreendeu com a sua resistência e determinação.

Encontrei V.Ex^a, nesse meio tempo da eleição, aqui, abatida, mas com o olhar de quem iria enfrentar com toda a energia como enfrentou. Sua vitória é a vitória das mulheres nesta Casa, é a vitória de uma mulher que mostrou que não é só bonita, que é forte, leal, como foi leal nesta bancada.

Eu não poderia deixar de dizer, como líder desta bancada e em nome de toda a nossa bancada, que foi muito bom conhecê-la e de tê-la aqui conosco nesses dias de convívio e de luta. V.Ex^a volta hoje vermelha com toda a força. Veio se despedir deixando, para a gente, uma grande mensagem de determinação.

Chegar e partir são só dois lados da mesma viagem, como diz Milton Nascimento. Não estaremos distantes. Como alguém aqui já falou, tenha certeza de que nossos gabinetes estarão à disposição de Porto Seguro. Com certeza, Porto Seguro tem a segurança de que vai receber uma prefeita vivida, amadurecida, preparada para os bons embates e com a determinação de ajudar aquele que é um dos mais importantes municípios de nosso Nordeste.

Parabéns! Desejo-lhe muita energia, muita determinação e muita sorte para que a senhora possa vencer qualquer obstáculo que poderá estar posto à sua frente durante o ano que vem.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, deputado Zé Neto.

Concedo o aparte à deputada Maria Luiza Laudano.

A Sr^a Maria Luiza Laudano:- Deputada Cláudia, V.Ex^a vai deixar uma lacuna muito grande nesta Casa, em primeiro lugar, pela sua assiduidade, pela sua responsabilidade, pela sua honradez e, sobretudo, pelo amor que V.Ex^a tem com a comunidade que a elegeu para que, aqui, bem representasse este povo. Haja vista o fato de que eles ficaram em dúvida sem saber se deixariam V.Ex^a aqui ou mais perto da região para administrar uma cidade tão importante como Porto Seguro.

Em análise, eu tenho certeza que eles lucraram muito em colocar V.Ex^a como prefeita daquela cidade, porque, tenho certeza, Porto Seguro terá uma visão mais bonita em todas as áreas. Quero lhe desejar muito sucesso mesmo e dizer que, como colega de Parlamento e de partido, nós estamos às suas ordens para que possamos representá-la como se estivesse aqui neste Parlamento.

Sucesso! Desejo um bom Natal e um feliz Ano Novo.

A Sr^a Ângela Sousa:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada, deputada Maria Luiza Laudano pelas palavras.

Com o aparte a nobre deputada Ângela.

A Sr^a Ângela Sousa:- Minha querida deputada Cláudia, estou imensamente feliz com a sua vitória, com tudo que está acontecendo em sua vida, porque você, realmente, merece tudo isso. Mostrou ter garra, ter força, ser determinada e não se intimidou com as lutas, com os levantes. V.Ex^a teve coragem.

Deus te honrou para governar o município de Porto Seguro, um dos mais importantes do estado. Deus te honrou e te privilegiou para estar lá, para fazer, como mulher, o diferencial naquela cidade, pois serás a primeira mulher a governar o município de Porto Seguro.

Aqui, como colega, companheira e amiga, V.Ex^a deixará uma saudade muito grande. V.Ex^a passou muito pouco tempo junto conosco. Mas creio que Deus tem missões para cada um de nós. E a sua missão, aqui nesta Casa através da tribuna, foi apenas este período. Agora, Deus te concede estar em um período que, como serva de Deus, estamos vendo a volta de Jesus, para você fazer o bem àquele povo que acreditou, que te apoiou, te fortaleceu e te deu a vitória contra poderosos. Deus te deu a vitória

Quero deixar a minha amada amiga e companheira um versículo da palavra de Deus que está em Josué, capítulo 1 versículo 9: *“Não to mandei eu? Esforça-te, e tem bom ânimo, não temas, nem te espantes, porque o Senhor teu Deus é contigo por onde quer que andares”*

Cláudia, minha amiga, você sabe que aqui, como companheira do PSD, você fará muita falta, mas estará conosco ainda no PSD e o nosso gabinete, como bem

disse a nossa querida deputada Maria Luiza Laudano está a sua inteira disposição. Você tem muitos gabinetes à sua inteira disposição, assim como o carinho e o respeito de todos nós. Você conquistou o meu coração e acredito que o coração de todos os 62 deputados.

Que Deus te abençoe e a sua família.

Paz, força e vitória como gestora de Porto Seguro.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Gostaria de interrompê-la, mais uma vez, querida amiga Cláudia Oliveira, para informar que o Líder do Bloco Parlamentar PTN-PSC-PRP, deputado Carlos Geílson, concedeu os 10 minutos do tempo para sua permanência na tribuna.

Gostaria de apelar para que os aparteantes se limitassem ao tempo necessário, senão alguns colegas não poderão cumprimentar, saudar e agradecer a Cláudia Oliveira.

Retorno a palavra à oradora, deputada Cláudia Oliveira.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, nobre presidente.

Com o aparte o deputado Bira Corôa.

O Sr. Bira Corôa:- Nobre deputada Cláudia Oliveira, todos os deputados e deputadas que me antecederam externaram nada mais nada menos do que um período curto de convivência, como foi citado, mas de conquistas e acima de tudo de proximidade e identidade que a senhora, como parlamentar, conseguiu neste espaço, nesta Casa.

Mas é bom destacar que, apesar de conhecer nosso grande amigo Robério há muito tempo, da linha musical, e depois ter acompanhado a gestão de Robério em Eunápolis, pude vivenciar e acompanhar todo processo da campanha eleitoral que a senhora desenvolveu em Porto Seguro. E, como já dito, não foi fácil, mas difícil e montada em inverdades em cima da difamação e da descaracterização, na tentativa de levar para o mais baixo possível os debates e os discursos.

A senhora teve a capacidade de manter a campanha no topo, de levar o debate para uma linha da razão, para o equilíbrio da emoção, sem perder acima de tudo o grau de compromisso e respeito pelo povo de Porto Seguro. Digo isso porque, como a senhora tem conhecimento, fiz campanha muito próximo, em Cabrália, e acompanhei todo o processo em Cabrália. Em Porto Seguro, externei não poder estar na sua campanha, em função do meu partido ter tomado outra posição, mas também externei ao meu partido qual era o meu posicionamento.

Fico muito satisfeito pela vitória e não tenho dúvida alguma de que a senhora, pela capacidade acumulada, pela sensibilidade, pelo respeito que tem e pela seriedade de conduta, vai dar àquele município uma gestão nunca vista lá. Porto Seguro vinha há muito tempo padecendo da falta de uma gestão que pudesse encarar com seriedade, respeito e dignidade para seu povo e implementar políticas afirmativas e transformadoras, para de fato ostentar o real trono que tem aquele município, como um grande município da região Sul, mas, acima de tudo, o berço de todo o surgimento do nosso País.

Então, sem dúvida, os desejos já externados pelos deputados não são diferentes

dos que vou externar: de sucesso, de grandes realizações e, acima de tudo, de afirmação. E aqui não estamos apenas rasgando seda a V.Exª; estamos externando o reconhecimento do que V.Exª conquistou nesta Casa, do que V.Exª construiu ao longo da sua vida, e, sem dúvida alguma, V.Exª vai enfrentar muitos desafios na gestão daquele município, mas tenha a certeza que não estará só. V.Exª tem aqui diversos gabinetes, tem, por parte do governo do Estado da Bahia, a partir de toda gestão, o compromisso, o respeito e a confiança e, sem dúvida alguma, tem ao seu lado um grande gestor. Então não tenho dúvidas de que V.Exª irá fazer uma grande gestão e é isso que desejo a V.Exª e a todos que serão liderados por V.Exª a partir de 1º de janeiro.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- obrigada, deputado Bira Corôa, pelas palavras.

O Sr. Augusto Castro:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Concedo um aparte ao deputado Augusto Castro.

O Sr. Augusto Castro:- deputada Cláudia Oliveira, quero parabenizar V.Exª pela vitória em Porto Seguro e dizer que esta Casa perdeu uma grande deputada. A Bancada feminina, deputada Ângela, perde nesta Casa uma grande figura que tem, realmente, um carinho muito grande.

Primeiro, a união que mantém naquela região do Extremo Sul, a unidade que tem da família, então para a gente aqui é motivo de orgulho hoje estar compartilhando, prestando esta homenagem e dizer também, com tristeza, que esta Casa vai perder uma grande deputada, mas Porto Seguro irá ganhar uma grande prefeita para governar de 2013 a 2016, porque V.Exª conhece a região, tem sensibilidade, tenho certeza que será uma grande gestora.

Parabéns pela sua vitória e dizer que estou torcendo para V.Exª, deputada Cláudia, fazer uma grande administração em Porto Seguro, um abraço na família e dizer da nossa alegria.

Muito obrigado.

O Sr. Rosemberg Pinto:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, Augusto.

Um aparte agora para o deputado Rosemberg Pinto.

O Sr. Rosemberg Pinto:- Minha querida deputada Cláudia Oliveira, conhecemo-nos há pouco tempo aqui nesta Casa, eu que iniciei conhecendo V.Exª na campanha, tirando os meus votos na minha região, mas fiquei feliz em encontrá-la aqui como deputada e uma bela deputada que soube aqui transitar e está saindo de forma prematura para cumprir uma nova tarefa.

Quero desejar a V.Exª muito sucesso nessa nova empreitada, V.Exª vai precisar de muita ajuda, porque governar uma cidade como Porto Seguro não é uma coisa simples, fácil. Busque essas parcerias que V.Exª costuma fazer. O Partido dos Trabalhadores lá não acompanhou V.Exª, mas não será o Partido opositor para o desenvolvimento de Porto Seguro. Lá, tenho uma relação com o vereador eleito Hélio Brasil e que certamente estará acompanhando o progresso daquela cidade para que o

seu governo tenha sucesso. Com isso, terá sucesso também a população de Porto Seguro.

Vou expressar muito o meu desejo quando lá estiver e vou fazer uma visita cantando algo que possa apresentar sucesso e expressar a saudade que vamos ter de V.Exª aqui.

Parabéns, sucesso pela empreitada.

O Sr. Cacá Leão:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- obrigada, deputado Rosemberg.

Concedo um aparte ao deputado Cacá Leão.

O Sr. Cacá Leão:- Deputada Cláudia, quero fazer coro com os meus colegas e abraçá-la, ter certeza que os próximos quatro anos da cidade de Porto Seguro a nossa mãe estará em boas mãos. V.Exª que chegou a esta Casa quietinha e conquistou o seu espaço, conquistou todos os seus colegas, tenha certeza absoluta, V.Exª está deixando nesta Casa mais do que colegas deputados, está deixando amigos que a ajudarão nos momentos que V.Exª precisar para cuidar do povo de Porto Seguro.

Então, deixo aqui a V.Exª o meu abraço, a minha boa sorte e dizer que conte com o nosso mandato para ajudar-lhe a governar a tão importante cidade da Bahia e do Brasil.

Vai, Cláudia, o povo de Porto Seguro a espera para cuidar da sua gente. Boa sorte.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, nobre deputado Cacá Leão.

Concedo um aparte ao nobre deputado Ronaldo Carletto, que também representa a nossa região.

O Sr. Ronaldo Carletto:- Deputada Cláudia, quero fazer minhas as palavra dos nossos colegas que aqui me antecederam. Na verdade, eu diria que ser prefeito hoje é uma grande atividade de risco, com essa Lei de Responsabilidade Fiscal cruel com os prefeitos e com as nossas cidades. Mas tenho certeza de que, com a sua coragem, sua competência, sua determinação, vai fazer daquela cidade, como é hoje, uma das belas cidades da Bahia, do Brasil e do mundo. Confio plenamente no seu trabalho naquela cidade. Pode contar com a minha colaboração naquilo que for possível. Estarei lá para dizer-lhe sempre que quero o melhor para aquela cidade, para o extremo sul, que V.Exª representou aqui tão bem nesses dois anos que aqui passou, não só conquistando os colegas, mas conquistando os espaços nesta Casa, seja nas comissões, conquistando benefícios para a nossa comunidade lá do extremo sul e da nossa Bahia.

Quero desejar a V.Exª boa sorte, grande trabalho naquela cidade e que Deus a ilumine e possa com certeza fazer, como eu disse aqui, a melhoria da qualidade de vida das pessoas de Porto Seguro e um grande turismo para as pessoas do Brasil e do nosso mundo inteiro que por lá apareçam. Quero aqui parabenizá-la pela grande vitória e, como eu disse, boa sorte.

A Srª CLAUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada, deputado Ronaldo, pelo apoio.

Concedo o parte ao nobre deputado Capitão Tadeu.

O Sr. Capitão Tadeu:- Deputada Cláudia, quero dizer que foi uma satisfação muito grande ter sido seu colega nestes dois anos aqui nesta Casa. Sei que V.Exª fará um governo promissor em Porto Seguro e quero colocar-me à disposição de V.Exª para contribuir na administração, dentro das minhas habilidades que forem necessárias, e dizer que foi um prazer muito grande tê-la conhecida e tê-la como colega.

Boa sorte. Felicidades na sua nova função. Com certeza o povo de Porto Seguro ganhará muito com isso. Um beijão no coração e boa sorte.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada, nobre deputada.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Nobre deputada, Cláudia Oliveira, interrompo V.Exª, mais uma vez, em virtude do tempo PTN/PSC/PRP ter-se esgotado e passo a palavra ao Líder do governo e da Maioria ou o Líder do Bloco Parlamentar PDT/PCdoB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos. Apelo ao deputado Álvaro Gomes...

O Sr. Álvaro Gomes:- Cedo o meu tempo à deputada e peço-lhe o aparte.

O Sr. Marcelino Galo:- Continua o tempo com a deputada Cláudia Oliveira, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Retorno a palavra à deputada Cláudia Oliveira. Deputado Álvaro Gomes, V.Exª tem apenas 1 minuto.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Pois não. Concedo o aparte ao nobre deputado Álvaro Gomes.

O Sr. Álvaro Gomes:- Nobre deputada Cláudia, queria aqui em nome do PCdoB, da nossa Bancada – a deputada Kelly Magalhães, o deputado Fabrício Falcão, em meu nome próprio como líder do nosso partido, desejar-lhe muito sucesso e dizer que vamos sentir saudade da companhia de V.Exª, mas, com certeza Porto Seguro, aquela cidade maravilhosa, vai ter uma administração à altura e desejamos-lhe muito sucesso. Naquilo que pudermos contribuir estaremos à disposição de V.Exª e dizer que iremos lá fazer-lhe uma visita para que aquela cidade continue cada vez mais linda e com a administração exemplar, progredindo e, acima de tudo, uma administração que venha favorecer aqueles que mais precisam, melhorando aquela cidade para que continue sendo uma das cidades mais visitada do mundo.

Portanto, muito sucesso a V.Exª como prefeita de Porto Seguro.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Agradeço-lhe, deputado. Sei da sua participação lá no município de Porto Seguro com o PCdoB ao resolver me apoiar. Quando o procurei, V.Exª me deu todo o apoio que eu necessitava naquele momento. Com certeza, Porto Seguro estará de braços abertos à sua pessoa.

Com o aparte o nosso decano, Reinaldo Braga.

O Sr. PRESIDENTE (João Bonfim):- Deputada Cláudia, interrompo aqui para fazer uma comunicação inadiável. Temos hoje a satisfação de anunciar que a deputada Ivana Bastos é a mais nova vovó da Assembleia. Ela acabou de informar a gravidez, anunciada positiva, da sua filha Nanda. (Palmas!)

Retorno a palavra a V.Exª, deputada Cláudia.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Com o aparte o nobre deputado Reinaldo

Braga.

O Sr. Reinaldo Braga:- Nobre deputada Cláudia Oliveira, vou tentar aqui, atendendo ao apelo do presidente João Bonfim, não fazer um discurso em cima do seu. Tentarei ser breve. Mas digo, com toda a propriedade, que foi uma honra e um privilégio para mim - acho que para todos - tê-la como colega. V.Exª ocupou espaço neste Parlamento como uma pessoa equilibrada, sensata, séria, correta e educada. Conquistou corações tanto na Bancada da Situação quanto na da Oposição. Também assume outra missão política: sai daqui da Casa, desta Assembleia, a Casa das Leis, e vai para Porto Seguro. Tenho certeza absoluta que fará um grande governo. Quero parabenizá-la e dizer mais uma vez que foi uma honra e um privilégio tê-la como colega.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, nobre deputado. Tenha certeza da minha admiração e de que vou tê-lo como referência na minha vida pública.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Quero conceder um aparte ao nobre deputado Mário Negromonte Júnior.

O Sr. Mário Negromonte Júnior:- Deputada, gostaria de fazer coro a todos os deputados que aqui lhe renderam homenagens, sobretudo pelo mandato que cumpriu nesta Casa honrando os votos que teve, saindo lá do Extremo Sul e ganhando a Bahia. Acredito que o povo de Porto Seguro compreendeu bem o seu trabalho, o seu papel na política, e é por isso que deu a V.Exª a oportunidade de nos próximos 4 anos governar os rumos desse município tão importante para nós, brasileiros e baianos.

Portanto, desejo que Deus possa iluminá-la nas suas decisões para que cumpra com os seus atos fazendo o melhor para aquela cidade e aquele povo. Tenho certeza que haverá de fazer. Não é à toa que o Partido Progressista foi avalista da sua campanha, inclusive indicando o vice, o nosso querido amigo Beto Axé Moi, que vai ajudá-la, e muito, na gestão.

Portanto, nós do PP, não só os deputados Ronaldo Carletto, que é da região, Cacá, Aderbal, Luiz Augusto e eu - gostaria também de incluir os outros homens públicos -, vamos ajudar nesta sua gestão. Trago o abraço do presidente do partido, Mário Negromonte. Estivemos juntos lá na campanha e vamos continuar juntos na sua caminhada. É verdade que não é fácil hoje ser prefeito, com a Lei de Responsabilidade Fiscal cada vez mais dura, os Tribunais de Contas. Mas desejo que faça um grande governo e monte uma excelente equipe de técnicos para não deixá-la errar, para que V.Exª. não possa errar.

Então, faça aqui mais uma vez um coro no sentido de desejar-lhe tudo de bom. Conte com a gente. Tenho certeza de que passará esta página de Porto Seguro e escreverá uma página de muito sucesso e muito progresso para aquele povo.

Um grande abraço para V.Exª. Desejo-lhe tudo de bom.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, nobre deputado. O senhor, durante nossa campanha, esteve ao lado do seu pai. Porém, no momento em que mais precisei durante a campanha, vocês estiveram, lá, para me dar o apoio e os conselhos que eu tanto precisei. Um abraço ao nosso deputado Mário Negromonte.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Concedo um aparte ao deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. Pastor Sargento Isidório:- Querida deputada Cláudia, está escrito, na Bíblia, que do Senhor é a terra e a sua plenitude; o mundo e todos os males que ele criou e firmou. Quem subirá ao monte do Senhor ou quem estará em seu lugar santo? Aquele ou aquela que é limpo de mãos; aquele ou aquela que é puro de coração e que não entrega a sua alma à vaidade nem jura enganosamente.

Primeiro, as calúnias e as difamações feitas contra V.Exª não procederam, pois é tão excelente mulher aqui nesta Casa na qualidade de edil, mulher de responsabilidade. Tudo o que V.Exª fez, nesta Casa ou neste Parlamento, foram amizade e amigos. Essas calúnias não conseguiram ficar de pé, tampouco foram pedras. Tais calúnias findaram-se transformando em pontes.

E Deus, jamais, faria continuidade de poder a um casal se não tivesse alguma coisa que lhe agradasse. Tenho convicção de que Deus, olhando, primeiro, para o sofrimento do povo daquela terra, Eunápolis, e, depois, olhando a necessidade de uma gestão melhorada em Porto Seguro, a cidade-mãe da nossa Nação, não haveria coisa melhor do que uma mulher para governar Porto Seguro.

Portanto tenho a convicção de que o Deus de Abraão, Isaac e Jacó lhe colocou à frente daquele Executivo para melhorar e, por isso, Ele lhe dará toda a sabedoria necessária, toda a proteção para lhe livrar nas horas da angústia e nos dias maus. Que a senhora governe o seu povo! Que as mãos de Deus estejam estendidas em sua vida e na vida de sua equipe que governará para o bem-estar do povo de Porto Seguro.

Vá com Deus! Não se esqueça de seus colegas e deste Parlamento. Deus te abençoe.

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Amém. Muito obrigada.

A Srª Neusa Cadore:- V.Exª me permite um aparte?

A Srª CLÁUDIA OLIVEIRA:- Concedo um aparte à nobre deputada Neusa Cadore.

A Srª Neusa Cadore:- Querida deputada Cláudia, nesta tarde que ocupa a tribuna para fazer o seu discurso de despedida, compartilho do sentimento desta bancada, pois já sentimos saudades, mas também um grande orgulho. V.Exª teve um mandato curto mas marcante na história desta Casa, principalmente na Comissão de Direitos da Mulher. Quando aceitou o compromisso de disputar o cargo no Poder Executivo em uma cidade importante como Porto Seguro, isso mostrou uma capacidade grande de encarar desafios.

Cláudia, queria lembrar que, nesta última eleição, o Brasil pôde comemorar. Ampliamos para 36% a participação da mulher nos espaços das prefeituras municipais. Você sabe a importância disso. E só conseguimos isso, Cláudia, porque temos mulheres igual a você, corajosa, determinada e comprometida. Por isso nós nos orgulhamos.

Tenho certeza de que a sua presença à frente do Executivo da nossa bela Porto Seguro marcará a história daquela cidade e marcará a história da Bahia. Vamos ter

muito prazer em não apenas passear em Porto Seguro, mas lhe visitar, ser parceira, estar presente também em algum momento ao seu lado para colaborar. Desde já, eu sei que V.Ex^a terá quatro anos de realização e de muito sucesso.

Que Deus te abençoe. Um grande abraço.

A Sr^a Maria del Carmen:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada, deputada Neusa Cadore, pelo seu aparte.

Com a palavra, para um aparte, a deputada Maria del Carmen.

A Sr^a Maria del Carmem:- Nobre deputada Cláudia, queria hoje chamá-la de amiga Cláudia. Esse período em que convivemos nesta Casa fez com eu aprendesse a admirá-la e a tê-la em grande estima. Não caminhamos juntas na última eleição em Porto Seguro, pois o o nosso partido lá tomou outra condução, mas eu me mantive distante de Porto Seguro naquele momento porque me constrangia muito ir a Porto Seguro, subir no palanque e não poder pedir votos para você, amiga. Eu tinha a certeza de que você prefeita, poderá fazer por aquela cidade, que é berço do Brasil, uma grande administração. Porto Seguro precisa e merece, seu povo tem o direito a ter uma administração diferenciada, a retornar para aquele município a alegria de ser munícipe de Porto Seguro. Uma cidade que foi tão castigada nos últimos anos pelas diversas administrações que por lá passaram, e que não fizeram o que era preciso. Uma cidade tão bela, com um potencial enorme e também com um contraste imenso da miséria, da falta de infraestrutura.

Você, com certeza, Cláudia, com seu jeito, com a sua forma de atuar, com a sua forma de conquistar, que foi demonstrada aqui claramente pelos diversos depoimentos dos colegas que me antecederam, mostra as raízes que fincou nesta Casa. Você sai daqui, mas continua aqui, deixando muitos amigos.

A partir de 1º de janeiro, começa uma nova tarefa, desafiadora, que vai ocupar ainda mais o seu tempo, mas você está preparada para enfrentar essa tarefa. Não tenho dúvida de que será uma grande prefeita e um orgulho para nós mulheres tê-la na prefeitura conduzindo os destinos daquela cidade.

Parabéns, vá em paz, que Deus a acompanhe, que lhe proteja para que faça uma grande administração.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, Maria del Carmem.

Com o aparte a deputada Ivana Bastos.

A Sr^a Ivana Bastos:- Vou falar para minha amiga Claudinha. Hoje estou muito emocionada por me despedir de você como deputada e também pela notícia que recebi há pouco que vou ser vovó. Isso também era um sonho meu, um dia feliz.

Quero dizer a você que você nos encantou, lembro da nossa diplomação no primeiro dia, depois da primeira sessão, você aqui na frente, a gente olhava para você e via essa carinha linda e sabia que você era uma pessoa encantadora. Você vai deixar muita saudade, Foi uma companheira que chegou ao extremo, foi amiga, foi irmã. Quantas viagens fizemos pela FIOL! Quantas risadas nós demos! Quando as pessoas falam das “Cajazeiras” - eu, você e Ângela, como fico feliz! E quero dizer que pode contar comigo como amiga, irmã, companheira. O que eu puder, no meu mandato

aqui na Assembleia, com os nossos trabalhos ajudá-la lá em Porto Seguro, você pode contar.

Você pode ir satisfeita, pode ir feliz, porque aqui você tem 62 amigos, companheiros, e eu tenho certeza de que todos os deputados aqui torcem por você. Torcem pelo sucesso de Porto Seguro. Para nós, é um orgulho muito grande. Chego nos lugares e bato no peito e digo: a prefeita de Porto Seguro é minha irmã, minha amiga.

Boa sorte, vá com o pé direito, você passou nesse período de campanha muita perseguição, mas você venceu. Agradeça a Deus e entre no dia primeiro com o pé direito, porque você nasceu para brilhar. Um grande beijo, amiga!

A Sra. CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, Ivana, saiba que eu a levarei também no coração.

Com o aparte o deputado Sidelvan Nóbrega.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Deputada Cláudia, você foi uma amiga que aprendemos a respeitar pela sua maneira de ser. E eu não podia deixar, neste momento tão importante de transição, você sai desta Casa, sai e deixa uma lacuna muito grande de uma amizade, de uma pessoa sincera de uma companheira que sempre esteve ao lado de todas as lutas, começamos no bloco juntos, dizer que sempre acreditei na sua eleição em Porto Seguro. V.Exª sabe disso. Desde o início e graças a Deus conseguimos, no finalzinho, colocar o nosso Partido ao seu lado.

Sinto-me muito honrado por ter morado naquela cidade por alguns anos e acredito que V.Exª vai transformá-la, fazer com que aquele povo de Porto Seguro, aquelas pessoas que moram lá, pessoas humildes, carentes e que também representam o nosso Estado tão bem, porque sabemos do potencial turístico que aquela cidade tem. Com certeza, com todo esse olhar carinhoso, com essa maneira...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. Sidelvan Nóbrega:- Sr. Presidente, anda faltam 50 segundos.

(...) de administrar, eu acredito que V.Exª irá fazer.

Então, quero desejar toda a felicidade e dizer que V.Exª tem mais um amigo entre todos que conquistou aqui e que aprenderam a lhe respeitar.

Parabéns e que Deus lhe abençoe e a sua família.

O Sr. Deraldo Damasceno:- V.Exª me permite um aparte?

A Sr. CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, deputado Sidelvan, obrigada por tudo, pelo apoio e com certeza também o levarei no coração.

Com o aparte o nobre colega Deraldo Damasceno.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Veja bem, só peço aos que estão aparteando que sejam breves. A deputada Cláudia Oliveira é uma pessoa que merece todo o nosso apreço e nosso respeito, mas peço aos aparteantes que, se possível, sejam breves porque temos uma agenda a cumprir, a deputada sabe disso.

O Sr. Deraldo Damasceno:- Serei breve, Sr. Presidente.

Deputada, já estou morrendo de saudades, meu consolo é saber que V.Exª vai para uma cidade com a qual tenho intimidade, Porto Seguro, onde tive a honra de trabalhar como delegado de Polícia. E prometo visitá-la, sempre que possível.

Mas, quero mesmo é pedir a Deus que lhe dê força, coragem e sabedoria para fazer aquilo que V.Ex^a pretende fazer em prol daquela gente.

Que Deus lhe abençoe e lhe ilumine sempre!

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Muito obrigada.

Concedo o aparte ao nobre deputado Aderbal Fulco Caldas.

O Sr. Aderbal Fulco Caldas:- Minha cara e nobre amiga, deputada Cláudia Oliveira. Não estava presente aqui na hora do seu discurso, ouvi falar e vim até aqui, já relatei sobre V.Ex^a há pouco tempo.

Querida amiga, V.Ex^a deixa uma lacuna muito grande. V.Ex^a é uma parlamentar de escol. É uma pessoa tratável, amável. Este parlamento se ressentia muito da sua falta, mas nos consola o prazer de saber que V.Ex^a vai servir a um povo que ama e por eles é muito amada.

Acompanhei os passos da sua campanha desde a primeira hora como fervoroso torcedor, porque sei que estava fazendo um bem para aquela comunidade, para aquela cidade hospitaleira, cidade histórica, e não tenho dúvida nenhuma quanto ao êxito da fecundidade da sua administração, porque sei da sua competência e sei que só o amor constrói. A coisa mais importante para o gestor é ele ter amor à terra e ao povo, e isso sei que sobra em V.Ex^a.

Portanto, desejo uma administração fecunda, profícua, esses parabéns quero dar também ao povo de Porto Seguro por ter a felicidade de ter uma pessoa da sua acendrada sensibilidade porque isso garantirá o êxito da sua administração.

Portanto, quero parabenizar V.Ex^a e o povo de Porto Seguro e desejar também que tenha um feliz natal e um ano novo próspero de saúde e felicidade e que V.Ex^a vá e os seus amigos permanecem aqui, o nosso gabinete será o seu gabinete, ponho os meus modestos préstimos a sua disposição em tudo aquilo que possa lhe ser útil.

O Sr. José de Arimatéia:- V.Ex^a me permite um aparte?

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, deputado Aderbal, V.Ex^a que sempre esteve ao nosso lado naquele município, desde o lançamento da nossa candidatura sempre esteve presente e com certeza será um amigo que levarei por toda a vida.

Com o aparte o deputado José de Arimatéia.

O Sr. José de Arimatéia:- Deputada Cláudia Oliveira, eu quero desejar a V.Ex^a sucesso nesse novo desafio que V.Ex^a acaba de assumir, como prefeita de uma das cidades mais importantes, não só do Estado da Bahia, mas do Brasil. Tenho certeza que o nosso Partido, o PRB, tanto aqui nesta Casa como lá em Brasília, estará a sua disposição dando apoio, dando atenção, inclusive V.Ex^a vai para uma região que tem área litorânea, onde o Ministério da Pesca estará a sua disposição para que possa fazer um bom trabalho para os mais favorecidos e para os mais necessitados.

Eu tenho certeza que, se Deus permitiu que V.Ex^a ocupasse esse cargo tão importante, como a prefeita de uma cidade, Deus está dando essa confiança, essa credibilidade a V.Ex^a. Da mesma forma que o seu esposo fez um belíssimo trabalho na cidade de Eunápolis, que V.Ex^a possa fazer melhor na cidade de Porto Seguro. Que

Deus abençoe V.Ex^a, um forte abraço, e foi um prazer conhecê-la, aqui nesta Casa, lá do Sul da Bahia, apesar que eu não conhecia V.Ex^a, mas conhecia seu esposo, e tenho certeza que V.Ex^a terá sucesso nesse novo desafio

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, nobre deputado.

Para finalizar, eu acho que aqui é uma amostra do que eu plantei, e quando plantamos amor, colhemos amor.

Quero dizer que aqui para mim não existia Oposição e Situação, a não ser naqueles momentos de embates, de votação. E aqui quero expressar a minha admiração ao deputado Paulo Azi, ao deputado Luciano Simões, a Tom Araújo, Herbert Barbosa, ao deputado, que aqui não se encontra, fugiu o nome agora, mas no meu pensamento e no meu coração ele está, de vê-los falando, e eu imaginava assim: será que um dia eu vou chegar a ser como eles? Então, recebam a minha admiração, todos vocês que brilhantemente fazem a parte de vocês aqui, lutando sempre em prol desse Estado tão valoroso, tão importante para todos nós.

Quero agradecer o carinho que recebi desde o meu primeiro momento aqui, a todos os funcionários da Casa, a Carlinhos, a Armando, enfim, a todos. Desde a primeira vez que entrei nesta Casa eu fui muito bem recebida pelas meninas do cafezinho, então eu levarei todos com muito amor.

Eu sei que a Lei de Responsabilidade Fiscal está aí, eu sei que não é fácil, o deputado Gildásio Penedo disse em entrevista, há uns dias, que daqui a alguns dias as pessoas de bem não vão querer mais ser políticos, dar a sua parcela de contribuição. Eu só tenho, ao lado do meu esposo, oito anos de vida pública, e nós sairemos do município de Eunápolis com a cabeça erguida, com o sentimento de dever cumprido, porque quem hoje conhece o município de Eunápolis sabe que a cidade hoje respira progresso, respira desenvolvimento.

Então, é isso, com certeza, que eu estarei fazendo por Porto Seguro. Em primeiro lugar eu estarei devolvendo a autoestima daquele povo, uma cidade de uma importância tão grande que hoje vive dias muito difíceis. E, com certeza, o meu esposo estará ao meu lado, os meus secretários, os nossos vereadores, todos imbuídos de um bom propósito, de ver, realmente, Porto Seguro no lugar que ela merece, por ser a terra-mãe do Brasil, vitrine que é tanto para as coisas boas quanto para as coisas ruins, a gente sabe que tudo o que acontece em Porto Seguro vai para o mundo. Eu sei que a responsabilidade é grande, mas eu estou preparada, porque eu sei que Deus sempre esteve ao nosso lado e assim sempre estará.

Muito obrigada, um beijo no coração de todos, eu estarei aqui sempre que for possível. E aguardarei todos lá, o nobre deputado, presidente desta Casa, que eu já tinha dito, que me recebeu, desde o início, tão bem, sempre nos dando apoio, sempre nos colocando aqui como um braço direito, e é por isso, Marcelo, que você está onde está.

Ontem, ouvindo a sua entrevista no *Canal Assembleia*, quando você diz que vai chegar a ser governador da Bahia, eu não tenho dúvida disso, porque você faz por onde, e tenha a certeza que você terá o apoio de todos nós.

Muito obrigada e um beijo a todos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu queria pedir uma salva de palmas para a deputada Cláudia Oliveira (Palmas)

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Obrigada, pessoal.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputada, essas palmas transmitem todo carinho que temos por V.Ex^a. V.Ex^a esteve aqui durante dois anos e só vai deixar saudades. É uma deputada séria, assídua, disciplinada, bonita, coerente, competente e que deixou para esta Casa, sem dúvida, a marca, porque o importante na vida é formar relações e desejo sucesso a V.Ex^a como prefeita da cidade de Porto Seguro.

A Sr^a CLÁUDIA OLIVEIRA:- Eu aguardarei a assembleia itinerante em março. Estarei lá como prefeita esperando a todos.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. Luciano Simões:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, a questão de ordem é no sentido de agradecer aqui ao deputado Carlos Brasileiro, que acabei de fazer um pronunciamento nesta tribuna e junto com a assessoria da Minoria, estávamos com dificuldade de estabelecer qual convênio dessa liberação de 23 milhões, 329 mil reais para ONGs e associações. E ele acabou de me ajudar a detectar que não é assistência técnica rural e, sim, implantação de assistência técnica e extensão urbana, apoio de empreendimentos individuais e familiares, e organizados em rede a partir de arranjos produtivos urbanos.

Eu continuei sem entender, mas de qualquer forma, faço o registro aqui porque se trata de extensão, apoio técnico urbano e não rural. E quero dizer também a V.Ex^{as} que vou encaminhar a Comissão Econômica, que trata de economia nesta Casa, os CNPJs dessas entidades que estão localizadas aqui, o Instituto Qualificação e Cidadania, que recebe quase 3 milhões de reais, está no Edifício Martins Catarino, aqui na sede em Salvador. O Movimento Cultura Popular do Subúrbio, MCPS...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, isso não é questão de ordem...

O Sr. Luciano Simões:- É questão de ordem, sim, deputado, estou retificando, V.Ex^a não estava presente quando eu estava presente quando eu fiz o pronunciamento...está localizado no São João do Cabrito, bairro daqui de Salvador, recebendo 6 milhões e 800 mil reais para assistência técnica, extensão rural urbana.

O outro também está localizado nos mares de Salvador. Trata-se da Associação Centro, Arte e Meio Ambiente. O outro que recebe praticamente 6 milhões de reais, está aqui localizado também no bairro do Uruguai, na Cidade Baixa. Encaminharei à Comissão de Estudos Econômicos nesta Casa, e ao Ministério Público Estadual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PR ou PSDB para falar ou indicar orador, pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Leur Lomanto

e por 5 minutos o deputado Pedro Tavares.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra, primeiro, o deputado Pedro Tavares. Ouvir o deputado Pedro Tavares é sempre um prazer.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, primeiro queria fazer uma homenagem aqui a nobre deputada Cláudia Oliveira, deputada amiga que se elegeu prefeita de Porto Seguro e com certeza fará um grande mandato. Deputada Cláudia, por quem tenho uma grande amizade, amizade de muito tempo, amizade da família. Vai fazer falta, mas tenho certeza de que o parlamento perde uma grande deputada, mas Porto Seguro vai ganhar uma grande prefeita, que tem tudo para fazer uma grande administração, tem tudo para fazer um grande mandato.

Então, V.Ex^a vai fazer muita falta a esta Casa, mas tenho certeza que em Porto Seguro V.Ex^a vai fazer um grande governo. Parabéns.

Queria também falar que este governo, deputado Paulo Azi, é um governo que cada dia mais me surpreende. Tenho quase 2 anos de mandato, e cada dia ele me surpreende mais, deputado Carlos Geilson, surpreende-me para o mal, quando eu vejo aqui agora o governo querer votar esse pacote de ICMS, aumentando o ICMS... Na semana passada, já se votou o aumento de algumas taxas, levando o contribuinte a situações difíceis. Cada vez mais esse Governo me surpreende. É um governo que não faz jus à votação que teve. Então, queria repudiar aqui mais uma vez o aumento de impostos, repudiar aqui mais uma vez o aumento do ICMS. Esse governo cada dia mais penaliza o contribuinte, penaliza os baianos. É um governo que além de aumentar imposto, além de aumentar o ICMS, além de aumentar as taxas, não trata o problema da violência pública, não trata a segurança pública de forma correta. Estive no interior da Bahia hoje, e a segurança pública virou um caos. Onde você anda é um caos. Aonde você vai são assaltos a bancos, assaltos, homicídios, assassinatos.

Fora isso, um governo que não olha para o contribuinte, só faz aumentar imposto, só quer tomar novos empréstimos. Também não olha para o interior da Bahia. Vocês, deputados aqui presentes, que são do interior da Bahia veem a questão da seca que tanto -tanto! - prejudica os baianos. Falta sim nesse governo um planejamento de infraestrutura hídrica para levar água aos baianos. Você não vê um planejamento de novas barragens, de novas adutoras, de transposição de bacias. O que você vê é tratarem a seca de forma amena, tentando amenizar o sofrimento dos baianos com carros-pipas, com cestas básicas. Enfim, para algumas coisas que são importantes, mas que não são definitivas para se tratar da seca na Bahia. Falta sim um projeto concreto, um projeto para fazer infraestrutura hídrica na Bahia. Um projeto que faça com que os baianos não passem as dificuldades que estão passando.

Então, fica aqui o meu repúdio, fica aqui a minha indignação com a forma com que esse Governo conduz estas questões. Fica aqui a minha indignação com a forma com que esse Governo no final do ano apresenta para a sociedade o aumento, na semana passada, das taxas e essa semana, o aumento do ICMS. Portanto, fica aqui o meu repúdio a esse governo e dizer-lhe que não conta com o meu apoio para esses aumentos contra a sociedade baiana. Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Leur Lomanto Junior pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de também me associar às palavras dos demais parlamentares e parabenizar a nobre deputada Cláudia Oliveira pela sua eleição à frente da Prefeitura de Porto Seguro. Desejar-lhe muito sucesso e êxito. Sabemos a dificuldade que é administrar um município do porte de Porto Seguro, as dificuldades enfrentadas pela falta de recursos. É um município que precisa e exige grandes mudanças, precisa, necessita de um grande trabalho. Tenho certeza, pela competência de V.Ex^a, pela competência também de seu marido, que também foi prefeito e termina a sua gestão deixando uma marca como um bom prefeito, como um grande prefeito, de que V.Ex^a vai fazer um grande trabalho à frente desse brilhante município, um dos municípios mais bonitos, uma das cidades mais bonitas do Brasil. Quero parabenizá-la por isso. V. Ex^a sai pela porta da frente deixando um grande trabalho, defensora da sua região, defensora da cidade de Porto Seguro.

Quero também me associar aos demais parlamentares mais uma vez desejando-lhes boa sorte e um pleno êxito na futura administração. Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, aqui em pouco tempo vou procurar fazer um balanço do que foi esse ano de 2012 no nosso estado. Aqui tivemos grande debates, grande embates e pudemos discutir assuntos de relevância para o nosso estado.

O governo do PT ficou e deixou a sua marca como um dos piores anos que o estado da Bahia passou nesses últimos tempos. Foram crises em todas as áreas. Começou com a crise na segurança pública em que os policiais fizeram uma paralisação e ficaram dentro da Assembleia Legislativa por vários dias, fazendo reivindicações justas, cobrando promessas feitas pelo governador Jaques Wagner que não foram cumpridas. Foi um caos generalizado em nosso estado.

Está aí, a política de segurança pública vem demonstrando, apesar da boa vontade do secretário, vem demonstrando ser um fracasso no estado da Bahia. Nesse ano ficou, mais uma vez, comprovado que infelizmente a política de segurança do estado da Bahia fracassou, como foi dito aqui anteriormente pelos outros parlamentares. Aumentaram os índices de assalto a banco, de criminalidade, de furtos, de homicídios, isso significa falta de prioridade, falta de investimento e de sensibilidade com esse grave problema que os baianos têm enfrentado.

Gostaria de aproveitar a oportunidade para dizer que na minha querida cidade de Jequié uma cidade que no passado tinha, dentre as suas principais características, ser uma cidade pacata e não havia, dentro dos seus principais problemas, a questão da violência e da segurança pública. Hoje Jequié é como grande parte dos municípios baianos, sofre também com a crise da segurança pública e da violência. Só em um dia dessa semana foram 5 pessoas assassinadas, inclusive, um policial militar, o segundo em menos de 3 meses.

Quero destacar, inclusive, o novo empenho da polícia militar, mas sabemos que não basta, nobre deputado Carlos Ubaldino, só boas intenções, não basta só ter a

vontade de realizar, é preciso recursos e investimentos e a Bahia vem sofrendo com a falta de armamentos, de viaturas, com as delegacias totalmente degradadas, e a falta de mais investimento à inteligência da polícia para combater o crime organizado.

Então eu digo que, mais uma vez, esse ano de 2012, infelizmente, foi um ano triste e para ser esquecido, fiz questão de frisar nesses primeiros 5 minutos a questão da segurança pública e irei usar mais vezes essa tribuna para falar das outras crises como a crise na educação, na seca e por fim esse projeto que vai ferir o bolso do contribuinte aumentando os impostos do nosso estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado o Líder do PSD para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará pelo tempo de 10 minutos o deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, servidores desta Casa, imprensa quero inicialmente fazer um breve comentário sobre a deputada Cláudia Oliveira e somar às falas anteriores e acrescentar que ela esteja protegida pela luz divina, porque ser prefeita é uma tarefa árdua, difícil, embora muito importante, e que precisa de pessoas sérias, competentes e sensíveis como a deputada, para estar numa cidade tão importante e tão bonita como Porto Seguro.

Que Deus a ilumine, proteja, que seja sempre justa nas suas decisões, faça de tudo para zelar pelo dinheiro público, embora vá encontrar vários obstáculos nessa decisão, porque, como dizia o poeta, um dia alguém poderá ter vergonha de ser honesto, mas acho que a vida pública nos chama justamente para o contrário. Tem que ser honesto sempre, mesmo que tenha que enfrentar os inimigos da política, adversários tão ferrenhos. Tem que ser honesto e provar que é honesto, faz parte da vida pública. O importante é ter a cabeça erguida, mãos limpas para tocar esse mandato que Porto Seguro deu a V.Ex^a.

Quero saudar as defensoras públicas, os defensores públicos aqui presentes, Galerias Paulo Jackson, demais participantes que vieram aqui prestigiar esta sessão extraordinária em que se votará o orçamento, buscando, através de emenda, indicação para aumentar o orçamento da defensoria pública, pela importância do seu trabalho, do seu papel na sociedade, principalmente aos que mais precisam. Estaremos solidários nesta luta.

Mas vim também para esclarecer, não para rebater ou ofender o pronunciamento, no qual o deputado Luciano Simões teve a grandeza de reconhecer o equívoco lançado ainda há pouco, com relação aos editais que foram promovidos pela Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza, na contratação de assistência técnica e extensão urbana.

Quero fazer um breve relato de que isso trata-se de fazer acontecer o programa Vida Melhor, um dos programas mais importantes de inclusão social que o governo Jaques Wagner lançou neste sexto ano de mandato, deste governo democrático popular que visa atender as classes mais excluídas.

O programa Vida Melhor foi construído no ano passado. Eu tive a oportunidade e a felicidade de participar, enquanto secretário de Combate à Pobreza, é um dos programas mais justos e mais importantes, repito, criado pelo governador Jaques Wagner, e que tem na sua formação as Unis, Unidade de Inclusão Sócio Produtiva, que é composta, cada uma, de 35 membros, nobre deputado Luciano Simões, 4 profissionais de nível superior, assistente social, economista, administrador, psicólogo, e 30, pessoas são selecionadas em cada comunidade, gerando emprego e renda para o jovem da comunidade, onde a Unidade de Sócio Inclusão irá atuar.

Preciso dizer que esses recursos também servem, não só para poder fazer os estudos de viabilidade econômica, como o acesso ao microcrédito, compra de equipamentos, preparação de pessoas que vivem no mundo do mercado informal, torná-los cada vez mais formalizados, para que possam melhorar suas rendas e a vida de sua famílias.

Para se ter uma ideia, nobres deputados, Sr. Presidente, findando este ano de 2012, o programa Vida Melhor estará incluindo 11 mil famílias em quase todo Estado da Bahia, e essas 11 mil famílias estão sendo contempladas pelas 5 UNIS que foram criadas, até então, no programa. A região metropolitana do Subúrbio, Nordeste de Amaralina, Bairro da Paz, Itapuã e a região que contempla a unidade Itapagipana, na Ribeira.

Então, é um investimento que faz com que não tornemos uma bagunça. Acredito que o deputado Luciano Simões quando reconheceu o equívoco, ele também deve ter reconhecido essa palavra tão pesada e tão imprópria.

O programa ao invés de bagunçar, organiza a cadeia produtiva das pessoas que nunca tiveram o olhar e a mão do governo do Estado nem do governo federal. Esse é um programa pioneiro que servirá de exemplo, sim, para todo Brasil, e principalmente para o programa Bolsa Família, da presidente Dilma Rousseff, para que possamos incluir, cada vez mais, aqueles que nunca tiveram, repito, a mão do Estado.

É tanto, que as pessoas que são atendidas são ambulantes de praia, e pegamos todo setor da praia da Barra até Itapuã, as pessoas que vendem espetinho e acarajé, as pessoas que trabalham com reciclagens, conseguimos organizar mais de duas mil pessoas que trabalham com reciclagem, equipando, colocando equipamentos, inclusive de segurança, de saúde pública para que eles possam trabalhar com mais segurança.

O Sr. Marcelino Galo: V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Concederei um aparte ao nobre deputado Marcelino Galo, depois concluirei nossa fala.

O Sr. Marcelino Galo:- Nobre deputado Carlos Brasileiro, agradeço o apertado de V.Ex^a. Só quero registrar que já está virando praxe nesta Casa, sempre o deputado

Luciano Simões anuncia, com muito alarde, que fará denúncias graves, e depois ele se desculpa ou faz a correção de dados.

Nessa tribuna, ajudado pelo deputado Sandro Régis, foi feita uma confusão para não sei a quem enganar, quando colocou, claramente, que esses convênios eram feitos para assistência técnica rural, inclusive o deputado Sandro Régis só faltou imitar os cabritos, brincado com o povo do Alto do Cabrito. Ali mora um povo pobre que precisa ser incluído socialmente. Essa inclusão social também pode ser feita e ajudada pelo terceiro setor, que tem uma importância no mundo todo. Só aqui nesta Casa que se desvaloriza a atuação dessas organizações não governamentais, que fazem parte da conjuntura, da institucionalidade e do apoio às políticas públicas no mundo moderno.

Aceitamos a correção que ele fez em tempo, porque sabia que através do pronunciamento de V.Ex^a. seria devidamente corrigido, mas é preciso que tenhamos mais responsabilidade ao usar essa tribuna para que não ocorra outras vezes o que ocorreu aqui, neste momento, que foi anunciado com muito alarde, mas o que se viu foi muita irresponsabilidade.

O Sr. Joseildo Ramos:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Agradeço a participação, nobre deputado. Ao mesmo tempo, cedo outro aparte ao nobre deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Deputado Carlos Brasileiro, apenas pedi esse aparte para fazer uma pequena lembrança.

Logo no início dos trabalhos do próximo ano, seria interessante, deputado Marcelino Galo, reavivarmos a oportunidade de fazer aquela audiência pública, quando poderemos trazer esses protagonistas que estão fazendo essa grande alteração no modo como o governo, através desses agentes de capilaridade, está colocando essa proposta inclusiva, coisa que não foi feita nos governos anteriores que esses Srs. Deputados apoiavam.

Portanto, é uma oportunidade deles mergulharem profundamente na realidade, para não falarem coisas que ignoram.

O Sr. CARLOS BRASILEIRO:- Agradeço a participação, deputado.

Concluindo, quero apenas colocar para os nobres deputados que esse foi um programa pensado com muito cuidado. Por isso os editais estão saindo agora, depois de um longo debate, inclusive com a PGE, com os advogados da Sedes, com os advogados da Casa Civil, para que pudéssemos colocar para a sociedade baiana um produto que tenha respaldo legal da nossa Procuradoria Geral do Estado.

A qualificação dos técnicos é feita pela FLEM, em parceria com a Universidade Católica do Salvador, coordenada pelo professor que foi um dos idealizadores desse programa, professor Gabriel Kraychete, que tem tido um resultado extraordinário e, repito, será espelho para todo Brasil e para o governo federal.

No ano de 2013 está previsto, com a implantação dessas nove outras unidades que se estenderão a Teixeira de Freitas, Porto Seguro, Eunápolis, Feira de Santana, deputado Carlos Geilson, Alagoinhas, Camaçari, Lauro de Freitas, Juazeiro, Senhor

do Bonfim, Barreiras, a perspectiva de inclusão sócio-produtiva de 28 mil famílias deste Estado, repito, que nunca tiveram a mão do governo e do poder público, e hoje, com o governador Wagner, estão tendo.

Quero encerrar, Sr. Presidente, me permita, afirmando com muita veemência e conhecimento de causa que pessoas que trabalham, por exemplo, com cachorro-quente ou com espetinho em vários bairros populares desta Capital, como Cajazeiras, Subúrbio Ferroviário e Itapuã, saíram de uma renda média de R\$ 400,00 para estar faturando, hoje, em torno de R\$ 1.300,00, justamente porque foi dado a elas um equipamento que possa traduzir para aquele que vai comprar segurança na saúde, qualidade do produto e organização da cadeia produtiva.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador, nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do DEM ou do PMDB para falar ou indicar o orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Luciano Simões:- Sr. Presidente, falarei por todo o tempo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Simões pelo tempo de até 10 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, o nobre deputado, o nosso amigo Marcelino Galo, Líder do governo de plantão, fez um jogo de palavras aí, e quem não ouviu o meu discurso anteriormente iria acreditar na versão do deputado Marcelino Galo. O que houve, realmente, foi uma retificação do objeto dos convênios. Esses convênios, nobre deputado Marcelino Galo, como eu vou reiterar a V.Ex^a, estão sendo encaminhados ao Ministério Público e à Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo da Casa.

Não é possível que o Estado da Bahia que tem a Secretaria de Indústria e Comércio, a própria Sedes – Secretaria de Desenvolvimento Social, a Secretaria de Trabalho e Ação Social, e a Sudic passe para uma entidade de fundo de quintal, uma associação do Alto do Cabrito que sequer tem uma sede digna para ter um aparato, a administração de R\$ 7 milhões para fazer a assistência técnica não rural, a assistência técnica urbana a empresas localizadas naquela área. É a bagatela de R\$ 7 milhões onde você tem uma biboca no Alto do Cabrito! Essa biboca vai administrar R\$ 7 milhões.

Esta semana a distribuição do governo foi de R\$ 23.800.000,00 para entidades de ponta de rua administrarem os aspectos econômicos da localidade, sem que essas entidades tenham um sociólogo, um administrador, um economista, um engenheiro civil ou um engenheiro da área econômica para administrar esse dinheiro do Estado da Bahia. Isso, deputado Marcelino Galo, parece piada para a população! Mas a população está de olhos abertos para o Partido dos Trabalhadores, e a resposta já tivemos nas últimas eleições, deputado Pastor Sargento Isidório, na Capital, em Salvador, onde o deputado ACM Neto, contra a dinheirama do governo do Estado, contra o governo federal, contra todo o aparato governamental, foi vitorioso nas últimas eleições. Isso é fruto da má gestão dos recursos públicos.

Já está no Ministério Público a minha denúncia de que o governo do Estado, através de associação, presta serviços de instituição rural. Para que existe a Ebda? Para que existe a Cerb, se as ONGs estão fazendo obras de recursos hídricos? Então, o governo do Estado deveria mandar um projeto de lei extinguindo a Cerb, a Sudic, a Secretaria de Indústria e Comércio e a própria Sedes e dando as ONGS e as associações o direito de fazer a gestão pública, mesmo sem estrutura, mesmo sem aparato técnico.

Isso é um desrespeito com a cidadania, isso é um desrespeito com o direito administrativo, com a organização governamental criada por lei. O deputado Carlos Brasileiro sabe disso! A EBDA em Senhor do Bonfim é um órgão estruturado. A Cerb é um dos órgãos mais estruturados da região e a embasa também. Não se pode dar 10, 20, 30, 40 milhões a ONGs que não têm condição e estrutura técnica para realizar as obras. Isso é um falta de respeito. Está aí o Instituto Brasil, deputada Neusa Cadore. Os diretores da Sedur e do Instituto Brasil estão com os bens indisponíveis.

Eu acabei de encaminhar para a jornalista de A Tarde Regina Bochicchio. Hoje, deputado Pastor Sargento Isidório, o *Diário Oficial* publica mais um convênio com o Instituto Brasil no valor de R\$ 5 milhões. Depois de o TCE constatar as irregularidades, de o Ministério Público pedir a indisponibilidades dos bens dos seus diretores e de a presidente do Instituto Brasil fugir do Estado da Bahia.

O *Diário Oficial*, deputado Carlos Ubaldino, da Assembleia de Deus, em vez de mandar para a Assembleia de Deus, que está fazendo aquela construção, próxima ao Iguatemi, para acelerar as suas obras, as obras da paz, encaminha para o Instituto Brasil, que está aí nas malhas da lei; publica e eu encaminhei ao jornal A Tarde, jornalista Paulo Bina, mais R\$ 5 milhões para o Instituto Brasil. Isso é uma vergonha, deputado Carlos Brasileiro. O processo contra o Instituto Brasil é público. É uma auditoria, uma investigação do TCE, uma investigação de jornalista patrocinada pela equipe do jornal A Tarde. É o Ministério Público acionado, a cada momento, mais um convênio.

Você acorda, lê o *Diário Oficial*, e está lá, deputado Marcelo Nilo, mais R\$ 5 milhões para o Instituto Brasil. É por isso, deputado Marcelino Galo, que nós protestamos a todo momento e vamos esperar que a lei seja cumprida.

Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o Líder do PT para falar ou indicar orador pelo tempo de 10 minutos.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr. Presidente, falará por 5 minutos o deputado Álvaro Gomes e pelo tempo restante o deputado Marcelino Galo.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado comunista Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, hoje nós temos vários projetos para serem votados. Faço um apelo para que a oposição chegue a um consenso com a Bancada do governo, porque o principal questionamento que vem sendo feito é com

relação ao empréstimo de R\$ 1 bilhão e 125 milhões.

É importante ressaltar que esse empréstimo é fundamental para o desenvolvimento do nosso Estado, inclusive, para Salvador. Um dos objetivos desse empréstimo diz respeito à questão da mobilidade urbana, que hoje é um caos, principalmente em Salvador.

Então, é preciso que a oposição reflita sobre e seu posicionamento de não votar hoje. Nós precisamos aprovar o mais rapidamente possível esse projeto. Por acordo, hoje, nós podemos aprovar os demais projetos. Se não for por acordo, terá que ser votada a urgência para votar esse projeto na próxima semana, já que o Estado necessita desses recursos para continuar se desenvolvendo e investindo, principalmente, para beneficiar aqueles mais necessitados.

A Bahia tem avançado muito nas questões sociais e de infraestrutura. Nós observamos que o governador Jaques Wagner pegou essas estradas quase todas comprometidas, e hoje a recuperação é quase que total. O governo vem investindo no social, no funcionalismo público, na educação, na geração de emprego e renda. São quase 600 mil novos empregos gerados, e o governo precisa desse empréstimo para continuar o progresso, beneficiando, principalmente, aqueles que mais necessitam.

Portanto, fazemos aqui um apelo à Oposição, eles já entendem qual é o objetivo do empréstimo, que é inclusive para beneficiar Salvador e o Estado da Bahia inteiro. O empréstimo tem como objetivo ser aplicado, também, na questão da mobilidade urbana, na infraestrutura. Por isso nós fazemos um apelo para que a Oposição realmente chegue a um entendimento aqui junto com a Bancada de Governo, a Liderança do Governo, depurado José Neto, junto com o deputado Paulo Azi, para que se chegue a um denominador comum, para que possamos, efetivamente, votarmos os projetos de interesse da sociedade.

Tratando-se, também, de debates sobre proposições de parlamentares, fazemos um apelo à liderança do governo para que aprove, também, e chegue a um denominador comum, com relação a um projeto de nossa autoria que proíbe a cobrança de estacionamento em shopping center. Por quê? Porque o projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, que é a comissão que analisa e estuda com profundidade a questão da constitucionalidade. A Comissão de Constituição e Justiça já estudou, já analisou e já aprovou, por unanimidade, o projeto. Aliás, o relator foi, inclusive, o nosso companheiro, colega Carlos Geilson, vice-líder da Oposição. Esse projeto já passou pela Comissão de Defesa do Consumidor, que é a comissão que discute o mérito. E também foi aprovado por unanimidade e teve como relator nosso colega Carlos Brasileiro. Hoje, está na Comissão de Infraestrutura, nas mãos do deputado Euclides Fernandes que, também, já se posicionou favoravelmente.

Por isso a gente faz um apelo para nesse bloco de projetos que vão ser analisados aqui, esse projeto também seja analisado, já que é um projeto que está pronto para votar, já foi discutido, já foi debatido, está colocado na ordem do dia, a ameaça de cobrar estacionamentos em *shopping centers*.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o nobre deputado Marcelino Galo pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. MARCELINO GALO:- Sr. Presidente, representantes do Partido dos Trabalhadores, mais uma vez aqui eu gostaria de afirmar que nos pronunciamentos dos deputados Luciano Simões e Sandro Régis, eles foram claros, inclusive usando os diferentes conceitos de urbano e de rural, quando os dois afirmaram que essas entidades haviam firmado convênios para fazer a assistência técnica rural.

Então, isso está taquigrafado e pode ser comprovado. Não sei se isso foi no sentido de fazer a real confusão, a troca de palavras que ele alega aqui. Mas esta Casa ouviu e está registrado. Então, esta forma de se comportar e sempre anunciar, com grande alarde, uma grande denúncia contra o governo. Aqui, hoje, está registrado. Então, essa forma de se comportar e sempre anunciar com grande alarde, uma grande denúncia contra o governo, aqui, hoje, está comprovado que foi de forma irresponsável e sem saber de fato do que se tratava. Então, isso não pode ficar acontecendo de forma repetida. Toda sessão acontece isso.

Então, é preciso compreender que isso é um conceito. Rural é uma coisa e urbano é outra. Claro que uma entidade que dá assistência ao urbano no Alto do Cabrito, ela não pode fazer a assistência rural, mas essas entidades são necessárias, porque elas executam política pública, mesmo sem serem entidades do Estado.

Isso acontece de forma natural no mundo todo. É uma forma de se trabalhar a inclusão social. Inclusive esses bairros aí citados, inclusive o Subúrbio Ferroviário. Este é um bairro, extremamente, pobre onde a economia gira em torno do informal e a importância que tem o financiamento de pequenos equipamentos, o acompanhamento para credenciar esta população para fazer a busca ativa.

Então não precisamos, também, ficar, aqui, de forma resignada, ouvindo essas irresponsabilidades o tempo todo. É preciso, deputado Joseildo, convocar uma audiência pública trazendo todas essas entidades não governamentais, que trabalham junto com o governo, para se manifestarem nesta Casa e colocarem para a sociedade baiana, claramente, o que executam.

E, aí, estão em funcionamento tanto Ministério Público quanto a Polícia Federal. Isso é a conquista de nosso governo. E a reforma política que tanto se falou não funciona, porque o PMDB é o principal parceiro do Partido dos Trabalhadores, neste governo em nível federal. E, aqui, conduz-se desta forma e todo mundo sabe por quê.

Então isso só será resolvido quando houver, neste País, uma reforma política em que a sociedade coloque, claramente, as suas representações para não haver esta forma oportunista de fazer política.

Portanto temos de discutir, aqui, com a sociedade. Inclusive, é bom que esta Casa divulgue o que se faz, aqui, no dia a dia, ao tentar desqualificar entidades importantes dizendo que é fundo de quintal. Este governo tem responsabilidade com isso.

Precisamos, realmente, fazer uma reforma política para que tenhamos partidos

com programas, com orientação ideológica clara, a fim de não se fazer esta confusão que deseduca a sociedade. Usem os instrumentos jurídicos que a sociedade expõe como o Ministério Público ou a Polícia Federal e fiscalizem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir.

O Sr. MARCELINO GALO:- Aqui, a Oposição está em seu papel de fazer as denúncias que achar conveniente, mas não precisa agir dessa forma irresponsável.

Toda vez é a mesma coisa. Faz-se uma grande denúncia com muito alarde. E, logo a seguir, pede-se desculpas ou, então, volta-se, para si mesmo, a fim de se autoexplicar. E a explicação, feita aqui hoje, se antecipou justamente, porque chegou um documento e foi colocado nas mãos do ex-secretário, Carlos Brasileiro, que participou da elaboração deste programa com muita responsabilidade. Isso não tem nada a ver com rural.

Então é preciso agir com mais seriedade. Que se denuncie o governo no que for conveniente ou no que quiser, porém, com mais responsabilidade.

(Não foi revisto pelo orador.)

ORDEM DO DIA

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Ordem do Dia.

Em votação o Projeto de Lei nº 20.083/2012, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei nº 4.926, de 27 de janeiro de 1989.

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº ____ DE ____ DE 2012

Altera a Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão “CAUSA MORTIS” e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), a Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as taxas estaduais no âmbito do Poder Executivo Estadual e a Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

DECRETA

:

Art. 1º - Os dispositivos, abaixo indicados, da Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art.

4º

-

.....

.....

II - as transmissões hereditárias de prédio de residência que constitua o único bem do espólio, cujo valor do imóvel seja igual ou inferior a R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais), desde que à sucessão concorram apenas o cônjuge ou filhos do “*de cujus*” e que fique comprovado não possuírem outro imóvel;

.....”
.....

“**Art. 9º** - As alíquotas do ITD são as seguintes:

I - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), nas doações de quaisquer bens ou direitos;

II - nas transmissões *causa mortis*:

a) 4% (quatro por cento), para espólio de R\$100.000,00 (cem mil reais) a até R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

b) 6% (seis por cento), para espólio acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) a até R\$300.000,00 (trezentos mil reais);

c) 8% (oito por cento), para espólio acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

.....”

“**Art.**

13

-
.....
.....

II - 60% (sessenta por cento) do valor do imposto, quando a falta do pagamento não decorrer de fraude;

III - 100% (cem por cento) do valor do imposto, quando a falta do pagamento decorrer de fraude.”

Art. 2º - A Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, passa a vigorar acrescida do dispositivo seguinte:

“**Art.**

4º

-
.....
.....

V - as transmissões *causa mortis* de bens ou direitos cujo valor total do espólio seja de até R\$100.000,00 (cem mil reais).”

“**Art. 13-A** - As multas previstas no art. 13 serão reduzidas nos seguintes percentuais:

I - 70% (setenta por cento), se forem pagas dentro do prazo de 30 (trinta) dias, contados da intimação do lançamento de ofício;

II - 35% (trinta e cinco por cento), se forem pagas antes da inscrição do débito na dívida ativa tributária;

III - 25% (vinte e cinco por cento), se forem pagas antes do ajuizamento da execução do crédito tributário.

§ 1º - Condiciona-se o benefício ao pagamento integral do débito ou, se autorizado o parcelamento, ao pagamento em até 12 (doze) parcelas mensais e consecutivas.

§ 2º - O pagamento efetuado nos termos deste artigo implica renúncia à defesa ou recurso previsto na legislação e desistência aos já interpostos.”

Art. 3º - O art. 16 da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescido do seguinte dispositivo:

“**Art.** **16**

-

.....

.....

V - 26% (vinte e seis por cento) nos serviços de telefonia, telex, fax e outros serviços de telecomunicações, inclusive serviço especial de televisão por assinatura.”.

Art. 4º - Fica alterado o art. 2º da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012, passando a vigorar da seguinte forma:

“**Art.** **2º**

-

.....
.....”

.....

“**Art.** **19** -

.....

.....

.....

§ 4º - Somente se aplicará a pauta fiscal como base de cálculo para apuração do imposto relativo à operação própria nas saídas internas ou interestaduais de AEHC ou de álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel, quando esta for superior ao valor da operação.”

-

XXVII - R\$ 90,00 (noventa reais) por cada produto sem o selo fiscal correspondente ou com selo fiscal irregular;

.....”

Parágrafo único - Os efeitos deste artigo retroagirão à data da publicação da Lei nº 12. 605, de 14 de dezembro de 2012.

Art. 5º - Fica alterado o art. 13 da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção das alterações no art. 15, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, que terão seus efeitos a partir de 01 de janeiro de 2013.”

Art. 6º - Fica acrescentado o § 3º ao art. 11 da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012, com a seguinte redação:

“Art. 11

-

§ 3º - A dispensa prevista neste artigo estende-se ao pagamento de honorários advocatícios decorrentes da cobrança da dívida ativa tributária, relacionados aos débitos fiscais extintos nos termos deste artigo.”.

Art. 7º - A Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 19 -

.....

§ 2º - Nas operações com produtos agropecuários e extrativos, só será adotada a pauta fiscal nas operações efetuadas diretamente por

produtor ou
extrator não equiparado a comerciante ou a industrial ou por
pessoa não
inscrita no cadastro estadual, ressalvadas as operações com gado;

.....
.....”

“**Art.** **42**

-

.....

XXIII - R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), pela falta de
transmissão
eletrônica de Nota Fiscal ou dos dados constantes de Nota Fiscal, na
forma e nos prazos previstos na legislação;

.....
.....”

Parágrafo único - Os efeitos deste artigo retroagirão à data da publicação
da Lei nº

12.605, de 14 de dezembro de 2012.

Art. 8º - O art. 16-A da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a
vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 16-A** - As alíquotas incidentes nas operações e prestações
indicadas no inciso I do art. 15, com os produtos e serviços
relacionados nos incisos II, IV e V do artigo anterior, serão
adicionadas de dois pontos percentuais, cuja arrecadação será
inteiramente vinculada ao Fundo Estadual de Combate e
Erradicação da Pobreza.”

Art. 9º - Os dispositivos da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, a
seguir indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art.** **5º**

-

I

-

.....

.....

.....

d) as empresas inscritas no cadastro de contribuintes do ICMS do
Estado da Bahia, na condição de Microempresa e Empresa de
Pequeno Porte, exceto em relação à taxa anual pela utilização
potencial do serviço de extinção de incêndios;

.....
.....

f) no âmbito do corpo de bombeiros os consumidores, residenciais ou não residenciais, com consumo de energia elétrica no ano anterior de até 2.400 Kwh, bem como os consumidores de imóveis rurais, na forma em que dispuser o Regulamento, em relação ao pagamento da taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios.”

.....
.....

II

-
.....

.....
.....

i)

.....
.....
.....

2. a pesquisa de incêndio e explosão;

.....
.....”
.....

Art. 10 - A alínea “i” do inciso II do art. 5º e o Anexo I, ambos da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, passam a vigorar acrescidos dos seguintes dispositivos:

“Art.

5º

-
.....
.....

II

-
.....

.....
.....

i)

.....
.....
.....

3. a vistoria.”

**“ANEXO I
TAXAS PELO EXERCÍCIO DO PODER DE POLÍCIA**

(previsto no art. 1º, I)

Classificação				HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA				Valores em Real (R\$)
01	09	03					Taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios (por cada 100 kwh de consumo de energia elétrica no ano imediatamente anterior)	Ver nota 4 no final deste item
01	09	03	01				Imóveis residenciais	0,50
01	09	03	02				Imóveis não residenciais	0,90
Nota 4: A taxa prevista no item 1.9.3 será exigida relativamente a imóveis localizados em Municípios do Estado que possuem unidade do Corpo de Bombeiros que preste serviço de prevenção e extinção de incêndio, bem como em Municípios vizinhos, desde que as sedes destes distem até 35km das sedes dos Municípios em que esteja localizado a referida unidade.								

Art. 11 - Ficam revogados o inciso III do art. 4º e a Tabela de Alíquotas anexa, ambos da Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, bem como a alínea “I” do inciso II do *caput* do art. 16 da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.

Art. 12 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

Deputado Alan Sanches
Relator

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Faltam os pareceres da Comissão de Constituição e Justiça, de Infra-estrutura Desenvolvimento Econômico e Turismo, de Educação, Cultura, Ciências e Tecnologia, de Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações de Trabalho e de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

Designo o deputado Alan Sanches para relatar a matéria.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Alan Sanches para relatar a matéria.

O Sr. ALAN SANCHES:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, demais presentes nesta sessão, imprensa, na verdade o PSD faz parte do governo com o vice-governador.

(Lê): “*PARECER*

Das Comissões de Constituição e Justiça, Infra-Estrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Defesa do Consumidor e Relações do Trabalho, Finanças, Orçamento e Fiscalização e Controle. Este é o parecer dessas comissões ao Projeto de Lei 20.083/2012, de autoria do Poder Executivo, que 'altera a Lei 4.826, de 27 de janeiro de 1989, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão 'CAUSA MORTIS' e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD), a Lei n° 11.631, de 30 de dezembro de 2009, que dispõe sobre as taxas estaduais no âmbito do Poder Executivo Estadual, e a Lei n° 7.014, de 4 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o ICMS.'

O projeto que ora passo a relatar, encaminhado a esta Casa pelo Exm° Sr. Governador do Estado, tem o objetivo de promover alterações na legislação tributária estadual, através de modificações nas Leis n°s: 4.826/89, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão 'CAUSA MORTIS' e doação de quaisquer bens ou direitos (ITD); 11.631/2009, que dispõe sobre as taxas estaduais no âmbito do Poder Executivo; e 7.014/96, que trata do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS.

No que respeita às alterações na Lei n° 4.826/89, o projeto prevê a ampliação do valor limite do imóvel que terá isenção de ITD nas transmissões hereditárias em que constitua o único bem do espólio, desde que à sucessão concorram apenas o cônjuge ou filhos do 'de cujus' e que não possuam outro imóvel; além disso, cuida também a proposição da atualização das alíquotas do ITD, observado o limite máximo fixado na Resolução n° 09/92 do Senado Federal, a da redefinição dos percentuais de multa decorrentes de falta de pagamento.

Em relação à Lei n° 11.631/2009, o projeto institui a taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios, tendo como parâmetro o consumo anual de energia elétrica, sendo destinada ao aparelhamento do Corpo de Bombeiros e exigível relativamente a imóveis localizados em municípios que possuam unidade do Corpo de Bombeiros ou cuja sede esteja localizada a até 35 km de outra sede municipal que a possua.

Já a modificação proposta à Lei n° 7.014/96 vem elevar em 1% a alíquota dos serviços de telecomunicações, inclusive TV por assinatura, 'para fazer face à necessária obtenção de recursos orçamentários que serão aplicados em habitação, saúde e outros programas de relevante interesse social', segundo registra o Chefe do Executivo em sua Mensagem.

O projeto recebeu 3 emendas, sendo a de n° 1 de autoria do Deputado Alan

Sanches e as demais da Liderança da Minoria. A emenda nº 1 propõe a redução em 50% das alíquotas do ITD quando o contribuinte for servidor público ou agente político, com, no mínimo, 4 anos de efetivo exercício na função. Opino pela rejeição, considerando que a emenda apresentada encontra óbice no inciso II do art. 150 da Constituição Federal, que veda à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios instituírem tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos.

Assim, considerando que a emenda proposta está eivada de inconstitucionalidade, a mesma deve ser rejeitada.

A emenda nº 2 propõe a redução das alíquotas do ITD, de 5% para 3% nas doações e de 8% para 5% nas transmissões “CAUSA MORTIS”. Opino também pela rejeição, uma vez que a Resolução nº 09, de 05 de maio de 1992, do Senado Federal, estabelece que a alíquota máxima para o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação será de 8%, podendo os Estados fixarem alíquotas progressivas em função do quinhão que cada herdeiro efetivamente receber nos termos da Constituição Federal.

Atualmente, nas transmissões “causa mortis” são aplicadas as seguintes alíquotas: 4% para imóveis com valor de até R\$ 65.000,00, 6% para imóveis entre R\$ 65.000,00 e R\$ 650.000,00 e 8% para imóveis acima de R\$ 650.000,00. Assim, reduzir a alíquota para 5%, conforme pretende a emenda em apreço, representaria renúncia de receita para a Fazenda Pública Estadual.

Por outro lado, o acréscimo da alíquota incidente sobre a doação tem por objetivo evitar uma possível elisão fiscal dos contribuintes, que podem preferir efetuar a doação em vez da transmissão após inventário. Diante dos argumentos mencionados, a presente emenda não deve ser aceita.

A emenda nº 3 propõe a supressão dos arts. 3º e 4º do projeto, bem como do inciso III do art. 4º e da Tabela de Alíquotas, ambos da Lei nº 4.826/89. A justificativa da emenda é no sentido de impedir-se a elevação da alíquota do ICMS sobre os serviços de telefonia. Opino pela rejeição. A majoração do ICMS relativa aos serviços de comunicação apresenta-se como a melhor alternativa para redistribuição da arrecadação tributária que será afetada pelas pertinentes medidas de redução do preço da energia elétrica tomada pelo Governo Federal.

A proposta visa onerar apenas um segmento que não terá um impacto tão grande na cadeia produtiva, pois todo o esforço dos governos federal e estaduais atualmente é no sentido de desonerar a indústria e permitir que a mesma possa concorrer com preços competitivos no mercado nacional e internacional, enquanto um aumento em outro segmento econômico provocaria um forte impacto na cadeia produtiva industrial. Nas comunicações o efeito na majoração da carga tributária pode ser mitigado pelo fato de ser um serviço que pode ser controlado e reduzido. Desta forma, a emenda apresentada não merece acolhimento.

Por fim, apresento, na condição de Relator, as seguintes emendas:

Emenda de Relator nº 01: Acrescente-se, ao Projeto de Lei nº 20.083/2012, um artigo, que será o art. 4º, com a redação a seguir indicada, renumerando-se os demais artigos:

Art. 4º - Fica alterado o art. 2º da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012, passando a vigorar da seguinte forma:

“**Art. 2º** -

.....

“**Art. 19** -

.....

§ 4º - Somente se aplicará a pauta fiscal como base de cálculo para apuração do imposto relativo à operação própria nas saídas internas ou interestaduais de AEHC ou de álcool não destinado ao uso automotivo, transportado a granel, quando esta for superior ao valor da operação.”

“**Art. 42** -

.....

XXVII - R\$ 90,00 (noventa reais) por cada produto sem o selo fiscal correspondente ou com selo fiscal irregular;

.....”

Parágrafo Único: Os efeitos desse artigo retroagirão à data da publicação da Lei 12. 605, de 14 de dezembro de 2012.

Justificativa: A Emenda tem por objetivo acrescentar um artigo ao Projeto de Lei nº 20.083/2012, com intuito de alterar a redação do art. 2º, da Lei nº 12.605 de 14 de dezembro de 2012.

Emenda de Relator nº 02: Acrescente-se, ao Projeto de Lei nº 20.083/2012, um artigo, que será o 5º, com a redação a seguir indicada, renumerando-se os demais artigos:

Art. 5º - Fica alterado o art. 13 da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 13** – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com exceção das alterações no art. 15, inciso III e §§ 5º e 6º, da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, que terão seus efeitos a partir de 01 de Janeiro de 2013.

Justificativa: A Emenda tem por objetivo alterar a redação do art. 13, da Lei nº 7.014 de 04 de dezembro de 1996 com intuito de indicar os efeitos do art. 15, inciso III e §§ 5º e 6º.

Emenda de Relator nº 03: Acrescente-se, ao Projeto de Lei nº 20.083/2012, um artigo, que será o 7º, com a redação a seguir indicada, renumerando-se os demais artigos:

Art. 7º - A Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 19** -

.....

§ 2º - Nas operações com produtos agropecuários e extrativos, só será adotada a pauta fiscal nas operações efetuadas diretamente por produtor ou extrator não

equiparado a comerciante ou a industrial ou por pessoa não inscrita no cadastro estadual, ressalvadas as operações com gado;

.....”
“Art. 42 -

.....
XXIII - R\$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais), pela falta de transmissão eletrônica de Nota Fiscal ou dos dados constantes de Nota Fiscal, na forma e nos prazos previstos na legislação;

.....”
Parágrafo único - Os efeitos desse artigo retroagirão à data da publicação da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012.

Justificativa: A Emenda tem por objetivo alterar a redação da Lei nº 7.014, de 04 de dezembro de 1996.

Emenda de relator nº 04: Altere-se a redação do art. 2º do Projeto de Lei nº 20.083/2012, para acrescentar um inciso V ao art. 4º da Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, com a seguinte redação:

“Art. 2º -

Art. 4º -

.....
V - as transmissões causa mortis de bens ou direitos cujo valor total do espólio seja de até R\$100.000,00 (cem mil reais).”

Justificativa: A proposta visa permitir que o espólio do de cujus de valor até R\$ 100.000,00 não seja tributado pelo ITD, desonerando do imposto a transmissão de bens e direitos de pessoas de pouca capacidade econômica.

Emenda de relator nº 05: Altere-se a redação do art. 1º do Projeto de Lei nº 20.083/2012, para modificar a redação do art. 9º da Lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, com a seguinte redação:

“Art. 1º -

“Art. 9º - As alíquotas do ITD são as seguintes:

I - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), nas doações de quaisquer bens ou direitos;

II – nas transmissões causa mortis:

a) 4% (quatro por cento), para espólio de R\$100.000,00 (cem mil reais) a até R\$200.000,00 (duzentos mil reais);

b) 6% (seis por cento), para espólio acima de R\$200.000,00 (duzentos mil reais) a até R\$300.000,00 (trezentos mil reais);

c) 8% (oito por cento), para espólio acima de R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

.....”
Justificativa: A proposta cria uma variação da alíquota do ITD na transmissão causa mortis de acordo com valor do espólio. A alíquota torna-se progressiva à medida que o valor do espólio aumenta, respeitado o limite definido pelo Senado Federal de 8% (oito por cento). Com isso, busca-se reduzir a incidência

do imposto sobre a transmissão de bens e direitos da população de menor renda, compensando-se com a aplicação da maior alíquota para as transmissões de maior valor.

Por outro lado, a proposta reduz a alíquota nas doações de 5%, apresentada no projeto original, para 3,5%, configurando-se um aumento real de 1,5% em relação à alíquota atualmente vigente que é de 2%, mantendo uma aproximação com as alíquotas incidentes nas transmissões causa mortis para evitar elisão fiscal dos contribuintes.

Emenda de relator nº 06: Acrescente-se um artigo ao Projeto de Lei nº 20.083/2010, que será o 6º, renumerando-se os demais, com a seguinte redação:

“**Art. 6º** - Fica acrescentado o § 3º ao art. 11 da Lei nº 12.605, de 14 de dezembro de 2012, com a seguinte redação:

“**Art. 11** -

.....
§ 3º - A dispensa prevista neste artigo estende-se ao pagamento de honorários advocatícios decorrentes da cobrança da dívida ativa tributária, relacionados aos débitos fiscais extintos nos termos deste artigo.”

Justificativa: A presente emenda tem por objetivo acrescentar um artigo ao Projeto de Lei nº 20.083/2012, com o intuito de ajustar o texto da Lei nº 12.605, publicada no último dia 15 de dezembro.

Com esta proposição, que incluirá um § 3º ao art. 11 da Lei nº 12.605/2012, estar-se-á garantindo que a extinção dos débitos relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, sejam extintos de forma integral. Sem a inclusão do referido dispositivo, não será possível retirar do sistema da SEFAZ os débitos objeto de extinção pela norma, pois restaria pendente a baixa dos valores dos honorários advocatícios a eles vinculados.

Emenda de relator nº 07: Altere-se no art. 5º do Projeto de Lei nº 20.083/2012, a redação proposta à alínea f, do inciso I do art. 5º da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, na forma seguinte:

“**Art. 5º** -

Art. 5º -

I -

.....

f) no âmbito do corpo de bombeiros os consumidores, residenciais ou não residenciais, com consumo de energia elétrica no ano anterior de até 2.400 Kwh, bem como os consumidores de imóveis rurais, na forma em que dispuser o Regulamento, em relação ao pagamento da taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios.”

Ante o exposto, e considerando que a proposição atende os requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação com as alterações promovidas pelas Emendas de Relator.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

Deputado Alan Sanches
Relator.”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões...

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Sr. Presidente, eu gostaria de fazer uma solicitação, na verdade um apelo a V.Ex^a. Pelo que pude... estava aqui atento ao parecer do relator, nobre deputado Alan Sanches, e observei que praticamente ele mudou completamente o projeto de lei: inseriu emendas, retirou emendas... Então, faço um apelo a V.Ex^a que suspenda a sessão para que os parlamentares tenham conhecimento do que vão votar. Tive a oportunidade de escutar o relatório do deputado Alan Sanches, que, praticamente, modificou completamente o projeto. Como é que os Srs. Parlamentares vão ter condições de votar um projeto do qual não tem consciência nenhuma, porque a maioria dos parlamentares estava fora do Plenário, em reunião, e o projeto foi completamente modificado. Então, faço um apelo que V.Ex^a suspenda a sessão para que os parlamentares possam ler o projeto.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Eu defiro a questão de ordem de V.Ex^a. Suspendo a questão por 15 minutos para que V.Ex^a possa tomar conhecimento do relatório.

O Sr. Leur Lomanto Junior:- Obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- A sessão vai ser suspensa por 15 minutos. Acho que é justo, é um projeto importante, peço *vênia* a V. Ex^a para deferir a questão de ordem. Vou suspender por 15 minutos para o deputado ler, porque realmente ele tem razão. O deputado Alan Sanches estudou o assunto, quero registrar, analisou, suspendo por 15 minutos para que V.Ex^as leiam o relatório do deputado Alan Sanches. Peço a compreensão de V.Ex^a.

Está suspensa a sessão por 15 minutos sem prejuízo do tempo. Mas antes vou ler aqui o resultado da eleição. Todo final de ano somos obrigados a eleger o melhor secretário. E o melhor secretário é Otto Alencar com 25 votos.

(Vários Srs. Deputados falam fora do microfone.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^as querem que eu leia o resultado? Então, para manter a coerência do ano passado, vou ler.

(Lê) “Secretário Almiro Senna: 4 votos; Rui Costa, 6 votos; Osvaldo Barreto Filho, 2 votos; Luiz Alberto Bastos Petitinga, 1 voto; Paulo Cesar Lisboa, 6 votos; Robinson Santos Almeida, 3 votos; Otto Roberto Mendonça de Alencar, 25 votos; Sérgio Gabrielli, 5 votos; Maurício Teles Barbosa, 4 votos; Manoel Vitória da Silva Filho, 3 votos; James Silva Santos Correia, 3 votos; Jorge José Santos Pereira Solla,

14 votos; Eduardo Seixas de Salles, 9 votos; Paulo Câmera, 1 voto; Nilton Vasconcelos Júnior, 3 votos; Domingos Leonelli Neto, 02 votos, Antônio Albino C. Rubim, 0 voto; Cícero de Carvalho Monteiro, 5 votos; Elias Sampaio, 1 voto; Maria Moraes, 1 voto; Eugênio Spengler; Wilson Brito, 5 votos; Lúcia Barbosa, 3 votos; Ney Jorge Campello, 2 votos; Nestor Duarte Neto, 5 votos; Carlos Augusto Costa, 2 votos; Fernando Roth Schmidt, 0 voto; Paulo Emilio Landulfo M.V. Torres, 6 votos, Miriam Tereza Machado G. De Freitas, 0 voto, Eduardo Harold Mesquita Pessoa, 3 votos, Maria Teresa Navarro de Britto Matos, 0 voto, Davidson de Magalhães Santos, 5 votos, Isaac Albagli de Almeida, 3 votos, Kilma Alves, 0 voto, José Vivaldo, 17 votos, Cícero de Andrade Rocha Filho, 2 votos, Hari Alexandre Brust, 3 votos, Luís Anselmo Pereira de Souza, 1 voto, Leticia Coelho da Costa Nobre, 1 voto, Bento Ribeiro Filho, 9 votos, José Mercês de Oliveira Neto, 0 voto, Milton de Aragão Bulcão Villas-Bôas, 0 voto, Rubem Bezerra Soares, 0 voto, Márcio Caires Chaves, 0 voto, Ana Maria Silva Teixeira, 0 voto, Salvador Brito, 1 voto, Reginato Rosa Pereira, 0 voto, Saulo Felinto Pontes de Souza, 6 votos, Maurício Botelho, 6 votos, Ivanise Azevedo Tourinho, 0 voto, Maria Célia Teixeira Moura Santos, 0 voto, Reub Celestino, 3 votos, Elionaldo de Faro Teles, 3 votos; Abelardo de Oliveira Filho, 7 votos, Roberto Paulo Machado Lopes, 1 voto, Nehle Frank, 1 voto, Arilcema Pereira Pereira 4 votos, Ubiratan Castro de Araújo, 0 voto, Irene Mauricio Cazorla, 0 voto, Eduardo José Cardoso Sampaio, 0 voto, Marcia Cristina Telles de Araújo Guedes, 0 voto, Frederico Augusto Rodrigues da Costa Mendonça, 0 votos, Paulo Roberto Vieira Ribeiro, 2 votos, Carlos Henrique de Azevedo Martins, 0 voto, Rosane Maria Magalhães Martins Will, 1 voto, Bárbara Carvalho dos Santos, 0 voto, Morgana Dresahl, 0 voto, Jones de Oliveira Carvalho, 0 voto, Sônia Magnólia Lemos de Carvalho, 3 votos, Gracilei Carneiro Leal, 3 votos, Alvaro Ferreira dos Santos, 0 voto, José Geraldo dos Reis Santos, 1 voto, Alfredo César Dias Tourinho (em exercício), 0 voto, Raimundo Nonato Tavares da Silva, 3 votos, Emerson Leal, 8 votos, Daniela Souza de Moura Gomes, 0 voto.”

Portanto, vencedor pelo segundo ano consecutivo o secretário Otto Alencar, e vencedor no âmbito das empresas, o diretor da CAR José Vivaldo.

Por solicitação do Líder do governo e do Líder da Oposição, suspendo a sessão por mais 10 minutos porque o relator, como não votou ainda, ele quer acrescentar mais um... Não, se tivesse votado, não aceitaríamos, mas como não votou ainda, e se ele quiser acrescentar, não vejo nada de mais. Se tivesse votado, não poderia, mas tendo em vista que o deputado Alan Sanches não votou o projeto ainda, e ele pede para acrescentar, vou deferir esse pedido.

Está suspensa a sessão por mais 10 minutos, conforme solicitação dos Srs. Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Por solicitação dos Líderes do governo e da Oposição, suspendo a sessão por mais 10 minutos. Como não votamos o parecer do relator ainda, ele quer acrescentar mais um... Se tivesse votado, nós não aceitaríamos. Como não votou ainda, se o relator quiser acrescentar, eu não vejo nada demais. Se tivesse votado, não poderia, mas, tendo em vista que o deputado Alan não

votou o projeto ainda, e ele pede para acrescentar, eu vou deferir esse pedido.

Suspendo por mais 10 minutos conforme solicitação dos Srs. Líderes.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, faltam 02 minutos para começar, mas gostaria de usar a palavra para dizer o seguinte:

Srs. Deputados, gostaria da atenção de todos.

Solicitei do Secretário da Mesa, Carlos Machado, que fizesse um levantamento, caso os líderes, quando falo são os líderes da Casa, não chegarem a um acordo para votarem hoje, se cumprirem os prazos para votar os projetos que relacionaram para esta Casa votar, nós entraremos em recesso no dia 15 de janeiro.

Veja bem. Para mim não tem problema nenhum, porque estou cumprindo aqui com meu dever e com minha obrigação. Estou apenas passando para os Srs. Deputados, que para votarmos os projetos relacionados hoje pelo Líder do Governo que necessita votar nesta Casa, se cumprirem os prazos regimentais, ou seja, se tiver sessão na próxima quarta-feira, votar os projetos em regime de prioridade, os mais urgentes votar em regime de urgência, nós entraremos em recesso no dia 15 de janeiro, provavelmente.

Estou passando apenas como informação para o deputado Zé Neto e para o deputado Paulo Azi. Pedi ao Secretário Carlos Machado para fazer um levantamento, porque eu estava com esperança de fazer um acordo. Se V.Ex^{as} não fizerem um acordo e quero registrar a boa vontade do deputado Zé Neto e do deputado Paulo Azi, mas as circunstâncias políticas, os interesses políticos também são importantes.

Então, nós só entraremos em recesso no dia 15 de janeiro.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):-Vencendo os 10 minutos, questão de ordem do deputado Alan Sanches que pediu para suspender por mais 5 minutos. Vou suspender por mais 5 minutos, porque tendo em vista que não votou na Comissão, o relator ainda está com a palavra.

Deputado Paulo Azi, V.Ex^a há de convir, que se o deputado Leur não tivesse solicitado os 15 minutos, eu não permitiria, porque depois de ser votado na Comissão, só se for projeto de segundo turno, que não é o caso, eu não permitiria, mas tendo em vista que não votou e a palavra ainda está com o relator, ele pode acrescentar.

Então, suspendo por mais 5 minutos para que V.Ex^a possa fazer a emenda solicitada.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Srs. Deputados, vamos suspender a sessão até 30 minutos, para trazer a conclusão.

V.Ex^a, deputado Leur Lomanto, é o responsável por isso, foi V.Ex^a quem propôs que o deputado Alan Sanches continuasse com a palavra e adiasse a votação. Então, V.Ex^a é o responsável por isso, portanto, vamos suspender por até 30 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Invocando a proteção de Deus reabro os trabalhos.

O Sr. Alan Sanches:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Alan

Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Eu quero aqui fazer uma nova redação na emenda nº 7.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado, só para explicar, V.Ex^a pediu uma questão de ordem para acrescentar uma modificação à emenda. Tendo em vista que o projeto ainda não foi votado nas comissões, graças ao deputado Leur Lomanto Júnior, eu concedo a V.Ex^a a questão de ordem, V.Ex^a pode modificar seu relatório, porque não foi votado ainda.

O Sr. Alan Sanches:- Mas, não há necessidade de ler o parecer todo não, só da Emenda nº 07, tendo em vista que após o período de término de emendas apenas o relator poderia apresentar essas emendas. Isso foi discutido, realmente, na semana passada, com todos os outros deputados que estavam à Mesa, inclusive a Oposição.

(Lê) “ À **Emenda de relator nº 07**: *Altere-se no art. 5º do Projeto de Lei nº 20.083/2012, a redação proposta à alínea f, do inciso I do art. 5º da Lei nº 11.631, de 30 de dezembro de 2009, na forma seguinte:*

“Art. 5º -

Art. 5º -

I -

.....

f) no âmbito do corpo de bombeiros os consumidores, residenciais ou não residenciais, com consumo de energia elétrica no ano anterior de até 2.400 Kwh, bem como os consumidores de imóveis rurais, na forma em que dispuser o Regulamento, em relação ao pagamento da taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios”.

Era isso que eu queria relatar, essa modificação na Emenda nº 07, Sr. Presidente, e vou colocar aqui à disposição do deputado Luiz Augusto.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vamos colocar em votação o relatório do nobre deputado Alan Sanches. Em votação.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do nobre deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, nós estamos aqui numa noite confusa tentando apreciar, no afogadilho, um projeto que vai mexer com a vida da população do nosso Estado, porque ele aumenta uma série de taxas, de impostos que, se aprovados por esta Casa, vão incidir a partir do primeiro dia do ano de 2013. E, Sr. Presidente, eu quero crer que esse tipo de votação que se dá nesta Casa, às pressas, sem o debate necessário, pode, inclusive, incorrer, a votação, em uma série de ilegalidades.

Eu tive pouco mais de vinte minutos para ler o parecer do nobre deputado Alan Sanches, e tenho receio de que nós estejamos, aqui, a votar um projeto, agora com o parecer do nobre deputado Alan Sanches, eivado de inconstitucionalidade, Sr. Presidente.

Veja V.Ex^a, que o artigo 77 da Constituição do nosso Estado diz que são de iniciativa privativa do governador do Estado os projetos que dispõe sobre o inciso 3º,

matéria tributária e orçamentária, o que é o caso. E o deputado Alan Sanches, a meu ver, extrapolou na feitura do seu parecer, porque ele passou a legislar sobre matéria tributária, inclusive com alguns artigos, Sr. Presidente, que não faziam parte da lei encaminhada pelo Poder Executivo a esta Casa. O parecer do deputado Alan Sanches, em determinadas emendas, legisla sobre leis estranhas à lei, inclusive, encaminhada a esta Casa.

Então, eu tenho a impressão que nós estamos ferindo aquilo que reza a nossa Constituição, que considera matéria de ordem tributária privativa do governo do Estado. Eu quero fazer um alerta a V.Ex^a, ao nobre relator e ao próprio Líder do governo que nós podemos estar aqui apreciando uma lei de tamanha envergadura e tamanha importância, e que pode ser questionada a sua inconstitucionalidade no âmbito do Poder Judiciário. Queria que houvesse a atenção devida de V.Ex^a para que nós não tenhamos esse tipo situação que vai depor contra a imagem desse Poder Legislativo do estado da Bahia.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Deputado Paulo Azi, fica o registro de V.Ex^a, mas a Comissão de Constituição e Justiça é que vai ter que julgar.

Em votação, no âmbito das Comissões.

O Sr. Bruno Reis:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem, deputado Bruno Reis

O Sr. Bruno Reis:- Gostaria de solicitar, Sr. Presidente, verificação no âmbito das Comissões, para apreciação do presente parecer.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^a será atendido, deputado.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Sr. Presidente, gostaria que V.Ex^a desse o tempo regulamentar de 15 minutos e convocasse todos os deputados para comparecerem ao plenário, para participarem dessa importante votação.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Vou marcar 15 minutos.

Antes, aliás, vou colocar em votação o requerimento do deputado Zé Neto que prorroga a sessão pelo tempo de 600 minutos. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram (Pausa). Aprovada a prorrogação por até 600 minutos.

Comissão de Constituição e Justiça (pausa). Há quorum nesta Comissão.

Comissão de Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo (pausa). Há quorum nesta Comissão.

Comissão de Educação, Cultura e Ciência, Tecnologia e Serviços Públicos (pausa). Há quorum nesta Comissão.

Comissão de Defesa do Consumidor e Relação do Trabalho (pausa). Há quorum nesta Comissão.

Comissão de Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle (pausa). Há quorum nesta Comissão.

Em votação. Os Srs. Deputados que aprovam, permaneçam como se encontram (pausa). Aprovado, contra os votos do deputado Bruno Reis. O deputado Paulo Azi é de Comissão? É? Então, contra os votos do deputado Bruno Reis, do deputado Paulo

Azi e do deputado Augusto Castro. Aprovado na Comissão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir, pelo tempo de até 20 minutos, o nobre deputado Leur Lomanto Junior.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, gostaria de ressaltar que o mais sensato nesta noite de hoje em que esta Casa Legislativa aprecia um projeto que vai mexer diretamente na vida das pessoas, na vida do povo baiano, mexer naquilo que é mais sagrado, deputado Luciano Simões, que é o dinheiro, que é o salário do trabalhador, do povo que vive no nosso Estado. O governo mais uma vez, de forma apressada, envia um projeto aumentando taxas, aumentando impostos que vão diretamente contra os interesses do povo trabalhador baiano.

Fiz um apelo e uma questão de ordem, após o parecer lido aqui pelo nobre relator, deputado Alan Sanches, justamente no sentido de os parlamentares conhecerem de perto o que estava no parecer de V. Ex^a. E foi justamente nessa questão de ordem solicitada por mim que rapidamente foram encontrados alguns pontos de discordância por parte de alguns parlamentares de oposição relativos ao parecer de V. Ex^a e também pelos próprios parlamentares da Base do governo, que queriam fazer alterações no parecer de V. Ex^a. Chamo a atenção dos senhores parlamentares que podemos estar aqui nesta noite de hoje aprovando um projeto, como já aconteceu no passado nesta Casa... Lembro-me bem de um projeto relacionado ao meio ambiente, em que o próprio governador ao ter que sancionar esse projeto teve dificuldades. O deputado Paulo Azi, que apesar de não ser advogado de formação, vem se transformando a cada dia num grande constitucionalista aqui nesta Casa, pôde identificar alguns artigos que na sua visão e no seu estudo parece-nos inconstitucional. Estamos aqui mais uma vez votando um projeto que, se a justiça for provocada, pode ser um projeto inconstitucional. Em conversa com o nobre Líder da Oposição, acho que o mais sensato seria, por acordo de lideranças, retirar esse projeto de pauta nesta noite de hoje, deputado Luciano Simões, para que não ocorram os erros que já ocorreram no passado. Não é um projeto qualquer, é um projeto que está criando impostos, que está aumentando diversas taxas que vão de encontro direto ao bolso do cidadão baiano. Daí a nossa preocupação em deixar bem claro, deputado Zé Neto, que o meu posicionamento é não fazer nenhum tipo de acordo para se votarem projetos dessa natureza. Aqui coloquei o meu posicionamento para a Bancada de Oposição de ser contrário a qualquer tipo de acordo para se votarem projetos de reajuste, de aumento de impostos, de aumento nas taxas que vão de encontro aos interesses da população baiana. O governo tenta, ao final de 2012, justificar a sua incompetência no aumento da arrecadação, na aplicação dos recursos. Por que não, deputada Ivana Bastos, diminuir o número de Secretarias? Por que não fazer um choque de gestão e economizar os recursos na aplicação da publicidade, da propaganda, que são milhões e milhões gastos a cada ano? Por que não, nobre deputado Carlos Brasileiro? Por que não deixar de aplicar tantos e tantos volumes de recursos em diversos convênios com ONGs? Não quero aqui adentrar o mérito do

trabalho dessas Organizações Não Governamentais, pois sabemos dele, sim, e temos de diferenciar esses trabalhos, porque há ONGs que prestam seus serviços de forma correta e digna ao povo baiano.

Mas não! O governo, nobre deputado Luciano Simões, V.Ex^a está inscrito, prefere fazer o que é mais fácil e mais conveniente: aumenta os impostos, cria as taxas, e a população baiana não está aguentando mais!

Então não tenho sombra de dúvida, meu nobre deputado Carlos Geilson, de que este foi um ano negro para o governo do PT na Bahia. Subi a esta tribuna mais cedo fazendo um histórico, começando na greve da Polícia Militar, que causou um sério desconforto ao povo baiano e fez da Bahia manchete em todos os jornais do Brasil e do mundo. A PM ficou instalada aqui na nossa Assembleia Legislativa quase 10 dias seguidos, reivindicando apurações justas e legítimas prometidas por este governo e pelo governador Jaques Wagner. E não canso de lembrar que ele usava nas suas propagandas eleitorais o contracheque dos policiais militares nas mãos alegando que, quando chegasse a ser eleito governador da Bahia, trataria os PMs de forma diferente dando melhores salários. Mas não aconteceu, o que ocasionou uma greve que prejudicou muito a população baiana. Um ano triste para a segurança pública, com violência e índices de criminalidade cada vez maiores em nosso Estado.

Não vamos culpar o secretário da Segurança Pública. Sei que ele é cheio de boas intenções, mas não são elas que resolvem. É preciso priorizar, investir os recursos necessários para combater a criminalidade, mais verbas e investimentos para o setor de inteligência da Polícia Civil, para a compra de novas viaturas, para o aparelhamento necessário ao combate à criminalidade.

Depois veio a greve dos professores. Foram vários dias paralisados prejudicando milhares de alunos que ficaram com seu ano letivo comprometido. Um marco que há muito tempo não se via em nosso Estado, e o governo do PT foi o grande responsável pelo caos educacional instalado este ano na Bahia.

Está aí a repercussão: vieram as eleições, e o povo baiano deu a resposta nas urnas das principais cidades. Na capital ele também foi às urnas livre e soberano, escolhendo nosso candidato a prefeito, o deputado federal ACM Neto, respondendo assim ao descaso que o PT vem tendo com a cidade de Salvador e o nosso Estado.

Agora, “coroando” este ano trágico para os baianos, o governo traz mais uma vez a esta Casa dois projetos. Na semana passada, apreciamos um para aumento das taxas, principalmente as relacionadas ao Detran que vão de encontro, também, aos interesses do povo baiano, aumentado diversas taxas aplicadas pelo Detran aos consumidores que possuem automóveis.

E, hoje, trazem para esta Casa mais um projeto. E tal projeto foi trazido, mais uma vez, de forma equivocada e de forma apressada, sem nenhuma discussão no âmbito das comissões. Repito e não me canso de repetir.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me concede um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Nobre deputado Luciano Simões, eu ouço com atenção o aparte de V.Ex^a.

O Sr. Luciano Simões:- Nobre deputado Leur Lomanto Júnior, infelizmente, o

governo está na contramão da história. Enquanto existe uma mobilização nacional hoje, inclusive com a participação da presidente da República, no sentido de diminuir e unificar impostos, o governo da Bahia, na contramão do Brasil, manda a esta Casa um projeto que o povo só sentirá a partir de 1º de janeiro do ano que vem.

A prova da incompetência deste governo é o que eu acabei de falar no meu último pronunciamento. O governo Jaques Wagner consegue ser pior, segundo comentários dos analistas políticos mais experientes, do que o governo Régis Pacheco.

O que aconteceu aqui foi ímpar, deputada Maria Luiza Laudano, V.Ex^a foi prefeita por várias vezes e teve a filha reeleita ao cargo de prefeita reconhecido pelo Tribunal Superior Eleitoral. V.Ex^a acompanhou. Nunca se viu um “samba do crioulo doido” como este, deputado Leur Lomanto Junior!

O governo manda um projeto de alteração de alíquotas, um projeto que supõe-se ter sido passado pela equipe técnica da Secretaria da Fazenda e da Secretaria de Administração. O relatório, lido aqui pelo deputado Alan Sanches, na verdade, é um substitutivo do projeto do próprio governo.

Logo após o substitutivo ter sido feito aqui com apoio da nossa assessoria, do coordenador geral do Mascarenhas, vem o terceiro relatório que o deputado Alan Sanches recebeu num pacote marrom que veio da assessoria governamental desta Casa, que acompanha, juntamente com a nossa querida Eliana, os passos dos deputados monitorados de dia e noite, a depender das votações.

E nós assistimos, na Assembleia, ao “samba do crioulo doido”! Deputado Ronaldo Carletto, um projeto dessa envergadura teve, de anteontem para cá, 16 alterações. O deputado do PP de Guanambi esteve na Secretaria da Fazenda, o deputado Luiz Augusto, e praticamente revogou quatro dispositivos do projeto que foi aqui enviado.

É um governo que não tem equipe, pois são incompetentes os gestores escolhidos e piores do que os outros. E dá nisso aí. É um governo que não tem condições de gestar o povo da Bahia, melhor, governar este estado. Uma coisa nunca vista na história da Bahia é: um projeto ser alterado a cada minuto.

Até V.Ex^a terminar seu discurso, pois faltam 6 minutos e 47 segundos, com certeza o deputado Alan Sanches virá com uma nova modificação. E se não vier, tenham certeza, pelo dia de hoje e pelas horas que já são, de que este projeto será vetado em parte pelo governador Jaques Wagner. Quanto a isso, eu não tenho dúvida.

Este é um governo que não tem equipe e não tem planejamento. O secretário de Planejamento de estado não fica no estado. Só conhecemos o trabalho da Secretaria de Planejamento através da revista *Veja*. É este o quadro da Bahia: só quer tirar o dinheiro do povo para patrocinar ONGs!

Eu li hoje. O deputado Marcelo Nilo subiu ao gabinete com a cópia dos convênios. E um dos convênios é da associação. Vou repetir para V.Ex^{as}. não pensarem ser invenção, deputada eleita a prefeita de Porto Seguro! Trata-se do movimento de cultura popular do subúrbio chamado MCTS. Este movimento está recebendo, no dia de hoje, a quantia de R\$ 6 milhões e 811 mil, 307 reais, para,

pasme deputada que se elegeu em Porto Seguro, V.Exª vai passar seu mandato e não vai conseguir esse valor de convênio no governo do Estado. Sabem para que é esse dinheiro? Para treinar os vendedores de churrasquinho de gato e de cachorro-quente no Alto do Cabrito, que é uma transversal do Subúrbio. Isso é uma vergonha.

O carnaval de Salvador, deputado Isidório, custa 11 milhões de reais, e essa vagabundagem aqui vai dar 7 milhões para treinar vendedor de churrasquinho de gato no Alto do Cabrito. Tomem vergonha na cara!

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Deputado Luciano Simões, é realmente de se indignar. Vemos ações dessa natureza, deputado Carlos Brasileiro, e imagino, deputado Alan Sanches, que V.Exª deve estar um pouco constrangido ao ouvir o depoimento do deputado Luciano Simões.

Tenho um apreço grande por V.Exª que é um dos parlamentares mais atuantes e competentes desta Casa, inclusive recebeu um merecido prêmio de parlamentar destaque nessa legislatura de 2012, mas um projeto dessa envergadura, garanto que V.Exª não merecia ser o relator. V.Exª, inclusive, teve de rejeitar uma emenda de autoria do próprio relator. Acho que o governo deveria, pelo menos, ter a consideração com V.Exª e ter acatado ao menos a emenda do relator, a emenda que V.Exª propôs, e teve de rejeitar sua própria emenda. Acho que, realmente, V.Exª, no final dessa legislatura, merecia algo melhor.

Mas aqui, deputado Paulo Azi, nesta Casa é assim mesmo. Vem um projeto que vai de encontro aos interesse da população baiana, não aparece um deputado do PT para relatar. Vem um projeto, deputado Joseildo, nobre deputado Zé Raimundo, de aumento de impostos, de aumento de taxas, não se vê um deputado do PT, nobre, querido deputado Marcelino Galo, para relatar. Mexeu com sindicatos, mexeu com os interesses da população baiana...

O Sr. Alan Sanches:- V.Exª me permite um aparte?

O Sr. LEUR LOMANTO JÚNIOR:- Antigamente o deputado Nelson Leal que era designado para essas missões, mas neste ano o deputado Nelson Leal pulou fora, não relatou nada neste ano, e transferiu essa árdua missão para o meu querido amigo deputado Alan Sanches, e é com muito prazer que tenho a oportunidade de ceder um aparte a V.Exª.

O Sr. Alan Sanches:- Nobre deputado Leur, é muito gratificante ver V.Exª que tem subido pouco na tribuna e, num momento desse, traz esse relato fantástico. Mas V.Exª que tem quatro anos a mais que eu nesta Casa, brilhantes seis anos, já viu os relatórios e pareceres da mesma forma, sem precisarem de substitutivos ao projeto.

A relatoria foi feita, posso dizer a V.Exª, como relatarei todos os projetos, e todos os 63 deputados poderão me procurar e trazer suas emendas. V.Exª sabe do período de apresentação de emendas, após isso, só o relator, mas nem todas as emenda são do relator.

Para se fazer de uma forma democrática, como o governo tem se mostrado extremamente republicano, nós apresentamos essas emendas, e não estou inventando a roda. Estou com a jurisprudência da Casa, que existe, feitos os pareceres da mesma forma. Temos de desmistificar, e eu assumo a carapuça. O governo não é do PT, não

podemos dizer “é o governo de 14 deputados”. Temos e ficaremos aqui possivelmente com 10 deputados, o PSD faz parte, não posso me esconder disso.

Por isso, toda vez que o governo precisar ou os colegas acharem que devo relatar, estarei aí em cima relatando, qualquer que seja o teor do projeto, porque quando se é governo tem que ser governo. Eu assumo isso com muita honra, com muita lealdade ao vice-governador Otto Alencar e ao governador Jaques Wagner.

V. Ex^a é meu amigo, viu?

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- É o ônus e o bônus, não é?

O Sr. Alan Sanches:- Com certeza! Muito obrigado.

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Para concluir, deputado.

O Sr. LEUR LOMANTO JUNIOR:- V. Ex^a não merecia, no final do ano, um ônus dessa grandeza e dessa magnitude. V. Ex^a merecia uma coisa muito melhor.

Concluindo, Sr. Presidente. Eu deixo claro, aqui, o meu posicionamento contrário à aprovação desse projeto e contrário a qualquer tipo de acordo relacionado à votação dos empréstimos que o governo quer tomar. São mais de R\$ 1 bilhão em empréstimos que somados aos demais já totalizam mais de R\$ 5 bilhões, endividando o nosso Estado sem nós deputados e o povo baiano sabermos para onde estão indo esses recursos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para discutir o nobre deputado Luciano Simões pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, o projeto do Poder Executivo que ora se discute é mais um projeto do governo que envergonha esse parlamento não só pela apresentação do projeto. É de competência do Poder Executivo a matéria que trata de impostos, tributos e taxas. Mas, da maneira como foi apresentado, realmente, choca este Parlamento. Nenhum deputado do Governo em sã consciência veio a esta tribuna para defender esse absurdo que, aqui, está implantado.

Eu não quero, aqui, culpar o deputado Alan Sanches, que é um deputado como qualquer deputado governista. Quando ele falou que o PSD é um partido aliado ao governo, ele dá o recado que lhe é transmitido. Da maneira como foi feito, eles não respeitaram sequer o relator. É um desrespeito ao parlamento, deputado Rosemberg Pinto, e um desrespeito ao relator. Deputado Rosemberg Pinto, V. Ex^a que exerceu cargos na Petrobras e fora da Petrobras, isso é uma ópera-bufa! É uma ópera-bufa! A Assembleia Legislativa aprova, na noite de hoje, uma ópera-bufa que vai para o governador. O governador, com certeza... A Casa Civil tem procuradores competentes, tem também o Fernando Schimidt que tem uma história também no serviço público de conhecimento, não é um advogado qualquer, e isso não vai passar sem o governador fazer os reparos necessários.

Só que, como se trata de impostos, existe uma legislação especial. Dificilmente um veto do governo terá dificuldades, aqui, para se fazer emendas a essa matéria, deputado Gildásio Penedo Filho. O deputado Gildásio Penedo Filho, em breve, vai se

deparar no Tribunal de Contas do Estado com essa ópera-bufo que o governo manda para a Assembleia Legislativa da Bahia.

Politicamente falando, é totalmente ao contrário da história. Enquanto o governo diz que não tem dinheiro – manda, aqui, essa escorcha contra o povo da Bahia –, hoje, o Instituto Brasil, um instituto que foi defenestrado da Bahia pelo Ministério Público e pelo próprio Tribunal de Contas do Estado, recebe ilegalmente, ilicitamente R\$ 5 milhões. A gente vê, aqui, cinco associações e ONGs recebendo R\$ 23 milhões para capacitar vendedor de churrasquinho de gato. No Alto do Cabrito, no Uruguai, no Areal de Baixo... Deputado Delegado Deraldo Damasceno, V. Ex^a conhece quem mora no Alto do Cabrito, no Areal de Baixo e no Sodré? Sabe que o Alto do Cabrito é uma pequena transversal do subúrbio. Lá, hoje, deve estar em festa, são R\$ 7 milhões para capacitar vendedores de churrasquinho de gato. Que coisa feia!

Enquanto isso, o governo prega para a população baiana que falta dinheiro, e por isso manda um projeto de aumento absurdo de impostos. A Bahia é o único Estado brasileiro onde, neste momento, vota-se um projeto absurdo como esse.

Eu creio que o deputado Zé Neto deve repensar e novamente telefonar para os secretários de Relações Institucionais, da Fazenda, da Administração, Dr. Manoel Vitória, e corrigir esse desastre, para que o governador não faça vergonha à Assembleia Legislativa, tendo de corrigir o que aqui passa sem os deputados terem a iniciativa, a liberdade para fazer as emendas para a correção e melhoria do projeto ora apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra o nobre deputado Carlos Geilson para discutir o projeto pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, deputado Rogério Andrade, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, realmente, este governo é um governo perverso e cruel.

Você, que está aí nos assistindo, agora, pela *TV Assembleia*, você, que acompanha os trabalhos nesta Casa, tenha a consciência, saiba que esse governo, um governo draconiano, que cuida muito mal da gestão deste Estado, apresenta esse pacote de maldades em pleno Natal, esse presente de grego em pleno Natal. É o que o governador Jaques Wagner oferece aos baianos.

Na semana passada votou-se nesta Casa um aumento de taxas. Aumento exorbitante, acima da inflação. E agora uma bomba chiando nas mãos do deputado Alan Sanches, que não é de correr, segurou a bomba que irá explodir em sua mão e dos deputados governistas, que serão julgados.

Não pensem os senhores que hoje dizem amém; que estão votando contra o povo da Bahia; que estão aumentando essa carga tributária que é pesadíssima, que vão passar incólumes, de forma ilesa. Não. Todos serão julgados daqui a dois anos. E não há julgamento melhor do que o julgamento das urnas. O julgamento popular. O povo livre e soberano.

Tudo o que acontece aqui respinga lá fora. O que se traz aqui, para o debate, a população baiana acompanha. Mas o governo acredita, e há alguns parlamentares que entendem que a memória do povo é curta, que o povo esquece. O deputado Zé Neto anda com essa coisa na cabeça: o povo tem memória curta, o povo vai esquecer. Ou seja, vamos atochar no povo, agora, vamos botar pra quebrar no povo, porque daqui há dois anos o povo já esqueceu. Daqui há dois anos a gente coloca uma propaganda bonitinha no horário eleitoral, aparece Wagner com aquela voz mansa, apresenta um contracheque, “melhoramos a vida do servidor público”, apresenta alguma obra do governo federal e, com um bom marketing, vai tentar engabelar e ludibriar. Não vai. Sabe por quê? Porque tem uma coisa que dói e que vai doer que é no bolso. Duvido que se doesse no bolso do deputado mais diretamente que ele votaria projetos dessa monta, projetos que prejudicassem a eles próprios. Não votam! Porque quando dói no bolso a história é outra, a conversa é outra.

Portanto, governador Jaques Wagner, que tem a ampla maioria aqui nesta Casa, que é um verdadeiro rolo compressor, a Oposição vota contra. Que fique nos anais desta Casa o posicionamento da Oposição contra o aumento da carga tributária. Já se paga imposto em tudo. Em que não se paga imposto neste Estado? Paga-se imposto para tudo. E agora o governador vem e aumenta a carga tributária. E por que aumenta? Porque o Estado precisa recompor o imposto que a presidente da República desonerou, está diminuindo a carga tributária. Ou é um jogo combinado, ou o governador Wagner está indo na contramão da história. A presidente diminui a carga tributária de um lado, e vem o governador e da outro e aperta o cerco, aperta o cinto da classe média, da classe baixa, não escapa ninguém.

Este é um governo que está devendo a população. Sei que o deputado Capitão Tadeu está ávido para votar contra, porque V.Ex^a é um parlamentar equilibrado, independente, sóbrio e sério, que jamais vai-se posicionar contra a população. Se V.Ex^a está aqui, não é por causa do governador, não, porque se fosse por causa do governador V.Ex^a nem passava pela porta da Assembleia, não teria uma cadeira aqui nesse parlamento, muito menos estaria aqui a emitir suas opiniões sempre independentes. Tenho certeza que V.Ex^a votará contra esse aumento de impostos, porque V.Ex^a sabe que a Segurança Pública na Bahia vai mal. Eu não sei se V.Ex^a tem conhecimento, mas há cidades na Bahia que tem apenas um policial.

O Sr. Capitão Tadeu:- (fora do microfone) Eu sei. Já denunciei.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Já denunciou? E não chegou ao conhecimento do governador! V.Ex^a que é um deputado da Base, e ninguém fala isso para o governador. É justo que uma cidade de 10 mil habitantes ter apenas um policial militar? É justo que em algumas cidades a viatura ainda seja aquele Fiesta, aquele sapinho que já se deixou de fabricar, naquela região de Feira de Santana, Tanquinho, por ali? Sem falar nas cidades que não têm viaturas.

Outra questão, além da segurança pública, que vai mal, é o Estado que mais se mata no Brasil, Salvador é a capital mais violenta. Porque nós temos um governo fraco, um governo que se dobra, se agacha, que não se posiciona, um governador que não vai exigir para a sua população o que é de direito deste Estado. Um governador

que diz amém a tudo, que não teve coragem de se posicionar na questão dos royalties. Que governador é esse que temos que aceita tudo de bom grado, se vinga da população e não tem coragem de se posicionar?!

Outro fato que faço questão de citar é sobre a educação. Em Feira de Santana, por exemplo, no primeiro ano de Wagner não se construiu uma sala de aula, mas ele foi o que mais distribuiu dinheiro para as ONG's. O que tem essas ONG's de tão misterioso? São os belos olhos de seus gestores? Porque o governo manda a essas ONG's rios de dinheiro, mas deixa de construir na segunda maior cidade deste Estado uma sala de aula sequer? É um governo intransigente, que possibilitou que uma greve de professores durasse 115 dias. Recorde, nunca se viu isso! E olha que se falava tanto de Antonio Carlos Magalhães, mas os professores naquela época nunca sofreram tanto como recentemente naquela greve, com imposições e maus-tratos deste governo.

A realidade de Feira de Santana, deputado Deraldo Damasceno, não é só dela. Quantas cidades neste Estado sofrem o mesmo processo de lá? E a saúde? Inaugurações com tanta pompa, tanta festa! O deputado Zé Neto soltou fogos na inauguração do Hospital da Criança, mas apenas 30% funcionam. Esta semana cirurgias deixaram de acontecer, minha caríssima deputada Cláudia Oliveira, de malas prontas para assumir a Prefeitura de Porto Seguro, sabe por quê? Não tinha anestesista.

Então, é este o Estado em que a saúde, a educação e a segurança pública vão mal, mas a sanha arrecadatória desse governo é insaciável. Nunca pude imaginar que viria para a Assembleia e estaria vivenciando e acompanhando um aumento perverso da carga tributária. Chega! A população já não aguenta mais! Todas as vezes que os governantes querem melhorar a arrecadação, eles aumentam a carga tributária. Isso sobra para o povo, que já está oprimido, sofrido com essa brutal carga tributária!

Também aqui acompanhei as denúncias do deputado Luciano Simões. Pelo amor de Deus! ONG's para treinar, com todo o respeito, vendedor de cachorro-quente?! ONG's recebendo verbas de capacitação de vendedores para fazer churrasquinho?! Sete milhões para fazer o Carnaval de Salvador...

(Alguns deputados falam fora do microfone.)

O Sr. CARLOS GEILSON:- Cinco milhões para o Instituto do Brasil?! Esse Instituto do Brasil é forte demais! Esse tem um padrinho de costas largas!. Marcelo Nilo não consegue... (Risos!)

Tem dinheiro demais! Se tem demais, por que vai escorchar a população? Um governo que dá sete milhões para uma ONG lá no Alto do Cabrito?! Me faça uma garapa, não é, deputada? O deputado Rogério Andrade não tem como levar isso a sério, não. (Risos!)

Duvido que algum deputado governista aqui tenha conseguido levar para a sua cidade sete milhões em obras. O deputado Vando, que o governo está namorando, já saiu alguma coisa para lá, deputado, para Monte Santo? (Risos) Olhem, não tem como! Isso é irracional e é inconcebível. Vejam, são sete milhões para uma ONG no Alto do Cabrito! (Risos) Hoje, eu fiz uma fezinha com o deputado Bruno Reis para

ver se ganhamos na Mega da Virada, porque não sei onde nós vamos parar com este governo.

Mas, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, o ano de 2012 foi um ano difícil para nós baianos. A população deste estado sofreu demais. Teve de enfrentar 12 a 15 dias de greve da Polícia Militar quando aumentou, consideravelmente, os índices de violência em nosso estado. Nós tivemos de enfrentar uma greve dos professores estaduais durante 115 neste estado. Isso foi recorde neste estado.

Tivemos de enfrentar um estado que padece de uma melhor segurança pública. E os números atestam que a Bahia vai muito mal gerida. Tivemos de enfrentar, também, problemas seriíssimos na saúde pública deste estado. O tráfico tomou uma dimensão e uma proporção inimagináveis. Tudo isso aconteceu com a complacência, a leniência e a letargia deste governo. Então, o ano de 2012 foi um ano difícil.

Mas nós estamos vencendo. Quero aproveitar este momento, através do *Canal Assembleia*, para desejar o melhor a todos os baianos que viveram essas agruras e as dificuldades durante este ano. Gostaria de dizer que não percamos a fé e não percamos a esperança, porque a vida continua. Se não pagamos nada para sonhar, por que não tentarmos transformar os nossos sonhos em realidade?

Vamos continuar, aqui neste Parlamento, denunciando e protestando, como hoje, este aumento abusivo de impostos que propõe o governador Jaques Wagner sancionado pelo líder, deputado Zé Neto. Não tem coração! V.Ex^a assimilou muito rápido a crueldade do governador Jaques Wagner. Pergunto: quando o senhor chega em casa e olha para as suas filhinhas, não lhe dói e toca no coração estar chancelando tamanha maldade com o povo da Bahia?

Eu não sei quando V.Ex^a se dirige para a nossa Feira de Santana quando passa pelo Portal do Sertão se não lhe dói estar praticando essas maldades com o povo da Bahia. Chego à conclusão de que não. Será que, em suas veias, deputado Zé Neto, não corre sangue? Não é possível! Haverá, no futuro, algum momento de lucidez! V.Ex^a haverá de ter algum momento de lucidez para entender as maldades que se está praticando contra o povo da Bahia.

É a carga tributária, gente, que mexerá com o bolso do cidadão e mexerá com a sua vida! Você, que está nos assistindo pelo *Canal Assembleia*, saiba que estes aumentos de impostos mexerão com a sua vida, pois irá aumentar o pagamento mensal da TV por assinatura, porque o governo cobrará mais ICMS. A telefonia ficará mais cara. Todos os serviços pagos ao Detran foram aumentados, repito, todos.

Este é um governo perverso! Nós, francamente, não sabemos onde nós vamos parar.

Encerro as minhas palavras dizendo que não tenho preocupação, deputado Zé Neto, de ficar aqui até o dia 15 de janeiro. Sou deputado e deputado ganha bem. Tenho que estar aqui mesmo. Não tenho problema algum. Mas não vou aceitar acordo que apresse votação de projeto que traga prejuízo para a população.

Se alguém tem que perder, que sejamos nós. Não tem problema. Ficaremos aqui até dia 15 de janeiro. Se não tiver recesso, para mim pouco importa. Caminhamos à noite, não é, deputado Isidório?

Para mim não é sacrifício algum ficar até 15 de janeiro. Não aceitarei acordo para beneficiar o governo enquanto a população baiana será prejudicada.

Encerro as minhas palavras parabenizando o deputado Luciano Simões, pelas suas denúncias. E desafio algum deputado governista a assumir desta tribuna que é correto destinar a uma ONG do Alto do Cabrito, para capacitar vendedor de churrasquinho, 7 milhões de reais. Está lançado o desafio.

Deputado Luciano Simões, prefiro acreditar que houve erro de digitação. V.Ex^a deve ter lido 70 mil reais. Prefiro acreditar que ocorreram erros de digitação.

Concluo dizendo que não sei onde vamos parar com este Estado, que se endivida, que não paga, que persegue servidor público e a população ao aumentar as taxas dos impostos.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Rogério Andrade):- Com a palavra, para discutir, o nobre deputado Sandro Régis pelo tempo de 20 minutos.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Sr. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas, senhores presentes, subo nesta tribuna para reforçar a denúncia do deputado Luciano Simões. O deputado Luciano Simões trouxe para esta Casa a publicação do Diário, com a destinação no valor de quase 7 milhões de reais, a uma ONG no Alto do Cabrito, para qualificação de mão de obra.

Qual deputado desta Casa já recebeu esse valor para levar para seu município de origem?

Quero saber se o deputado Fabrício Falcão já conseguiu levar sete milhões de reais para Vitória da Conquista; ao deputado Nelson Leal, se já conseguiu levar sete milhões de reais para sua terra; ao deputado Mário Negromonte Júnior, se já conseguiu levar sete milhões para Glória, onde sua mãe é prefeita; ao deputado Rosenberg, se ele já levou sete milhões para Itororó – não levou porque foi derrotado nas urnas.

Vejam o desperdício e falta de respeito que esse governo tem com o dinheiro público, com todo respeito ao Alto do Cabrito. Mas uma ONG., deputado Vando, V.Ex^a que está apetitoso para aderir ao governo, uma ONG recebeu sete milhões de reais, enquanto os deputados governistas, não os do PT, os da base aliada, se somarem esse tempo todo não conseguiram nem a metade desse valor para benefício dos municípios que representa.

Mas se não bastasse, deputado Bruno, a questão da ONG do Alto do Cabrito, o Instituto Brasil, que o Ministério Público abriu processo, que os bens dos diretores estão bloqueados, que a Polícia Federal está investigando, hoje recebe mais 5 milhões de reais. Ou é acreditar na impunidade ou é realmente pensar que na Bahia não existe Justiça. Porque é um absurdo, com todo o respeito... Pode ser, deputado Bruno, que tenham profissionais qualificados, tenham profissionais que venham tentar atingir um objetivo mas, quase 6 milhões para o Alto do Cabrito, para carrinho de cachorro-quente!

O nobre presidente deputado Marcelo Nilo, o deputado mais forte deste Estado não conseguiu isso para Antas. Aposto o meu mandato se o deputado Marcelo Nilo levou 6 milhões para Antas. Não levou, porque lá não tem ONG para cachorro-quente.

O Sr. Luciano Simões:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, só para esclarecer o pronunciamento de V.Ex^a, na verdade não foram só os seis milhões e oitocentos e onze mil reais da ONG MSC do Alto do Cabrito; foram 23 milhões de reais destinados a cinco ONGs, a do Alto do Cabrito, a uma ONG do Largo 2 de Julho, a outra ONG de uma rua do Uruguai, a uma outra também da Cidade Baixa, ao todo foram 23 milhões, com 5 milhões que o Diário Oficial publica hoje para o Instituto Brasil, instituto que está inviabilizado juridicamente pelo Ministério Público Estadual, está inviabilizado pela auditoria do Tribunal de Contas do Estado, os bens dos servidores da Sedur que conveniaram por último com esse instituto estão indisponíveis, os bens dos diretores do Instituto Brasil estão indisponíveis.

E hoje, está aí para todo mundo ler, o Diário Oficial publica, expresso nas suas páginas, cinco milhões para o Instituto Brasil brincar de construir casinhas no interior do Estado. E as casinhas estão todas destruídas, elas não existem em Canarana, não existem em Lapão, não existem em Irecê, e quando existem, são 10, 20% de sua construção. Isso constatado, deputado Sargento Isidório, em auditorias do TCE, em inquéritos da Polícia Federal e do Ministério Público Estadual.

O caso de hoje se agrava, porque, inicialmente, eu pensava que eram aqueles 300 milhões que foram para as associações fazerem, o que faz a EBDA, assistência técnica rural. Quando o deputado Carlinhos Brasileiro me chamou a atenção, fiquei bestificado, era assistência técnica na zona urbana. Aí, pedi à assessoria da Minoria que tirasse a cópia do CNPJ. E é uma biboca, uma porta no Alto do Cabrito, vai receber 7 milhões, que não tem engenheiros de economia, não tem sociólogo, não tem pessoas com formação em serviço social, não tem técnicos em economia.

Essa entidade vai administrar o que o presidente da Assembleia, que é filho de Antas, candidato à chapa majoritária, presidente que lutou aqui, ajudou o governo Wagner a todo momento quando exerceu o cargo de presidente, foi uma mão forte do governo neste Poder, esse homem que tem tanto poder, que vai tentar se reeleger aqui a um próximo mandato, ele não consegue sequer 500 mil de um convênio com a prefeitura de Antas ou nas proximidades de Pombal, Cícero Dantas etc. Mas, um grupo de pessoas do Alto do Cabrito, de um movimento cultural, inclusive muitos usam aquela argola do lado esquerdo, nas fotografias aparece o pessoal com a argolinha, conseguem R\$ 7 milhões para fazer capacitação do pessoal que faz churrasquinho de gato e cachorro quente! Na Bahia, hoje, vota-se um projeto para aumentar impostos, para meter a mão no pobrezinho da Bahia, no contribuinte, e tirar aumento de até 309% para dar para a turma das ONGs capacitar vendedor de churrasquinho de gato. Ah, faça-me uma garapa, seu doutor. O povo da Bahia não vai tolerar isso, não.

ACM Neto está aí, e é prova das malandragens do governo! É por isso que hoje está como está. Essa grande vitória que teve ACM Neto sozinho. Sozinho, praticamente. Foi o seu nome, porque o DEM já estava na UTI, com apenas dois deputados aqui na Assembleia e, praticamente, em Brasília já não mais existe. Mas ele veio aqui, com a revolta popular, com essa roubalheira escancarada foi que o povo se revoltou. E vai dar a resposta também em 2014.

Podem levar o dinheiro. Podem levar, mas vão ter que devolver. Isso é um absurdo!

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Deputado Luciano Simões, agradeço a V.Ex^a o seu aparte e o incorporo ao meu discurso.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a me permite um aparte?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Com o aparte o deputado Carlos Geilson.

O Sr. Carlos Geilson:- Meu caro Luciano Simões, V.Ex^a pode, perfeitamente, substituir o apresentador Raimundo Varela. Hoje deu tanto tapa aqui... Agora, V.Ex^a faltou... Tem um cartão vermelho aí? Um cartão para V.Ex^a dar ao governador Jaques Wagner. Cartão vermelho, governador! Com esse criação de impostos, tem que dar todos os cartões vermelhos para o governador Jaques Wagner.

Deputado Sandro Régis, quero parabenizar V.Ex^a pelo seu pronunciamento, pelo seu destemor de subir a esta tribuna, de fazer essas denúncias e de desafiar o Líder do governo para que se posicione. O deputado Zé Neto tem que falar. A Bahia espera a palavra do Líder do governo, é a palavra do governador Wagner aqui nesta Casa. É impressionante! É inimaginável essa festa com o dinheiro público, enquanto que os deputados...

Está aqui Nelson Leal. Quanto V.Ex^a conseguiu mandar de dinheiro de emendas para seus prefeitos, para a sua cidade, para a sua querida cidade do Livramento? Quanto?

O Sr. Nelson Leal:- Não lembro, não.

O Sr. Carlos Geilson:- Enquanto isso, uma ONG no Alto do Cabrito para capacitar vendedores de churrasquinho leva R\$ 7 milhões.

Eu não consigo falar nessa farra com o dinheiro público sem dar risada.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- O deputado Zé Neto, Líder do governo, já levou isso para Feira de Santana?

O Sr. Carlos Geilson:- Até agora espero lá, em Feira de Santana, a obra do PAC da Lagoa Grande, que está parada.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Não, PAC é federal. Eu falo recurso estadual.

O Sr. Carlos Geilson:- V.Ex^a precisa saber que na campanha Zé Neto alugou um bocado de máquina, botou lá perto da Lagoa e anunciou “estamos começando a obra, de fazer aquela festa, vote em mim, meu povo...” Aí Zé Neto levou chumbo na asa. Veja que ele está todo empenado. Veja se ele não está com problema de coluna depois da eleição, arrastando os pés? Chumbo na asa... deve estar com algum problema de coluna. Ele mandou retirar os tratores, as máquinas, e a obra do PAC em Feira de Santana foi interrompida.

Então, era apenas uma questão eleitoreira para engabelar, para ludibriar o

eleitor mais incauto. Lamentavelmente. Isso é feio, meu caro deputado Zé Neto.

Então, parabênz V.Ex^a, mais uma vez, pelos seu destemor nesse belo pronunciamento.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Depois, deputado Carlos Geilson, dessa farra com o dinheiro público, o deputado Alan, novo nesta Casa, deputado sério, honrado, que foi presidente da Câmara, sobe a esta tribuna e é relator do projeto dos impostos. E o mais importante do relator foi que o próprio relator rejeitou a sua emenda! No projeto aqui apresentado, o relator Alan Sanches rejeitou a sua própria emenda! Olhem como esse projeto deve ser bom para a sociedade!

Imaginem vocês – não vocês do PT – que não têm a guarida do governo, vocês que vivem à margem do governo, comendo a pontinha do biscoito! E aí, deputado Pedro Tavares, o cidadão pega o *Diário Oficial*, vai começar a folhear e vê: ONG Alto do Cabrito: 7 milhões, ONG Instituto Brasil: 5 milhões. E esta Casa amanhã estampa em todos os jornais: “Assembleia aprova projeto de aumento de imposto prejudicando a população”.

O que é que o povo vai pensar desta Casa? O que o povo vai pensar dos deputados? O que é que o povo vai pensar de nós? Nós estamos aumentando, deputado Alan, impostos! Imposto de telefone que atinge diretamente o pobre! Imposto para transmissão de bens! O deputado Pedro Tavares, ao longo da sua vida, trabalha, paga imposto para construir seu patrimônio, casa, tem seus filhos, e quando vai passar os seu bens, construídos na legalidade, pagando impostos, tem que pagar novos impostos.

É o verdadeiro governo papa-tudo! O governo quer o dinheiro do contribuinte de todo jeito! Esse projeto é uma aberração! É uma falta de respeito ao cidadão! E vamos requerer do presidente que a votação seja com o o voto nominal para a população baiana saber quais os deputados que votaram a favor dos impostos, em um Estado onde não há saúde, onde não há segurança pública, onde não há educação. E vocês veem esta Casa propor um projeto para lesar o baiano, lesar o pai de família, lesar o cidadão! E o deputado Alan está se achando o máximo, foi premiado por esse projeto! Por que o Líder não escalou um deputado do PT? Para isso o PT não pode, vão os aliados.

O Sr. Alan Sanches:- Concede-me um aparte, deputado?

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Concedo o aparte ao nobre relator desse projeto, que vai deixar a sociedade muito “satisfeita”, o deputado Alan Sanches.

O Sr. Alan Sanches:- Nobre deputado, o que me envaideceu muito esta noite foi ter sido chamado de Sandro Régis pelo presidente.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Nobre deputado.

O Sr. Alan Sanches:- Não, o presidente Marcelo Nilo me confundiu com a sua semelhança e aparência, e me chamou de Sandro Régis como relator, porque ele gostaria de que V.Ex^a estivesse relatando. Veja bem, tenho certeza de que V.Ex^a leu bastante o projeto, durante o período em que interrompemos a sessão, para que vocês pudessem ler o parecer. V.Ex^a viu e deve ter observado...

O Sr. SANDRO RÉGIS:- (...) que o projeto é bom para a sociedade! É muito

bom para a sociedade!

O Sr. Alan Sanches: - V.Ex^a deve ter visto que modificamos, inclusive foi dito aqui pelo deputado Leur Lomanto, modificamos bastante.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Mas é imposto, deputado Alan! Deputado, V.Ex^a sabe quanto ganha um pai de família? V.Ex^a sabe quanto é o PIB do baiano? Imagine ter que pagar alíquota só para o telefone...

O Sr. Alan Sanches:- Só para terminar esse aparte, nobre deputado, quero dizer que o que cabia à relatoria nós fizemos, inclusive, diminuimos as taxas, colocamos isenções, através das sete emendas do relator.

Quero agradecer, só para refrescar a cabeça de V.Ex^a.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- V.Ex^a está isento. É um projeto do Executivo, mas lhe deram um abacaxi, não tenha dúvida disso. O nosso vereador Duda, menino brilhante, vai ser conhecido agora na Câmara como o filho do deputado dos impostos. Não tem jeito, deputado Alan.

O deputado Marcelino Galo quase nos agrediu querendo dar legitimidade a essa falta de respeito com o dinheiro público.

Com o aparte o deputado Luciano Simões.

O Sr. Luciano Simões:- Deputado Sandro Régis, apenas para V.Ex^a não ficar citando somente a associação do Alto do Cabrito, vou ler as outras que foram beneficiadas.

Tem o Instituto de Qualificação da Cidadania, o IC, que recebeu 6 milhões, 347 mil e 271 reais. O IC funciona na Travessa da Ajuda, onde tinha as antigas casas de tolerância no Centro da cidade. Esse instituto onde funcionavam as casas de tolerância está recebendo, deputado Sandro Régis, a bagatela de 6 milhões e 300 mil reais. Depois, vem a Associação Pina Pá, que recebe a bagatela de 4 milhões e 790 mil reais.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Quero saber se a deputada Ivana já conseguiu esses recursos para Guanambi.

O Sr. Luciano Simões:- Sabe onde fica a Pina Pá? No Terreiro de Jesus, na Ruy Barbosa. Se o deputado fosse vivo, era capaz de ter a numeração e saber do que se tratava, ms infelizmente ele não faz mais parte da nossa vida. Tem o Movimento de Cultura Popular do Subúrbio, que é a associação do Alto do Cabrito, a MCPS. E tem uma mais engraçada, que se confunde com a Travessa da Ajuda e o Terreiro de Jesus: a CAMA, Centro de Artes e Meio Ambiente, associação privada que recebeu a bagatela de 2 milhões e 443 mil reais. Funciona na Rua Francisco Xavier de Oliveira, nos Mares, bairro do Uruguai, próximo às palafitas.

Vamos constituir amanhã, com a ajuda do deputado Bruno Reis, uma comissão de parlamentares da Oposição e visitaremos o Alto do Cabrito para fotografar, colocar na internet e tentar descobrir, através da Comissão de Desenvolvimento Econômico, o caminho da economia da Bahia nos carrinhos de cachorro-quente e na capacitação dos feitores do churrasco de gato.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Nem os países que estão em guerra, os quais recebem ajuda da ONU, recebem tanto dinheiro como essas ONGs. São ONGs de no

máximo 2 bairros que já somam mais de 25 milhões de reais!

A Sr. PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado. Por favor.

O Sr. SANDRO RÉGIS:- Para concluir.

Espero que esta Casa não cometa esse crime contra a sociedade, não apurando essa farra com o dinheiro público nas ONGs do Alto do Cabrito, etc., e vindo a aprovar um projeto para lesar o contribuinte baiano.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador nem pelos aparteantes.)

A Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para discutir o projeto de lei 20.083/2012, com a palavra o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Nobre presidenta, deputadas e deputados, todos que há mais de 22 horas participam desta sessão, sejam os membros da imprensa, sejam os espectadores através da *TV Assembleia*, estamos às vésperas do Natal. E, num período como esse, todos esperamos receber presentes, mas a sociedade baiana, em especial a classe média, vai receber do governador Jaques Wagner o verdadeiro presente de grego.

Infelizmente, a maioria dos deputados desta Casa não conseguem ter opinião, não podem votar conforme suas convicções e as bandeiras que sustentam. Vão ter que mais uma vez balançar a cabeça e dizer amém. E vão dar de presente um pacote de aumento de impostos, de alíquotas, de taxas que vai afetar diretamente todos os pais e mães de família que hoje não conseguem fechar mensalmente seus orçamentos.

O que estamos vendo ao longo de seis anos de governo Wagner são reajustes com base nos índices da inflação, portanto reajustes que apenas fazem a recomposição salarial. Nunca este governo praticou um aumento acima dos índices da inflação, Por outro lado, todas as taxas e serviços públicos aumentaram em escalas infinitamente superiores aos reajustes dados ao salário dos servidores e ao salário mínimo.

Não vou falar aqui da Embasa que chegou a praticar algo em torno de 180% enquanto a inflação no período ficou em apenas 33%. Não há mais como um pai ou mãe de família sobreviver diante de uma situação como esta. E vem este governo na contramão das políticas adotadas pelo governo federal e por outros estados com a justificativa de que precisa recompor as perdas por conta das reduções, em especial de IPI que afetou o FPE e da CIDE, contribuição que incide sobre os combustíveis.

Trazer esse prato indigesto para que possamos digerir! É inadmissível. O que o governo federal fez ao reduzir impostos foi estimular essa política consumista, que, sabe lá Deus, até quando vai se sustentar. E o governador Jaques Wagner deveria, pelo menos, seguir a mesma postura do seu partido no plano federal, porque quando é para ficar contra a Bahia e a favor do partido, o PT sabe fazer, foi assim, por exemplo, na votação dos royalties, onde os deputados do PT ficaram contra a Bahia e a favor do partido.

E por que agora o Partido não segue a mesma postura do governo federal? Mas,

infelizmente, tem um ditado que diz: “ a corda sempre quebra em cima do mais fraco”. E no final, quem paga a conta são todos os baianos que vão ter, infelizmente, por falta de soberania, de independência desta Casa a partir do ano que vem, ter que pagar, nobre deputado, Carlos Geilson, 1% a mais do ICMS nas contas de telefone. Todo mundo aqui, quem pegar a conta do telefone vai ver quando se paga a conta, está lá, o aumento, a taxa do ICMS, que agora foi aumentada em 1%.

Vai se criar taxas para o consumo de energia elétrica, ou seja, o consumidor residencial que consome anualmente mais de 2400 quilowatts, vai pagar R\$ 0,50 de taxas a cada 100 KW consumidos. O consumidor não residencial, vai afetar diretamente a indústria e o comércio, vai pagar a taxa de R\$0,90 para cada 100 KW consumidos acima de 2400 KW/ano.

As alíquotas de doação. Esse governo que defende tanto as ONGS, que tem uma política nunca antes vista na história da Bahia, onde as ONGS recebem mais recursos do que as prefeituras do Estado. Eu lanço um desafio: nos seis anos do governo Wagner, vamos somar os convênios praticados com as ONGS e os convênios praticados com as prefeituras e vocês vão ver que esse governo prefere repassar o dinheiro para as ONGS em detrimento das prefeituras.

Não tem, deputado Sandro Régis, prefeitura de nenhum deputado aqui, filho da terra não, não tem prefeitura na Bahia que tenha recebido a título de repasse, a fundo perdido por parte do Estado, 7 milhões de reais. Se esse governo fez uma obra em algum município acima desse valor, com certeza foi por execução direta...

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte.

O Sr. BRUNO REIS:- Eu fico até imaginando que eles devem ver os prefeitos como bandidos e os presidentes das ONGS os verdadeiros profetas da moralidade.

O Sr. Luciano Simões:- Um aparte.

O Sr. BRUNO REIS:- Até as ONGS, agora, se alguém quiser doar um imóvel para uma ONG, por exemplo, iria pagar 5% de impostos, mas quero reconhecer o papel do deputado Alan Sanches, que com seu parecer reduziu para 3,5, mas aumentou 1,5% a alíquota de doação.

Uma alíquota de transmissão causa mortis que hoje é de 4%, em São Paulo é 4%, no Rio de Janeiro é 4%, em Minas Gerais é 5%, na Bahia, o senado federal permite que seja no máximo até 8%, vem o governador Jaques Wagner e aumenta em 100%, de 4% para 8%.

Vamos lá na prática, se um de nós aqui morrer, ao transferir o nosso patrimônio para nosso cônjuge ou para nossos filhos esse imposto variava de 4 a 25% a depender do valor do imóvel e a depender, nobre deputado Carlos Geilson, da relação de parentesco, de pai para filho, por exemplo era 4% até 300 mil reais, agora fica em 8%.

Agora, as grandes fortunas, deputado Wando, quem é rico, que tem patrimônio que vale mais de 3 milhões de reais, que pagava 25%, agora vai pagar apenas 8%. Então, afeta principalmente a classe média e desonera as grandes fortunas, ou seja, esse projeto de lei, um absurdo inaceitável, num momento como esse da política da Bahia e da política nacional, ter a coragem, e o que mais me espanta é a coragem do

PT, a cara-de-pau de vir criar impostos, e taxas, e alíquotas numa altura dessa do campeonato. E, ao invés de taxar os mais ricos, de cobrar dos mais ricos vai cobrar dos mais pobres. E aí, nobre Líder Zé Neto, não há como ter acordo. Não há como nós concordarmos com isso.

Eu fico me perguntando, nobres deputados – será que isso é vingança do Governador Jaques Wagner? Por que foi que o governador esperou passar a eleição no 1º turno, passar a eleição no 2º turno e aí manda, já no final do ano, quando a população já está se preparando para encerrar o ano, já está preocupada com os festejos natalinos e do outro ano, aí vem um projeto desta natureza e um projeto que vai agredir sensivelmente o bolso da classe média baiana. Justamente, nobre deputado Luciano Simões, a classe média baiana que deu um não ao PT nas eleições. Foi a classe média que se revoltou nos grandes colégios eleitorais contra a postura autoritária, perversa do governo do PT e disse um não.

Então, isso é vingança do Governador Jaques Wagner com a classe média, é o troco que está dando agora, após as eleições, da mesma forma que fez com os professores, deixou para mandar após as eleições do 2º turno um projeto para esta Casa, para aprovar na calada da noite, num dia de segunda-feira, onde tirava direitos dos professores, ou seja, o projeto que foi aprovado nesta Casa foi pior do que o que tinha sido aprovado em maio deste mesmo ano. Mais uma vingança do Governador Jaques Wagner contra os professores.

E aí, nobre deputado Luciano Simões, esse governo que se diz republicano, democrático, baixou uma série de decretos, aumentando também na ponta, o MVA sobre materiais de limpeza, sobre material escolar, sobre diversos materiais, aumentos esses que chegam até a casa de 11%, sem sequer discutir nas câmaras setoriais.

Esse governo, nobre deputado Sidelvan, que no discurso tem uma postura, mas nas ações e na prática é um governo autoritário, acabou, praticamente, com a função das câmaras setoriais. Recebemos hoje, aqui, uma comissão de empresário, em especial o presidente da Abase, Associação Baiana de Supermercados, para protestar, para dizer que o que o governo está fazendo através de decretos, e agora através desta lei. É um verdadeiro roubo, é o roubo oficializado aos homens que produzem, que geram emprego, que geram renda e, acima de tudo, que pagam impostos. Ninguém suporta mais uma carga tributária tão elevada, talvez uma das cargas tributárias mais elevadas do mundo hoje. É a realidade do Brasil.

O maior sócio do empresário, o maior sócio do industrial é o governo. E agora vem o governo da Bahia e quer passar a mão, aumentando as taxas de impostos. Agora, infelizmente, quem vai acabar pagando essa conta somos todos nós, consumidores, porque os empresários vão acabar repassando esses aumentos para o preço final dos seus produtos.

Então, é com muita tristeza, é com fortes lamentações que eu vejo esta Casa, hoje, mais uma vez, ficar de cócoras para o Poder Executivo e aprovar este projeto.

Quero dizer a todos os nobres deputados e deputadas que enquanto os nossos estados vizinhos, Pernambuco, Ceará, praticam uma política de crescimento

econômico, no ano de 2011 nós crescemos apenas 2%, abaixo da média nacional que foi 2,7%, o Ceará cresceu 3,3% e o Pernambuco 4,5%. Isso, sim, tem possibilitado um incremento nos cofres do Estado, dos nossos Estados vizinhos. Para se ter ideia, o Estado da Bahia cresceu entre 2010 e 2011 um percentual de 8,77% no ICMS, o Pernambuco teve incremento de 18%, o Ceará de 10,5%; nós só ganhamos, na Região Nordeste, para o Estado de Sergipe, que foi 7,68%.

Quando comparamos o período do governador Jaques Wagner, a Bahia representa o segundo pior índice de crescimento do ICMS, cresceu, no governo Jaques Wagner, apenas 53%, ficando somente à frente do Estado do Rio Grande do Sul. Isso representou, nobre deputado Carlos Brasileiro, se o Estado da Bahia continuasse, nesses últimos 5 anos, crescendo como crescia no passado, nós teríamos um percentual de 75%. Isso representou, que o Estado deixou de arrecadar com ICMS algo em torno de 15 milhões de reais, porque nós não conseguimos manter o crescimento que nós tínhamos conseguido anteriormente. Já o Estado de Pernambuco teve um incremento de 75,8%.

Isso significa, nobre deputado Carlos Brasileiro, que se a Bahia continuar crescendo em ICMS na proporção que está, e o Pernambuco na mesma proporção, já, agora, em 2015, portanto daqui a 2 anos, o Pernambuco irá arrecadar com ICMS o mesmo que a Bahia arrecada. E olhem que nós temos aqui quase 15 milhões de habitantes, e o Pernambuco tem apenas 4 milhões. Infelizmente o estado anda na contramão. Ao invés de estimular a economia, possibilitando que novos empreendimentos sejam instalados, ao invés de possibilitar que esse dinheiro esteja circulando na iniciativa privada para gerar mais empregos e renda, o que é que o governo do estado faz? Arrocha mais o produtor, para concluir, nobre deputada, e isso vai representar o quê? Vai representar uma arrecadação menor de ICMS.

Então, é política equivocada deste governo e é justamente por isso que hoje a Bahia perdeu o propagandismo no Nordeste. Felizmente, nós sempre crescemos o dobro da média nacional, e agora estamos crescendo abaixo da média nacional. É o crescimento econômico que gera imposto e faz com que o estado aumente sua arrecadação. Não penalizar

em especial a classe média.

É a vingança desta noite de 19 de novembro que o governador Jaques Wagner com a classe média que o derrotou este ano.

Muito obrigado, Sr^a. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Último orador inscrito, deputado Paulo Azi, pelo tempo de até 20 minutos.

O Sr. PAULO AZI:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, hoje a imprensa noticiou declarações da Presidente da República, informando que seria uma prioridade absoluta do seu governo no próximo ano, a redução da carga tributária em nosso País.

Entende a Presidente, de maneira acertada, é bom que se diga, que não se pode imaginar desenvolvimento econômico em um país em que mais de um terço que se

produz fica nas mãos do governo. A Presidente da República tem feito um esforço no sentido de diminuir a carga tributária, de diminuir os impostos que incidem sobre diversos produtos, o que possibilita mais recursos na mão da iniciativa privada, no bolso do consumidor. A Presidente vem, ao longo dos anos, ao longo deste ano, reduzindo IPI daqueles eletrodomésticos conhecidos como linha branca, reduzindo o IPI dos automóveis e agora acena com a redução da tarifa da energia elétrica.

Esse é um movimento, Srs. Parlamentares, que estamos observando acontecer em várias partes do mundo e é por isso, Srs. Deputados, que não podemos aceitar, não podemos entender, não podemos compreender como o governador da Bahia, que é do mesmo partido da Presidente da República, que sempre procura imitar o receituário do governo federal, adota uma política completamente distanciada da política do governo federal.

Não é de hoje que estamos alertando o mau gerenciamento, a má gestão dos recursos públicos em nosso Estado. A gestão econômico-financeira orçamentária do Estado da Bahia foi nos últimos anos exercida de forma temerária. Várias e várias vezes alertávamos que o governo adotava uma política que privilegiava um aumento avassalador das despesas com o custeio da máquina pública, uma máquina pesada, inchada e ao mesmo tempo improdutiva. Vejam V. Ex^{as}, Srs. Parlamentares, que nesse ano de 2012, o governo do Estado da Bahia, de tudo aquilo que arrecadou de impostos da nossa população, utilizou algo em torno de 94% dos recursos para financiar a sua máquina pública. Apenas 6% dos recursos públicos foram utilizados em investimentos, em ações que efetivamente venham melhorar a vida das pessoas. E aí o que faz o governo? Mesmo observando o momento econômico delicado, uma crise financeira internacional, mesmo conhecendo esse cenário, o governo não procurou fazer o dever de casa. O governo ao longo desses 6 anos não procurou exercer uma política administrativa voltada para a eficiência, com enfoque na produtividade do serviço público.

Agora, senhores parlamentares, quando o governo se vê em crise financeira, com enormes dificuldades de honrar seus compromissos, sejam com fornecedores, com empreiteiros, com empresas terceirizadas, muitas que estão há 5, 6 meses, deputado Bruno Reis, sem receber aquilo que lhe é devido pelo Estado, mais uma vez se utiliza de dois expedientes que em nada beneficiam a nossa população. De um lado busca realizar operações de crédito, busca novos empréstimos nos bancos, endividando o nosso Estado e, o que é pior, sem nos dar a garantia de que esses recursos serão aplicados em ações de investimento. O nosso temor é que se repita o que se repetiu em outros diversos empréstimos nesta Casa aprovados que serviram unicamente para o pagamento das despesas correntes do governo do Estado.

Por outro lado, o governo, neste final de ano, resolveu dar este presente amargo à nossa população. Esta população sofre, de um lado, com os altos impostos que já paga e, do outro lado, com a péssima prestação dos diversos serviços públicos. A população convive com uma insegurança generalizada, com uma saúde caótica e com uma educação que não garante o futuro dos filhos de milhões de baianos.

Portanto temos uma população que já sofre pela alta carga tributária e pela má

prestação do serviço público. A população, agora, receberá, neste final de ano, este presente, um verdadeiro presente de grego que S.Ex^a, o governador Jaques Wagner, haverá de impor a todos nós.

Não podemos entender tampouco aceitar que a população da Bahia seja penalizada com o aumento de imposto que cada um de nós pagamos pela utilização de serviços de telefonia. Hoje, é raro um cidadão, Srs. Parlamentares, que não dispõe de um telefone fixo ou móvel. E este mesmo cidadão será obrigado a pagar um imposto que, para V.Ex^{as}. terem uma ideia, será maior do que o imposto pago, por exemplo, à bebida ou ao cigarro.

Não podemos entender como este governo resolve impor uma nova taxa para incidir sobre a tarifa da energia elétrica. Enquanto a presidenta Dilma anuncia a redução da tarifa de energia elétrica, o governador Jaques Wagner aumenta a tarifa com a criação desta nova taxa para a utilização potencial em caso de incêndio.

Srs. Parlamentares, este índice atingirá uma centena de municípios espalhados pelo interior do estado da Bahia que nem dispõem do serviço regular do Corpo de Bombeiros. São raros os municípios que têm, hoje, uma boa prestação de serviços de combate a incêndio! E o que é pior, repito, o que é pior: em nenhum lugar deste projeto está garantido em lei que esses recursos e essas taxas arrecadadas futuramente serão destinadas ao combate a incêndio.

Esta será mais uma taxa destinada ao caixa único do governo, e estando no caixa único do governo, o governo utilizará ao seu bel prazer, sem nenhum compromisso em equipar, dar estrutura ao Copo de Bombeiros do Estado da Bahia.

É muito ruim, Srs Parlamentares, é lamentável que cheguemos ao fim deste período legislativo, de um período legislativo nesta Casa, a despeito das eleições, mas que ficou muito clara as insatisfações de diversos setores da sociedade, pessoas ligadas à segurança pública, à educação, à saúde, que estiveram aqui presentes neste plenário, demonstrando suas insatisfações, que infelizmente parece se generalizar em relação à avaliação do governo do Estado.

Governo que infelizmente parece não ter feito a leitura correta do resultado das urnas, que mostrou claramente uma insatisfação crescente da população da Bahia com o partido que está no Poder, o Partido dos Trabalhadores que foi duramente derrotado nas principais cidades do nosso Estado.

E aí, o governo que ainda tem tempo de fazer uma meia culpa, que ainda tem tempo de mudar de rumo, de buscar um outro caminho e um outro modelo administrativo, insiste num modelo falido, modelo que não tem conseguido responder ao clamor da nossa sociedade que solicita, exige serviços públicos de qualidade.

A Bancada da Maioria desta Casa, infelizmente, mais uma vez, irá aprovar esse projeto que chegou aqui há uma semana, que não teve o tempo mínimo de discussão, que não deu oportunidade aos setores produtivos do nosso Estado se manifestarem, que não nos deu a informação de quanto o governo projeta arrecadar com esse aumento generalizado de impostos. Seguramente não deve ser pouco.

A negativa do governo em informar a esta Casa qual a previsão e qual o aumento que ele obterá de arrecadação com essa leis que aumentam impostos e criam

taxas, significa que a mordida que será dada no bolso dos consumidores baianos não será pequena.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, encerraremos o ano com um crescimento econômico que beira a estagnação, e com projeções para o próximo ano que nada nos anima, que nada nos tranquiliza.

O caminho adotado pelo governo de aumento de impostos, de aumento de taxas, de criação de novas taxas, de aumento de endividamento do nosso Estado com a tomada continuada de empréstimos, infelizmente, projeta um horizonte sombrio para o nosso querido Estado da Bahia.

Espero, Senhoras e Senhores Parlamentares, que este final de ano sirva para que o governo faça uma reflexão e corrija o rumo, que ouça as vozes que vêm da rua e passe, efetivamente, a governar em benefício do nosso querido e sofrido povo da Bahia.

Sra. Presidente, é com muita preocupação que nós encerramos esse período legislativo com esse péssimo presente que o governo do Estado da Bahia dará à nossa população.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Em votação projeto de lei nº 20.083/2012, procedente do Poder Executivo, o qual altera a lei nº 4.826, de 27 de janeiro de 1989, que dispõe sobre o Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos, e a lei 11.631, de 30 de dezembro de 2009.

O Sr. Marcelino Galo:- Pela ordem, presidente.

A Sra. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para encaminhar a votação, deputado Bruno Reis pelo tempo de até 2 minutos e meio.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Bruno Reis.

O Sr. BRUNO REIS:- Nobre presidenta, nobres deputados, todos que nos assistem através da TV Assembleia, está aqui a foto da sede da associação de São João do Cabrito, que recebeu 7 milhões de reais do governo do Estado.

Movimento de cultura popular do subúrbio, arte cultura, paz e cidadania. Olhem onde funciona a associação, olhem o observatório universitário da cultura popular. Aliás, todas as salas do TOPA, quando visitamos as associações, que eram para ter pelo menos 30 alunos, nessa aqui, em especial, tem apenas um. Olhem o presidente que vai gerenciar R\$ 7 milhões, nobre deputado Zé Neto. Que qualificação técnica ele tem? Qual é a formação? Qual é a capacidade gerencial que essa associação e o seu presidente têm para administrar R\$ 7 milhões? É por isso que não tem dinheiro! Todos os deputados estão insatisfeitos. Há deputados que estão há dois anos na Base do Governo e não conseguiram levar nem uma obra para o seu município. Nem uma obra! É por isso que não tem dinheiro para investir na segurança! É por isso que precisam aumentar impostos, alíquotas, criar taxas, porque o dinheiro que tem está sendo usado indevidamente.

Falta prioridade a este governo, definir o que é mais importante e onde aplicar os recursos públicos. São R\$ 7 milhões para cursos profissionalizantes, para vender cachorro-quente! É motivo de dar risada mesmo, nobre deputado. Pense num absurdo e na Bahia tem um precedente. E isso aqui é mais um verdadeiro absurdo do governo Jaques Wagner.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Para concluir, deputado, por gentileza.

O Sr. BRUNO REIS:- Aí, deputados, têm de aumentar os impostos! Sobra o ônus para quem? Para a população que já vive escorchada e agora vai ter de pagar tanto por produtos, por serviços, por preços mais elevados...

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Por gentileza, deputado, conclua.

O Sr. BRUNO REIS:- Esses preços, esses aumentos serão repassados para o produto final. Então, é de lamentar, nobre presidenta Maria Luiza Laudano. Sei que V. Ex^a não concorda com isso.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Luciano Simões, para encaminhar, pelo tempo de até 2 minutos e meio.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr^a Presidente, o pronunciamento do deputado Luciano Simões será muito importante, por isso quero que V. Ex^a acione as campainhas para que os deputados venham ao Plenário para assistir ao pronunciamento do nobre deputado Luciano Simões. Por isso mesmo, peço que V. Ex^a acione as campainhas para que possa formar o quórum regimental de 21 parlamentares.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V. Ex^a será atendido.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feito pelo deputado Paulo Azi. Os Srs. Deputados que estão na sala do cafezinho ou nos gabinetes solicito que adentrem ao Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum.

O Sr. Marcelino Galo:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Marcelino Galo.

O Sr. Marcelino Galo:- Sr^a Presidente, gostaria que V. Ex^a marcasse o tempo regulamentar para convocar todos os deputados que estão nesta Casa.

A Sr^a PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- V. Ex^a será atendido, deputado.

Srs. Deputados, existe um pedido de verificação de quórum feito pelos deputados Paulo Azi e Marcelino Galo. Solicito de V.Ex^{as} que estão no cafezinho ou nos gabinetes que adentrem ao Plenário, pois existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Solicito que marquem o tempo regimental de 15 minutos.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Queria convocar os deputados para que déssemos quórum o mais rapidamente possível.

Nós chegamos, mais ou menos, a um acordo. (Risos)

Sentamos com o deputado Paulo Azi, fechamos uma composição, e ele terá um tempo para ajustar, com sua Bancada, a possibilidade de concretização dessa composição, na extensão que dê, para, ainda este ano, conseguirmos encerrar os trabalhos. Entretanto, avançamos no sentido de votarmos, hoje, os dois projetos e a urgência do projeto de empréstimo junto ao Banco do Brasil. Espero que nós tenhamos condições para, na semana que vem, evoluirmos nesse acordo, e podermos assim, evidentemente, fazer com que esta Casa faça o que sabe mais fazer, que é dialogar para que essa dificuldade encontrada hoje em fecharmos os acordos suficientes para a votação do orçamento possa ser superada.

Faço, também, este apelo à Oposição, tendo em vista que este é um ano que, sem nenhuma dúvida, fica marcado na história da política brasileira. Talvez seja o ano de maior contundência no processo democrático.

Então, fica posto dessa forma. A data da próxima votação será quarta-feira da semana que vem. Desde já, queria convocar nossa Bancada para fazer o esforço de estarmos todos aqui na próxima quarta-feira para votarmos o Orçamento e os demais projetos que se encontram na pauta.

Com relação às questões que foram elencadas, durante a tarde, que tratam de algumas denúncias feitas pela Oposição, em tese quero apenas chamar a atenção para o fato de que o programa a que V.Ex^a estão se referindo é o programa Vida Melhor, que é atribuído a algumas entidades que vão fazer com que tanto o fomento dos pequenos negócios, como a preparação de pessoal, os cursos...

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pois não, deputado, já há quórum.

O sr. Zé Neto:- Não há, não.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Há, sim. É quórum para continuidade da sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Com a palavra o deputado Luciano Simões

pelo tempo de dois minutos e meio.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Sr. Presidente, esta é a foto que acabamos de receber da ONG de São João do Alto do Cabrito, que receberá R\$ 7 milhões do governo do Estado para fazer a capacitação de jovens de carrinho de cachorro-quente.

São R\$ 7 milhões, presidente, o povo da nossa região está morrendo com a seca. Para se receber R\$ 20 mil para comprar um carro-pipa, um prefeito passa quase 15 dias correndo atrás, juntando documento. E essas duas pessoas, aqui na sala de reuniões dessa associação, esse afrodescendente e sua irmã estão na sede da associação. Nós somos deputados, minha gente, para fiscalizar e defender o povo da Bahia.

Está aqui no *site* da própria associação, deputado Rosemberg Pinto, que tenho como deputado sério, e deputado Ronaldo Carletto, homem sério e de bem. Está no *site* dizendo: “Esse grupo não possui espaço físico, personalidade jurídica, nem um profissional especializado em qualquer tipo de produção. São formados por jovens do subúrbio”. Eles dizem no *site* deles, deputado Carlos Brasileiro. Eu denunciei aqui, deputado Euclides Fernandes, um bilhão e duzentos, ano passado, foram repassados para às ONGs. Entre esses um bilhão e duzentos, dezesseis milhões foram para o Centro Açuruá, em Gentil do Ouro, para fazer palestra sobre o Pré-sal. Como é que presta contas disso aqui, deputado Marcelo Nilo. Isso envergonha qualquer governo isso é uma falta de vergonha, é o roubo mais descarado que eu já vi na minha história política. É roubar a galinha do pobre, enquanto o povo morre com a seca, de fome, de sede. Enquanto os deputados que estão aqui, como o deputado Marcelo Nilo, Roberto Carlos, Carlos Ubaldino, Luiz Augusto, votados na região de Guanambi, não podem levar sequer 500 mil reais para a seca de Guanambi e de sua região.

Esses dois rapazes aqui vão meter na mão e dividir com não sei quem sete milhões de reais. Isso é um assalto. Teria que prender e cortar as mãos, como se faz na Arábia Saudita. Isso aqui nunca se viu na história da Bahia. Essas ONGs têm que ser levantadas pela Assembleia, deputado Marcelo Nilo. Eu duvido que o governador tenha conhecimento dessa foto aqui. Conheço o governador, já votei nele e participei várias vezes de reuniões com o governador, antes e depois das eleições. Duvido que o governador, duvido, pelo pouco que eu conheço dele, que ele tenha conhecimento disso aqui.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Para concluir, Sr. Presidente. As outras fotos virão, já estão aí na assessoria da Oposição, e vocês vão ficar boquiabertos com o que essa quadrilha faz com o dinheiro do povo baiano.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- As empresas sem receber, o PET para fechar, a Educação com um rombo de três milhões, e da fonte zero zero, não quero falar de todas. As outras virão.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado Luciano Simões.

O Sr. LUCIANO SIMÕES:- Concluo, Sr. Presidente, dizendo que isto é inaceitável para qualquer classe política do mundo.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, por dois minutos e meio, deputado Carlos Geilson.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, tenho sido um crítico do governo Jaques Wagner. Estou chamando atenção porque acho um governador displicente, muito pouco apegado às coisas da Bahia, mas concordo com o deputado Luciano Simões. Em nenhum momento, subi a esta tribuna para dizer que o governador Wagner Corrobora com a corrupção. Concordo com o deputado Luciano Simões, acho que o governador não tem conhecimento, não tem porque não

tem lastro, não tem como se sustentar.

O deputado Zé Neto até agora não conseguiu prover nenhuma frase, nenhum discurso que possa contrapor o que está aí. É muito claro, é obvio que há desvio de recursos. Mas eu me reservo e recuso-me a acreditar que isso tem a chancela do governador. Ele não seria governador deste Estado se fosse tão pueril, tão infantil, para saber que esses recursos chegam a essas ONGs com destinos outros, que não são beneficiar o povo, é beneficiar alguns.

Quero aqui, meu caro deputado Luciano Simões, fazer coro com V.Ex^a. Não é possível que o governador tenha conhecimento. Amanhã nós queremos ver o posicionamento do governador, porque se ele não tomar uma posição, aí sim, é que vou modificar a minha forma de pensar, vou rever meu pensamento. Não é concebível para qualquer cidadão lúcido neste Estado que haja esse desvio de recursos.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para concluir, deputado.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Então, caro deputado Luciano Simões, vou acreditar que o governador não sabe, que foi enganado, que foi ludibriado e que, amanhã, ele tomará uma posição e cancelará esses convênios. Aí, sim, vamos, realmente, acreditar que o governador não sabia, que foi traído e que deve tomar uma posição excluindo e exonerando os auxiliares que participaram dessa maracutaia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Para encaminhar, com a palavra o deputado Capitão Tadeu pelo tempo de dois minutos e meio.

O Sr. CAPITÃO TADEU:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as}. Deputadas, imprensa, povo baiano, vou levar apenas 30 segundos neste meu pronunciamento. São muito graves as denúncias que a Oposição está fazendo nesta Casa. É muito grave o que está sendo dito aqui para nós, deputados, ficarmos, apenas, ouvindo o que está sendo dito aqui.

Acho que alguém do governo tem de vir a esta Casa, a esta Assembleia Legislativa para dar explicações. Não quero fazer acusações levianas. Mas, na condição de deputado, fico constrangido ao ouvir as denúncias e, também, fico a imaginar a possibilidade de isso ser verdadeiro e estarmos dando apoio a um secretário ou a um gestor ou a um gerente ou a um superintendente que esteja fazendo uma coisa dessa.

Então eu gostaria de que alguém do governo viesse à Assembleia Legislativa para dar explicações com relação a essas denúncias graves.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Encerrado o encaminhamento.

Em votação.

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Paulo Azi.

O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, solicito a V.Ex^a proceder a uma verificação de quórum de votação.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Questão de ordem do deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Solicito o tempo necessário para podermos restabelecer o quórum conforme orientação regimental.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- V.Ex^{as}. serão atendidos.

Zerem o painel e marquem os 25 minutos.

Srs. Deputados que estão no cafezinho ou no Salão Nobre, precisamos de quórum de votação. Os Srs. Deputados que queiram continuar nesta sessão marquem as presenças.

O Sr. Zé Neto:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Pela ordem, deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Sr. Presidente, quero colocar para a Oposição que as denúncias feitas foram com muita contundência, porque propriedade eu não diria. Eu diria, também, que há uma nova revolução acontecendo no Brasil com relação ao programa Brasil Sem Miséria, um programa que visa a fazer com que aqueles que têm pequenos negócios ou aquelas pequenas economias possam progredir. Há um trabalho bastante consistente com relação à preparação de mão de obra e à especialização de quem tem o seu pequeno negócio.

Claro, cabe-nos, com muita maturidade e ponderação, receber qualquer denúncia e, evidentemente, responder, caso a caso, a tudo o que foi colocado como dúvida.

Agora, obviamente, daí acusar qualquer que seja a entidade ou a pessoa, apenas, por ter acesso a um edital e mesmo, antes de se averiguar a dimensão de cada um desses programas, evidentemente, isso não é uma atitude que possa credibilizar este Poder.

Portanto, Sr. Presidente, prefiro me deter a ouvir cada uma dessas questões e cada uma dessas colocações. Gostaria de dizer à Oposição que tenhamos muito equilíbrio ao fazer essas denúncias, até porque, quando recebo uma denúncia, como recebi a de hoje, que condena diretores ligados a uma determinada emissora do estado em função de um determinado processo que correu desde 1990. Eu fiz tudo no sentido de, primeiro, elencar todas as documentações para que não haja nenhuma situação que possa gerar dificuldades maiores para qualquer um dos políticos que tem representação nesta Casa.

Então, fica, aqui, a nossa observação.

Teremos, aqui, até amanhã ou na próxima quarta-feira, condição de esclarecer e tirar as dúvidas acerca do que for necessário esclarecer e do que for necessário tirar dúvidas acerca do que for necessário, se for possível ou preciso, que alguém do governo venha para cá fazer com que essa documentação seja apresentada ou os esclarecimentos sejam prestados. Nós também o faremos sem nenhuma dificuldade

porque este é o caminho, o caminho da transparência.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Já tem quórum. Retorno o painel. Como recomenda votar a sua Bancada o deputado Zé Neto.

O Sr. Zé Neto:- Recomendo votar sim.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Como recomenda votar a sua Bancada o deputado Paulo Azi?

O Sr. Paulo Azi:- Não, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Quem quer votar o projeto, vota sim. Quem quer rejeitar, vota não. O projeto é de autoria do governo do Estado, leva o número 20.083/2012. O deputado Zé Neto recomenda sim, o deputado Paulo Azi recomenda não.

Quórum de votação. Vou encerrá-la. Resultado. Aprovado: 35 sim, 13 não. Portanto, o projeto foi aprovado e irá à sanção de S.Ex^a o Governador do Estado, Jaques Wagner.

Próximo projeto. Projeto de lei nº 20.085/2012, de procedência do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias da Bahia.

Faltam os pareceres das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público e Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Designo o deputado Cacá Leão para relatar a matéria.

O Sr. CACÁ LEÃO:- (Lê) *“Parecer das Comissões de Constituição e Justiça, Infraestrutura, Desenvolvimento Econômico e Turismo, Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Serviço Público, Finanças, Orçamento, Fiscalização e Controle ao projeto de lei nº 20.085/2012, de autoria do Poder Executivo, o qual autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias da Bahia - FGBP, altera as Leis nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, e dá outras providências.*

O projeto que ora venho a relatar, de autoria do Poder Executivo, tem por objeto a criação do Fundo Garantidor baiano de Parcerias da Bahia – FGBP, bem como de promover alterações nas Leis nºs. 9.290/2004 e 7.599/2000.

O Fundo cuja criação é proposta terá limite global de R\$ 750.000.000,00. Será administrado e gerido pela DESEMBAHIA – Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., e “terá por finalidade prestar garantia do pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais em decorrência dos acordos de Parcerias Público- Privadas, realizadas conforme previsto na lei estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004”, conforme registra o Sr. Governador em sua Mensagem, na qual ressalta ainda o importante papel que terá “no fomento da realização de parcerias público-privadas, configurando-se como um instrumento de estímulo ao desenvolvimento do Estado da Bahia.

Além dos recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado, constituirão recursos do FGBP as receitas decorrentes da alienação de bens e

direitos, das aplicações financeiras que realizar, dos direitos patrimoniais, como aluguéis, bonificações, etc., dos acordos e convênios que celebrar, e ainda de doações, legados, subvenções e outras fontes.

O Fundo terá natureza privada e patrimônio próprio, que será formado pelo aporte de bens e direitos realizados pelos cotistas e pelos rendimentos obtidos com sua administração.

Trata-se, enfim, de medida de relevante interesse para o Estado, na medida em que servirá de suporte para a realização das parcerias público-privadas necessárias ao desenvolvimento da nossa economia. O projeto recebeu apenas uma emenda, de autoria da Bancada da Minoria, propondo o acréscimo de três parágrafos ao seu art. 2º, determinando que os recursos do Fundo sejam depositados em conta distinta da do Tesouro, competindo à DESENBAHIA realizar as prestações de contas, que os demonstrativos financeiros e as prestações de contas observem as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária e, ainda, que a DESENBAHIA deverá dar publicidade a todos os atos administrativos do FGDP.

Opino pela rejeição. De início, cumpre esclarecer que o Fundo Garantidor que se pretende instituir, na forma de sociedade anônima, terá personalidade jurídica própria, nos termos do § 1º do art. 1º do PL nº 20.085/2012, e, por esta razão, os seus recursos deverão ser depositadas em conta bancária apartada da conta única do Estado. Ademais, as normas gerais sobre contabilidade pública e fiscalização financeira e orçamentária já são observadas pela DESENBAHIA.

No que diz respeito à publicização dos atos, importante destacar que a Lei de Responsabilidade Fiscal, atendendo às determinações constitucionais relativas à transparência e publicidade dos atos da Administração Pública, já prevê instrumentos que conferem transparência à gestão fiscal, quando determina que a Administração Pública deve:

1) disponibilizar, para consulta e análise, dos cidadãos e instituições da sociedade, no Poder Legislativo e no respectivo órgão técnico responsável pela sua elaboração, as prestações de contas do Chefe do Poder Executivo, durante todo o exercício (art. 49, caput);

2) realizar audiências públicas, ao final dos meses de fevereiro, maio e setembro na Comissão referida no §1º, do art. 166 da Constituição Federal, ou equivalente, nas Assembleias Legislativas, durante as quais o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre (§4º, art. 9º);

3) divulgar, amplamente, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, os instrumentos de transparência da gestão fiscal, incluindo os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal (art. 48, caput).

Além disso, o Estado da Bahia, por conta de um processo de democratização em andamento, possui hoje o Transparência Bahia, que é um instrumento de consulta e acompanhamento da aplicação dos recursos do Estado. Assim, o

Programa Transparência Bahia já divulga em rede mundial (Internet) todas as informações referentes às receitas, despesas e limites estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, podendo ser consultados, ainda, todos os pagamentos feitos pelo Estado às empresas ou pessoas físicas fornecedoras ou prestadoras de serviço e em que esse recurso foi aplicado.

Ante o exposto, e considerando que a proposição encontra-se em conformidade aos requisitos de legalidade e constitucionalidade, opino pela sua aprovação na forma originalmente apresentada pelo Poder Executivo.

É o parecer, s.m.j.

Sala das Sessões, 19 de dezembro de 2012.

É o Parecer”

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no âmbito das comissões. Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. Aprovado.

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Em votação no Plenário o projeto de lei nº 20.085/12, de autoria do Poder Executivo, que autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo de Garantidor Baiano de Parceria da Bahia FGBP. Em votação.

PROJETO DE LEI Nº 20.085/2012

Autoriza o Poder Executivo a criar o Fundo Garantidor Baiano de Parcerias da Bahia - FGBP, altera as Leis nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, e nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA, faço saber que a Assembleia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Estado da Bahia, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes autorizadas a participar, no limite global de R\$750.000.000,00 (setecentos e cinquenta milhões de reais), em Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas - FGBP, que terá por finalidade prestar garantia de pagamento de obrigações pecuniárias assumidas pelos parceiros públicos estaduais, em virtude das parcerias de que trata a Lei nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004.

§ 1º - O FGBP terá natureza privada e patrimônio próprio, separado do patrimônio dos cotistas, e estará sujeito a direitos e obrigações próprios.

§ 2º - O patrimônio do Fundo será formado pelo aporte de bens e direitos realizado pelos cotistas, por meio da integralização de cotas e pelos rendimentos

obtidos com sua administração.

§ 3º - Os bens e direitos transferidos ao FGBP serão avaliados por empresa especializada, que deverá apresentar laudo fundamentado, com indicação dos critérios de avaliação adotados e instruído com os documentos relativos aos bens avaliados.

§ 4º - A integralização das cotas poderá ser realizada em dinheiro, títulos da dívida pública, bens imóveis dominicais, bens móveis ou outros direitos com valor patrimonial, especialmente:

I - os créditos provenientes de contratos de financiamento do Fundo de Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, instituído pela Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000;

II - rendimentos de depósitos bancários e aplicações financeiras do Estado da Bahia;

III - operações de crédito internas e externas;

IV – *royalties* devidos ao Estado da Bahia, observada a legislação aplicável;

V - imóveis destinados especificamente a essa função, por meio de prévia autorização legislativa;

VI - ações ordinárias ou preferenciais de titularidade do Estado e de suas autarquias, no capital de sociedades anônimas, que não sejam necessárias para assegurar o exercício do respectivo poder de controle em caráter incondicional;

VII - títulos da dívida pública, emitidos na forma da legislação aplicável;

VIII - aportes de capital provenientes de linhas de financiamento de instituições financeiras oficiais;

IX - outros bens e direitos de titularidade direta ou indireta do Estado, inclusive recursos federais cuja transferência independa de autorização legislativa específica.

§ 5º - O FGBP responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo os cotistas por qualquer obrigação do Fundo, salvo pela integralização das cotas que subscreverem.

§ 6º - A integralização com bens a que se refere o §4º deste artigo será feita, mediante prévia avaliação e autorização específica do Governador do Estado, por proposta do Secretário da Fazenda.

§ 7º - O aporte de bens de uso especial ou de uso comum no FGBP será condicionado a sua desafetação de forma individualizada.

§ 8º - A capitalização do FGBP, quando realizada por meio de recursos orçamentários, dar-se-á por ação orçamentária específica para esta finalidade.

§ 9º - O FGBP terá sede e foro em Salvador - Bahia, e poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outros Municípios do Estado.

Art. 2º - O FGBP será criado, administrado, gerido e representado, judicial e extrajudicialmente, pela Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. - DESENBAHIA, pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, conforme autorização da Lei nº 2.321, de 11 de abril de 1966, instituição financeira controlada, direta ou indiretamente, pelo Estado da Bahia.

§ 1º - O estatuto e o regulamento do FGBP serão aprovados em assembleia dos cotistas.

§ 2º - Caberá à instituição financeira deliberar sobre a gestão e alienação dos bens e direitos do FGBP, zelando pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez.

Art. 3º - O estatuto e o regulamento do FGBP devem deliberar sobre a política de concessão de garantias, inclusive no que se refere à relação entre ativos e passivos do Fundo.

§ 1º - A garantia será prestada na forma aprovada pela assembleia dos cotistas, nas seguintes modalidades:

I - fiança, sem benefício de ordem para o fiador;

II - penhor de bens móveis ou de direitos integrantes do patrimônio do FGBP, sem transferência da posse da coisa empenhada antes da execução da garantia;

III - hipoteca de bens imóveis do patrimônio do FGBP;

IV - alienação fiduciária, permanecendo a posse direta dos bens com o FGBP ou com agente fiduciário por ele contratado antes da execução da garantia;

V - outros contratos que produzam efeito de garantia, desde que não transfiram a titularidade ou posse direta dos bens ao parceiro privado antes da execução da garantia;

VI - garantia, real ou pessoal, vinculada a um patrimônio de afetação constituído em decorrência da separação de bens e direitos pertencentes ao FGBP.

§ 2º - OFGBP poderá prestar contragarantias a seguradoras, instituições financeiras e organismos internacionais que garantirem o cumprimento das obrigações pecuniárias dos cotistas em contratos de parceria público-privadas.

§ 3º - A quitação pelo parceiro público de cada parcela de débito garantido pelo FGBP importará exoneração proporcional da garantia.

§ 4º - O FGBP poderá prestar garantia, mediante contratação de instrumentos disponíveis em mercado, inclusive para complementação das modalidades previstas no §1º deste artigo.

§ 5º - O parceiro privado poderá acionar o FGBP nos casos de:

I - crédito líquido e certo, constante de título exigível aceito e não pago pelo parceiro público após 15 (quinze) dias, contados da data de vencimento;

II - débitos constantes de faturas emitidas e não aceitas pelo parceiro público, após 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de vencimento, desde que não tenha havido rejeição expressa por ato motivado.

§ 6º - A quitação de débito pelo FGBP importará sua subrogação nos direitos do parceiro privado.

§ 7º - Em caso de inadimplemento, os bens e direitos do FGBP poderão ser objeto de constrição judicial e alienação para satisfazer as obrigações garantidas.

§ 8º - O FGBP poderá usar parcela da cota do Estado para prestar garantia aos seus fundos especiais, às suas autarquias, às suas fundações públicas e às suas empresas estatais dependentes.

§ 9º - O FGBP é obrigado a honrar faturas aceitas e não pagas pelo parceiro público.

§ 10 - O FGBP é proibido de pagar faturas rejeitadas expressamente por ato motivado.

§ 11 - O parceiro público deverá informar o FGBP sobre qualquer fatura rejeitada e sobre os motivos da rejeição, no prazo de 40(quarenta) dias, contados da data de vencimento.

§ 12 - A ausência de aceite ou rejeição expressa de fatura por parte do parceiro público no prazo de 40(quarenta) dias, contado da data de vencimento implicará aceitação tácita.

§ 13 - O agente público que contribuir por ação ou omissão para a aceitação tácita de que trata o §12 deste artigo ou que rejeitar fatura sem motivação será responsabilizado pelos danos que causar, em conformidade com a legislação civil, administrativa e penal em vigor.

Art. 4º - O FGBP não pagará rendimentos a seus cotistas, assegurando-se a qualquer deles o direito de requerer o resgate total ou parcial de suas cotas, correspondente ao patrimônio ainda não utilizado para a concessão de garantias, fazendo-se a liquidação, com base na situação patrimonial do Fundo.

Art. 5º - A dissolução do FGBP, deliberada pela assembleia dos cotistas, ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

Parágrafo único - Dissolvido o FGBP, o seu patrimônio será rateado entre os cotistas, com base na situação patrimonial à data da dissolução.

Art. 6º - É facultada a constituição de patrimônio de afetação que não se comunicará com o restante do patrimônio do FGBP, ficando vinculado exclusivamente à garantia em virtude da qual tiver sido constituído, não podendo ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão ou qualquer ato de constrição judicial decorrente de outras obrigações do FGBP.

Parágrafo único - A constituição do patrimônio de afetação será feita por registro em Cartório de Registro de Títulos e Documentos ou, no caso de bem imóvel, no Cartório de Registro Imobiliário correspondente.

Art. 7º - O FGBP poderá praticar qualquer ação ou atividade necessária ao melhor cumprimento de suas finalidades, de acordo com cada caso, ainda que a referida ação ou atividade não esteja expressamente prevista nesta Lei.

Art. 8º - Compete ao FGBP:

I - prestar garantias às obrigações assumidas por quaisquer dos entes da Administração Direta e Indireta do Estado da Bahia, no âmbito de contratos de

parcerias público-privadas, se previstas em projeto previamente aprovado pelo Conselho Gestor do Programa de Parcerias Público-Privadas, criado pelo art. 24 da Lei 9.290, de 27 de dezembro de 2004;

II - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto.

Art. 9º - Para a consecução de seus objetivos, o FGBP poderá:

I - intervir como anuente nos contratos de parcerias público-privadas celebradas pela Administração Pública Direta ou Indireta do Estado da Bahia;

II - assumir, total ou parcialmente, direitos e obrigações decorrentes dos contratos de que trata o inciso I deste artigo, necessários ao cumprimento de sua finalidade;

III - prestar garantias reais, fidejussórias e contratar seguros;

IV - explorar, gravar e alienar onerosamente os bens integrantes de seu patrimônio;

V - gerir seu patrimônio para garantia do seu valor e eventual ampliação, nos termos do seu estatuto, reinvestindo os ganhos decorrentes dessa gestão em seu funcionamento e na consecução de seus objetivos sociais.

Parágrafo único - O FGBP fica autorizado para a prática de qualquer uma das atividades previstas ou para quaisquer outras necessárias ao fiel cumprimento dos seus objetivos, tal como determinados nesta Lei.

Art. 10 - Constituem recursos do FGBP:

I - recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento do Estado, respeitadas as disposições contidas nesta Lei;

II - as receitas decorrentes:

a) da alienação de bens e direitos;

b) das aplicações financeiras que realizar;

c) dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações;

d) dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

IV - rendas provenientes de outras fontes.

Art. 11 - O FGBP estará sujeito à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao controle externo exercido pela Assembleia Legislativa, com auxílio do Tribunal de Contas do Estado.

Art. 12 - A dissolução do FGBP, por deliberação de Assembleia Geral, ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou liberação das garantias pelos credores.

Art. 13 - Visando a garantir o adimplemento das obrigações contraídas pelo Estado da Bahia e suas entidades da administração indireta em contratos de parceria público-privada, o FGBP manterá, para cada contrato de parceria público-privada, conta corrente específica, com recursos suscetíveis à execução e totalmente segregados dos demais recursos de sua titularidade, nos termos dos respectivos contratos.

§1º - As contas específicas referidas no *caput* deste artigo deverão manter saldo correspondente a seis remunerações mensais dos contratos de parceria público-privada aos quais estão vinculadas, computados os encargos e atualizações monetárias.

§2º - Poderá o FGBP autorizar o agente financeiro administrador a transferir os recursos diretamente à conta do concessionário ou dos seus financiadores, conforme disposto nos contratos de parceria público-privada pertinentes.

§ 3º - O Estado da Bahia, suas autarquias, suas fundações públicas e suas empresas estatais dependentes ficam autorizados a prover a recomposição do volume da garantia prevista nesta Lei, em caso de eventual execução, na forma e prazo estabelecidos em cada contrato.

§ 4º - A necessidade de aporte será comunicada pelo FGBP, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a constatação da ausência de recursos próprios.

§ 5º - Para o cumprimento do disposto no *caput* deste artigo, poderão ser utilizados os créditos provenientes de contratos de financiamento do Fundo de

Desenvolvimento Social e Econômico - FUNDESE, instituído pela Lei nº 7.599, de 07 de fevereiro de 2000, nos termos do disposto em seu art. 1º, §1º, VI.

Art. 14 - A concessão de garantias pelo FGBP ficará adstrita aos contratos de parceria público-privada celebrados a partir da edição desta Lei, que prevejam expressamente a adoção dos mecanismos por ela instituídos.

Art. 15 - Ficam alterados o *caput* do art. 1º e seu parágrafo único da Lei nº 11.477, de 1º de julho de 2009, o qual passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Para fins de adimplemento das obrigações contraídas pelo Estado da Bahia e por entidades da sua administração indireta em contratos de parceria público-privada, nos termos da Lei Estadual nº 9.290, de 27 de dezembro de 2004, fica o agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) autorizado a efetuar a transferência do valor correspondente a 18% (dezoito por cento) dos recursos financeiros oriundos desse Fundo, destinados ao Estado da Bahia, à DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A., pessoa jurídica de direito privado, constituída como sociedade anônima de capital fechado, conforme autorização da Lei Estadual nº 2.321, de 11 de abril de 1966.

Parágrafo único - A DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia S.A. deverá manter os recursos que lhe sejam transferidos na forma do caput deste artigo segregados dos demais recursos de sua titularidade, em contas correntes específicas a serem abertas no agente financeiro responsável pelo repasse dos recursos do FPE, destinando-os, exclusivamente, ao adimplemento das obrigações contraídas pelo Estado da Bahia e suas entidades da administração indireta em contratos de parceria público-privada, sob pena de responsabilização dos seus administradores, nos termos da Lei, podendo a DESENBAHIA - Agência de Fomento do Estado da Bahia autorizar o agente financeiro a transferir os recursos diretamente à conta do concessionário ou dos seus financiadores, conforme disposto nos contratos de parceria público-privada.”

Art. 16 - Fica inserido o inciso VI ao §1º do art. 1º da Lei nº 7.599, de 07

de fevereiro de 2000, que vigorará com a seguinte redação:

“Art.

1º

§

1º

VI -ceder seus créditos provenientes de contratos de financiamento ou ainda os recursos decorrentes do pagamento de tais créditos para aporte no Fundo Garantidor Baiano de Parcerias - FGBP, observadas as condições estipuladas pela Lei.”

Art. 17 - Para atender ao disposto nesta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a adaptar instrumentos de planejamento financeiro e, nos termos dos arts.40 a 43, 45 e 46 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, a abrir crédito adicional ao orçamento corrente, bem como reabri-lo pelo seu saldo para o exercício seguinte.

Art. 18 - Permanecem em vigor as disposições não expressamente revogadas por esta Lei.

Art. 19 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA,

O Sr. PRESIDENTE (Marcelo Nilo):- Os Srs. Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa) Aprovado.

Srs. Deputados, há uma requerimento assinado por mais de 21 Srs. Deputados que requer uma sessão extraordinária a ser iniciada dois minutos após o encerramento desta com o objetivo de votar o requerimento de urgência nº 7.792/2012 para projeto de lei nº 20.108/2012.

Vou deferi-lo, tendo em vista que a convocação extraordinária anterior perde o objeto, fica prejudicada porque já se votou os dois projetos em apreço.

Declaro encerrada a sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*

